



artigos

A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua

Tiago Lemões

Universidade Federal de Pelotas – Brasil

Introdução

Para muitos ativistas de direitos humanos e militantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a madrugada do dia 19 de agosto de 2004 deixou marcas e cicatrizes profundas. Naquela noite, nos arredores da Praça da Sé, centro de São Paulo, dez pessoas que dormiam enroladas em seus cobertores foram golpeadas violentamente, resultando em seis mortes e quatro internações em estado grave. Três dias depois, um novo ataque com as mesmas características, contra cinco pessoas que dormiam em pontos não muito distantes da Praça da Sé. Mais uma vida apagou-se instantaneamente¹.

Da condição de vítimas, as pessoas em situação de rua passaram a cultivar uma “comunhão entre vítimas”, reivindicando justiça, direitos e dignidade. Um ano após os acontecimentos da Praça da Sé, nascia o MNPR, espalhando-se, em pouco mais de 13 anos, por 14 estados da federação – incluindo o Rio Grande do Sul, a partir de 2013. Desde então, a formulação de tantos instrumentos governamentais de garantia de direitos e de combate às violações, coproduzidos por espaços de mobilização social, setores governamentais e narrativas de direitos humanos, passou a ser vista por integrantes do MNPR como conquista histórica, que possibilitou o reconhecimento de uma população antes “invisível” ao mundo.

Mas, a despeito de tantas “conquistas”, os militantes jamais deixaram de reconhecer e denunciar a continuidade de uma conservadora e truculenta criminalização da permanência das camadas pobres e negras da população brasileira em determinados territórios urbanos. Tal cenário, que cambaleia entre a garantia de direitos e as práticas e discursos depreciativos, sempre se fez presente na cotidianidade dos integrantes do MNPR em sua base regional de Porto Alegre, capital gaúcha, onde atuei como pesquisador e apoiador da mobilização social, entre os anos de 2013 e 2017². A pesquisa foi realizada com vistas a compreender o emaranhado de relações, debates e tensões entre apoiadores (estudantes universitários, psicólogos, educa-

dores sociais, advogados e outros profissionais da rede socioassistencial) e militantes em situação de rua, assim como as mediações e interlocuções com diferentes agentes e instituições estatais, atentando para a potência e os limites que tais relações e interlocuções guardam na luta por direitos.

Dessa experiência, retiro o substrato das reflexões etnográficas que desenvolvo neste artigo, formado por um conjunto de mecanismos dispersos, mobilizado por militantes do MNPR para conjurar³, minar ou minimizar os efeitos perversos da presença estatal em suas lutas por direitos, reconhecimento, dignidade e, sobretudo, humanidade. Valorizo, especificamente, as interações mais cotidianas da mobilização social para identificar, nas suas justificativas e nos seus efeitos, ações que expurgam autoridades, hierarquias, autorrepresentação e poder de comando dos sujeitos (agentes estatais e/ou militantes) identificados como pertencentes ao Estado ou que com ele mantêm uma proximidade dúbia e perigosa.

Como veremos, as experiências etnográficas junto aos integrantes do MNPR em Porto Alegre deixaram cada vez mais evidente que a aproximação demasiado pacífica com o Estado deve ser estrategicamente evitada na medida em que se sabe (ou se aprende) que as instituições que “prometem” proteção são as mesmas que atuam para fins não tão “protetivos” assim – evidenciando processos de construção de um *Estado tóxico* (do qual se deve manter certa distância para evitar, inclusive, indesejáveis sintomas como tontura e náuseas). Do mesmo modo, incansáveis esforços individuais e coletivos são postos em marcha pelos militantes do MNPR para impedir a ascensão da figura do líder, daquele que se destaca perante o coletivo, que dialoga harmoniosamente com a institucionalidade e passa a atuar como o “sujeito ideal” das políticas públicas: recuperado, incluído, transformado, autônomo e protagonista do seu próprio destino – empenhos que se aproximam das conhecidas inferências clasterianas sobre a dissonância entre prestígio, mando e poder (CLASTRES, 2011). Por si só, esse quadro antecipa uma experiência que, em muitos aspectos, questiona e enfrenta a lógica neoliberal das promessas salvacionistas das políticas direcionadas à população em situação de rua nos últimos 10 anos.

Para potencializar as teorias nativas a respeito do *Estado tóxico*, retomo as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996; 1997) para pensar fenômenos simultâneos de captura e escape, materializados nas forças estatais que buscam tudo interiorizar e neutralizar, mas também nos questionamentos, nas indisciplinas, nos motins, nas traições, nos deboches e em tudo que promove fuga – ainda que momentânea e situacional. A concentração estratégica destas forças de escape

é compreendida pelos autores como *máquina de guerra*, que atua por oposição aos conjuntos hierarquizados de controle e centralização, criando zonas de impotência dos poderes ordenadores e acionando vetores nômades, minoritários e micropolíticos voltados à implosão de forças de fixação e sedentarização (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Como ficará mais claro nas próximas páginas, pensar a população em situação de rua como *máquina de guerra* permite explicitar e valorizar a dimensão combativa das relações travadas entre integrantes do MNPR e os agentes e instituições estatais, no intento de iluminar os modos pelos quais, a um só tempo, se acessam e se conjuram focos de autoridade e captura com pretensões totalizantes.

Antes, porém, faço um alerta: todas as experiências etnográficas apresentadas neste texto foram vivenciadas em um universo de interações masculinas, o que de imediato apresenta implicações importantes nas reflexões elaboradas. Se, por um lado, sabemos que a mobilização social pelos direitos da população de rua conta com o protagonismo feminino, o fato de que ações de contraposição estatal sejam majoritariamente conduzidas por homens, nos revela os limites da participação das mulheres, impostos pelas desigualdades de gênero no acesso aos espaços de fala e visibilidade política – o que, de certa maneira, também ocorre em relação aos militantes LGBTT's⁴. Essa questão torna-se ainda mais importante porque estudos recentes têm revelado a dimensão dramática de mulheres em situação de rua, para as quais o homem, no contexto das ruas, é a manifestação paradoxal de violência e proteção (Fernandes, 2019); assim como têm explicitado o modo como questões de gênero são minimizadas pelas políticas públicas e pelas lutas sociais, que acabam por homogeneizar a experiência de rua, invisibilizando suas multiplicidades (Sarmiento, 2017).

Com isso, resalto dois pontos importantes que devem ser considerados ao longo da leitura deste texto: (1) o artigo trata de um recorte de experiências etnográficas nas quais o protagonismo de homens em situação de rua é predominante – o que inevitavelmente expressa um recorte de gênero que incide sobre as reflexões e interpretações aqui realizadas; (2) justamente por isso, as inferências e conclusões analíticas não se pretendem generalizáveis sobre a pluralidade dos modos de vivenciar a situação de rua e de reivindicar direitos, sobretudo aqueles marcados por atravessamentos de gênero e sexualidade que sobrevêm de forma desigual no contexto empírico a ser explorado. Considerando estas questões, fica claro, desde agora, que pensar a população de rua como máquina de guerra é falar desde um lugar empiricamente circunscrito ao universo masculino da mobilização social – que é, pode e deve ser enriquecido e contraposto por outras perspectivas e lugares de

fala que povoam a luta por direitos⁵.

A temporalidade do Estado tóxico

Antes de adentrar propriamente no contexto etnográfico, me parece oportuno tecer algumas considerações sobre a natureza diacrônica da toxidade estatal evidenciada pelos interlocutores ao longo do percurso etnográfico, o que de muitas formas fundamenta a crítica constante às aspirações humanitárias que se cristalizam nas políticas assistenciais.

Há algum tempo tenho insistido, em diálogo com um corpo heterogêneo de autores, nos múltiplos esforços empreendidos para barrar a presença de corpos marcados por indexações raciais no espaço urbano brasileiro desde o final do século XVIII (Lemões, 2017). Corpos e existências contra os quais foram levantadas barricadas para anestesiar qualquer revanche frente à perversidade do sistema escravista. Vidas que, posteriormente, no alvorecer da Primeira República, foram alvo de arquitetados mecanismos de docilização, dispositivos e estratégias pedagógicas para regenerar e recuperar corpos indesejáveis, numa fusão imaginativa entre raça, crime, ociosidade e mendicância. A isso se seguiu uma violenta transformação estética dos espaços urbanos, conduzida por deslocamentos forçados e justificada por elucubrações intelectuais que interpunham certas vidas numa encruzilhada entre ciência, burocracia estatal e práticas policiais muito específicas, voltadas aos que “manchavam” o projeto moderno-civilizacional em curso na América Latina.

Posteriormente, no marco do poder político-militar, com expressão máxima no período ditatorial brasileiro, novas categorias e modos de intervenção foram eleitas: os “desajustados” eram, também, “inimigos internos”, os quais a assistência social teve por finalidade amparar e conduzir por caminhos de recuperação. Tal situação começou a ser denunciada ou ao menos visibilizada pelo lento e gradativo surgimento de movimentos contestatórios, religiosos e filantrópicos que buscaram sobretudo remover o manto da culpabilização individual sob o qual se escondia o peso das desigualdades estruturais – o que, de alguma forma, preparou as condições de existência para o MNPR ao longo da primeira década do século XXI. Já sabemos, no entanto, que a emergência de uma retórica dos direitos, no Brasil, foi acompanhada pela exasperação de intervenções violentas, vivificadas no entrecruzamento de políticas de segurança e assistência⁶.

Nesse cenário, as práticas de apagamento e aniquilamento foram metamorfoseadas no seu espraiamento espaço-temporal, gritando aos nossos ouvidos que a vio-

lência do projeto civilizacional não reside apenas num passado distante, mas mora ao lado, na frente, nos fundos. Vive dentro. Dorme conosco e nos habita – logo nós, os humanistas! Sua expressão reside na verificável confluência de práticas aparentemente antagônicas de gestão de populações e de territórios que lhes são associados. Trata-se de intervenções múltiplas que conjugam a discursividade da proteção, da defesa, da segurança, da recuperação, com práticas de remoção que, se não promovidas pelo aconselhamento de agentes bem-intencionados, são inevitavelmente consumadas pelo poder policial.

Quando insisto na continuidade e metamorfose de certas políticas e modos de gestão, me coloco em comum acordo com De Lucca (2008), para quem a retroalimentação de todo esse aparato é constituidora de um dispositivo de segurança social que busca prevenir os riscos que ameaçam a reprodução de certas vidas na cidade, fazendo com que políticas de expulsão e acolhimento sejam conjuntamente efetuadas em nome da “proteção social” e da “limpeza das ruas”. É o que também se aproxima do que Loïc Wacquant (2013) vem caracterizando como dupla composição de um “Estado Centauro” em políticas de miséria urbana nos Estados Unidos, sobretudo porque suas dimensões penal e social visam à mesma “população” (apreendidas no fosso de uma estrutura socioespacial polarizada) e se utilizam das mesmas técnicas: cadastros, vigilância, classificações depreciativas e sanções graduais.

Portanto – o que já não é novidade para ninguém –, esse Estado que garante um feixe de direitos e proteções é o mesmo que perpetua ações violentas e fecha os olhos frente à possibilidade de justiça para as vítimas de variadas brutalidades. Situação que vem sendo atualizada desde pelo menos o final do período escravocrata, quando corpos negros passaram a reivindicar estatuto ontológico que lhes fora historicamente negado. Não por acaso, as pessoas que compõem o alvo privilegiado do Estado, como os militantes e apoiadores do MNPR, sabem muito bem como funciona a articulação das forças violentas e protecionistas da intervenção estatal, cujos efeitos não encontram apenas resistências ou contrapontos momentâneos, facilmente transponíveis pelo convencimento. Mais que isso, as ações coletivas e individuais, a um só tempo, constroem o Estado e o transformam em uma força a ser evitada ou deslegitimada, opondo toda uma maquinaria de guerra contra a toxidade estatal.

A máquina de guerra e a fazenda de domesticação

No *Tratado de Nomadologia*, Deleuze e Guattari (1996; 1997) refletem sobre a formação de poderes concentrados e totalizantes e os mecanismos coletivos desti-

nados à sua inibição ou extermínio. O Estado, para os autores, é um fenômeno de *intraconsistência* que opera por estratificação, formando um conjunto vertical e hierarquizado que atravessa linhas horizontais, cortando suas relações e criando, assim, a exterioridade a ser abarcada e com a qual as relações serão cada vez mais controladas, retardadas ou inibidas. Nesse movimento, o Estado só pode reunir aquilo que isola por subordinação. Ao fazer isso, essa espécie de *aparelho de captura* sobrecodifica, territorializa, combate ou integra as potências nômades e seus fluxos. Sua soberania reina somente sobre aquilo que interioriza, fazendo da exterioridade uma ameaça a ser aniquilada ou apropriada localmente, assentada num espaço estriado, domesticado, domado. Sua principal função: sedentarizar a força, regrar o movimento, criar organismos, triunfar sobre uma “vagabundagem de bando” e sobre um “nomadismo de corpo”.

Mas como fenômeno indissociável desse processo, a indisciplina, o questionamento da hierarquia, a constante ameaça de abandono e traição conformam as forças que contrariam e neutralizam a captura estatal. Lá onde há qualquer motim, bando, fuga ou revide inesperado, uma *máquina de guerra* é formada, criando uma zona de impotência onde poderes ordenadores podem até converter fluxos, mas jamais controlá-los e determiná-los. Essa máquina tem por inimigo o fenômeno estatal e assume objetivos de aniquilação, conjuração e escape, operando mutações minoritárias, populares, revolucionárias (Deleuze & Guattari, 1997).

No entanto, aqueles autores insistem no embaralhamento dos modelos arborescentes e rizomáticos. A árvore enraíza-se, fixando-se em um ponto centralizado ao qual subordina toda a sua estrutura então sedentarizada, assegurando uma segmentaridade dura, concêntrica e molar. Rizoma, por sua vez, é rompimento; é um lado que se liberta e que pertence a um espaço liso por onde percorre sua multiplicidade nômade em constante devir e transformação. O Uno e o múltiplo aqui se despregam para narrar a oposição complementar entre a captura (o Estado) e a fuga (a potência nômade); entre a sobrecodificação dura e a inventividade fugitiva – processos imanentes um ao outro (Deleuze & Guattari, 1997: 221).

É por meio dessa imanência que tanto a potência nômade torna-se *máquina de guerra* quanto o Estado cria uma imagem legítima e indivisa de si mesmo. É precisamente o que James Scott (2013) entende como celebração do Estado através da legibilidade, da recuperabilidade e da docilidade lançadas sobre populações nômades – especificamente aquelas situadas em um vasto território do sudeste asiático, onde a “arte de não ser governado” é cultivada mediante mecanismos complexos de dis-

persão, mobilidade, fuga e organização social segmentarizada. Contra elas, há todo um léxico estatal extremamente produtivo: são desprotegidas, estão nas “bordas civilizacionais”, ameaçam a coletividade, são atrasadas e grotescas como diamantes brutos (Scott, 2013).

Quando o Estado, então, se apropria da *máquina de guerra*, ele aproxima educação, formação e aprendizado aos supostamente destituídos (Deleuze & Guattari, 1997). Nesse aspecto, é exemplar o estudo de Piero Leirner (2012) sobre os discursos do Exército brasileiro, nos quais a Amazônia é representada nos termos de um “inferno verde” e de um “espaço morto” a ser domesticado. Mas, no rastro de Deleuze e Guattari, o autor constrói argumentos que buscam corroer qualquer completude analítica sobre as artimanhas do Estado, compreendido como um espaço com fronteiras abertas, uma *fazenda de domesticação* onde se busca, sobretudo “controlar essa força conjurada de um devir selvagem” (Leirner, 2012:39). Mais do que capturar pela força, na *fazenda de domesticação* o convencimento supõe a ameaça constante do colapso, dos movimentos de fuga e é isso que, para o autor, guarda um esforço constante de unificação nunca eficaz, sempre diluído em fronteiras abertas, quase imperceptíveis e impossíveis de localizar. Como não há cercados, todos estão sempre fugindo e, ao mesmo tempo, persuadidos a manterem-se próximos.

Fuga e convencimento, desejo e repulsa. Pensar a população em situação de rua como *máquina de guerra* é indicar a complexidade das relações ambíguas travadas com os agentes e as instituições estatais, mas sobretudo dos fluxos engendrados para, a um só tempo, acessar e conjurar a potência estatal. Se forças de captura regram movimentos, localizam corpos e coletivos, tentam cristalizar poderes e centralizar saberes; produzem discursos civilizacionais, proliferam práticas salvacionistas, incitam “superações”, “recuperações” e engajamentos múltiplos, nada disso teria sentido sem movimentos outros: aqueles que se voltam contra os insistentes focos de concentração de força, de autoridade, de superioridade, num impulso de impedir o “chefe de ser chefe” (Clastres, 2011). E isso parece ocorrer de muitas formas – todas elas manejadas no mesmo instante em que a sempre incompleta captura mostra a sua força.

Para analisar especificamente os modos de atuação *dessa máquina de guerra* no coração e na exterioridade da *fazenda de domesticação*, convém lançar alguns questionamentos retóricos. É possível ficar no interior da *fazenda* e fingir estar convencido de que ali é o melhor lugar, ludibriando, revidando e afrontando? É possível que, mesmo no enredo de linhas de captura sedentarizantes, a potência nômade

continue a operar nos interstícios do aparelho estatal? É presumível que se criem benfeitorias distintas, momentâneas, rizomáticas, dentro da *fazenda de domesticação*?

Por fim, é possível manter a certeza de que as forças nômade que se sedentizam são, de fato, passivamente capturadas ou nada mais fazem do que se enraizarem estrategicamente para questionar a autoridade dos funcionários da *fazenda*? Vejamos o que os militantes em situação de rua têm a nos dizer sobre isso.

A toxicidade das palavras

Com pouco mais de 250 mil habitantes, o município de São João⁷ integra a região metropolitana de Porto Alegre, distando cerca de 40 km da capital. Foi para lá que nos dirigimos, eu e Diego, militante em situação de rua, em maio de 2016, atendendo ao chamado de um vereador que recebera, cerca de um mês antes, um ofício, assinado por integrantes do MNPR-RS, solicitando uma audiência pública para debater o cenário da assistência social na cidade.

Em contato com funcionários da rede de acolhimento daquele município, o MNPR-RS recebera uma série de reclamações informais sobre a precariedade dos serviços disponibilizados às pessoas “em situação de rua” de São João. À época presidindo a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o vereador ficou intrigado com a solicitação – cujo documento salientava a importância da presença dos responsáveis pelas áreas de cidadania, saúde, habitação, segurança e direitos humanos – e achou melhor conversar com os solicitantes para obter maiores esclarecimentos. Foi quando Diego me pediu que o acompanhasse nesse primeiro encontro com o vereador de São João.

Na primeira hora da tarde, nos encontramos em um terminal rodoviário, em meio à agitação de tantas pessoas circulando, correndo ou aguardando suas conduções. Durante a viagem, Diego atendeu o telefonema de uma secretária do vereador e recebeu a informação de que só poderíamos ser atendidos após às 17 horas, pois uma agenda com o prefeito atrasaria os compromissos da Câmara naquela tarde. Desconfiado de uma possível estratégia para que desistíssemos da reunião, Diego deixou claro que não haveria nenhum problema e que esperaríamos o tempo que fosse necessário.

Mesmo assim, teríamos que tomar muito cuidado com nossos posicionamentos. Para Diego, era fundamental que não demonstrássemos nenhum sinal de enfrentamento ou discordância. Em um ônibus lotado e faltando percorrer ainda a metade do caminho até o nosso destino, questionei aquela informação, que parecia chegar

tardamente até mim. Diego esclareceu que se tratava de uma estratégia: o tom da conversa deveria ser amigável pois, caso contrário, correríamos o risco de ter o pedido de audiência negado. Posteriormente, quando estivéssemos em diálogo público com as autoridades convidadas, poderíamos expor todos os questionamentos e denúncias necessárias. Por hora, teríamos que afirmar ao vereador que a audiência seria uma oportunidade de conhecer melhor os serviços existentes no município e firmar diálogos importantes no sentido de contribuir com a visibilidade de ações exitosas no campo socioassistencial, conduzidas na região metropolitana. Em suma, a nossa linha discursiva deveria ser, naquele momento, de composição e diálogo com o poder público.

Ao chegarmos em nosso destino, fomos identificados na portaria e recebemos um crachá de visitante. No terceiro andar, acessamos um corredor ao longo do qual estavam dispostos os gabinetes de cada vereador e onde aguardamos por mais de uma hora e meia a incerta conversa marcada para aquela tarde. Quando estávamos quase desistindo, a porta do gabinete se abriu e a secretária nos convidou a entrar. Acessamos uma pequena sala onde cumprimentamos o vereador e seu assessor. Finalmente, sentamos para conversar. Para a minha surpresa, as primeiras palavras de Diego foram: “eu acho que o Tiago pode, então, começar a explicar o que nos traz aqui”. Conhecendo Diego muito bem, eu não esperava que fosse falar muito naquela tarde, muito menos que fosse impelido, de surpresa, a iniciar a conversa. Tive que pensar rápido e, inspirado apenas pelo que havíamos confabulado no ônibus, olhei para o vereador e disse:

Olha, para lhe explicar melhor o motivo dessa audiência que estamos reivindicando, eu gostaria de contextualizar que eu e Diego somos integrantes do MNPR, que é um movimento social conduzido por pessoas em situação de rua. Em Porto Alegre, desde 2010, esse movimento vem conquistando uma série de melhorias nos serviços socioassistenciais a partir de um diálogo com o poder público, com a FASC e com o MP. Tomando esse diálogo como referência, nós gostaríamos de realizar uma audiência pública aqui em São João por acreditarmos que podemos não só contribuir com os serviços já existentes aqui, mas também aprender com vocês a partir de experiências locais do município. Não sei se o Diego quer acrescentar alguma coisa... (Diário de campo, 19 de maio de 2016).

Diego reiterou a minha fala e foi além:

Eu acho que é isso mesmo, Tiago. Na verdade, a nossa posição é mesmo de compor com a gestão, tentando um diálogo que nos permita, sim, aprender com vocês. Muitas pessoas em situação de rua circulam pela região metropolitana de Porto Alegre e já chegou até nós, por repetidas vezes, a informação de que o albergue municipal de São João atende as pessoas com dignidade, como deve ser feito. A nossa visão, por isso, é justamente de diálogo. Sabemos que muitos movimentos sociais têm uma postura de enfrentamento, mas nós entendemos que estamos todos do mesmo lado: gestor, trabalhador e usuário e que só assim conseguiremos avançar nas políticas públicas (Idem).

O vereador, que ouvia atentamente as nossas explicações, apresentou uma primeira resistência ao pedido de audiência, explicitando que se quiséssemos nos aproximar das práticas exitosas da assistência social, o mais indicado seria dialogar diretamente com a secretaria responsável pelos serviços direcionados à população em situação de rua. Em suas palavras...

Aqui em São João sabemos que a metade dos moradores de rua está de passagem e não fica aqui por muito tempo. Geralmente eles acessam os serviços por dois ou três dias e são encaminhados. Claro, temos também os que não querem atendimento nenhum e permanecem nas ruas. Para estes, temos a atuação das igrejas que doam sopas, roupas e ajudam da maneira que podem. Então a nossa realidade aqui é bem flutuante nesse sentido, mas o que eu não entendi ainda – e quero perguntar a vocês – é por que, ao invés de fazer uma audiência pública, vocês não se concentram em conversar diretamente com a secretaria responsável pelos serviços de assistência? Eu pergunto isso porque conversar diretamente com os serviços pode, na minha opinião, acelerar o processo de diálogo que vocês querem estabelecer” (Idem).

Eu não tinha resposta pronta para a questão. Olhei para Diego como quem pede ajuda. Sem titubear, ele já tinha uma réplica na ponta da língua:

Nós estamos trabalhando com a ideia da audiência pública porque é isso que tem dado muito certo na região metropolitana de Porto Alegre. Em Caxias do Sul, por exemplo, a última audiência foi bem produtiva porque pudemos ouvir diferentes vozes e opiniões a respeito dos serviços e isso ajuda muito em qualquer processo de melhoria. Além disso, pelas nossas experiências, uma conversa direta com os técnicos sempre acarreta certo receio e uma posição de defesa, como se estivéssemos avaliando o trabalho deles, mas a ideia não é essa (Idem).

A composição de nossas falas, nada ensaiadas e incrivelmente bem articuladas, não deixou dúvidas sobre nossas boas intenções: o vereador mostrou-se satisfeito, cumprimentou-nos em tom de despedida e afirmou que em breve entraria em contato com Diego para combinar a melhor data para a audiência pública. Conversamos rapidamente com o assessor, que confirmou nosso contato e avisou que em breve acertaríamos os detalhes para a realização do evento.

Mas bastou entrar no elevador para que toda a encenação fosse por água abaixo. Assim que a porta se fechou, Diego manifestou dificuldades para respirar e teve náuseas. Preocupado, perguntei o que estava acontecendo e ele explicou que o mal-estar era consequência de tudo aquilo que acabávamos de falar ao vereador – palavras e argumentos que nos posicionavam ao *lado* deles e não *contra* eles. Para Diego, o pior foi insinuar a criminalização dos movimentos sociais, ao frisar que a nossa postura era de diálogo e não de enfrentamento – ao contrário de outros coletivos. Ainda no elevador, confessei que o mais atormentador para mim fora elogiar os serviços locais voltados à população em situação de rua, quando o que sabíamos era que esses espaços tinham muitos problemas de maus-tratos, alimentação e instalações precárias, suspensões e expulsões constantes dos “usuários” – motivo pela qual o próprio vereador caracterizou a “realidade” dessa população como “flutuante”: entrada e saída constante dos espaços institucionais, circulação entre os municípios da região metropolitana e mesmo a recusa em acessar os equipamentos institucionais.

O mal-estar foi amenizado quando já estávamos na rua e resolvemos caminhar cinco quarteirões até a praça central da cidade, onde pegaríamos o ônibus de volta para Porto Alegre. Digerindo tudo que tinha acontecido naquele curto espaço de tempo, nos impressionamos com a sincronização das nossas falas, o encaixe dos argumentos e a nossa capacidade de encenação sem nenhuma brecha para contrapontos. Rimos muito da situação e Diego passou a comemorar o fato de que tínhamos colocado o vereador “no bolso” muito facilmente. As mesmas palavras que intoxicavam – causando mal-estar e repulsa – tinham um gosto de vitória: a audiência pública seria marcada. Mas precisaríamos redobrar o cuidado com retaliações, pois havíamos utilizado as ferramentas e benfeitorias da *fazenda* para encenar uma captura totalizante, um posicionamento dialógico, harmônico e pacífico ao lado dos que são construídos e representados como inimigos do MNPR-RS, aqueles nos quais jamais se deve realmente confiar.

Vivenciada já no último mês de pesquisa, essa anedótica experiência com Diego

me fez retomar os diários de campo, escritos anteriormente, e atentar para as notas que me passaram despercebidas, mas que guardavam caminhos que levavam a situações exemplares, versando sobre um reiterado desprezo pelo Estado, ainda que seus agentes e suas instituições fossem os principais apoiadores e interlocutores daquele movimento social. Naturalmente, a repulsa manifestava-se em todas as denúncias sobre a precariedade das instituições socioassistenciais, mas também – e principalmente – na manifestação do potencial tóxico das relações cordiais com seus representantes: o perigo em ultrapassar a linha tênue entre as estratégias que dissimulam o dever guerreiro (mas não o abandonam) e a possibilidade de se deixar convencer de que não há lugar melhor do aquele oferecido pelas autoridades e instituições estatais.

Desde o início da viagem, Diego deixou claro que nossas palavras deveriam ser ditas com cautela, no objetivo de encenar a captura, ou seja, de expor ideias que nos colocassem, estrategicamente, como “sujeitos ideais” para o diálogo estatal e para a construção conjunta e participativa das políticas públicas. O perigo tóxico exibia sua ameaça pela proximidade espacial, pela convergência de opiniões e pelas palavras elogiosas que nos colocavam contra os que defendíamos e ao lado do alvo de todas as nossas críticas, denúncias e contraposições. *A máquina de guerra*, ao fingir convencimento para, em seguida, revidar e afrontar, também sofreria consequências que se manifestariam no corpo de seus vetores e nas possíveis retaliações que poderiam brotar a qualquer instante pelos campos da *fazenda*. Era preciso tomar muito cuidado.

Longe de ser um caso isolado, a viagem com Diego desnudou o potencial reflexivo de outras experiências etnográficas que acabaram por reiterar e complexificar os modos de movimentação guerreira dos militantes do MNPR e dos mecanismos mobilizados para conjurar a lógica arborescente que insiste em enraizar-se no seio da luta pelos direitos da população em situação de rua.

Espiões e reféns

Em janeiro de 2016, ao final de uma reunião do MNPR-RS, cinco militantes conversavam sobre o recente ingresso em um grupo de facilitadores sociais, que atuaria na mediação entre os agentes de abordagem de rua da prefeitura e as pessoas em situação de rua, supervisionados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, a FASC (responsável pela gestão da assistência social na cidade). Na conversa, dois desses militantes selecionados para o trabalho junto à instituição relataram que, ainda no curso de capacitação que realizaram para trabalhar como facilitadores,

questionaram a coordenadora dos serviços de acolhimento institucional sobre a razão pela qual assembleias não estavam mais ocorrendo no Centro-Pop⁸, uma vez que, “por lei”, a população em situação de rua deveria participar da formulação e avaliação das políticas públicas. Contaram que, após o questionamento, a responsável pelo serviço, que teria ficado extremamente constrangida, garantiu que providências seriam tomadas para que as assembleias fossem reativadas. Antes de partir para outros rumos, os narradores desse curto diálogo afirmaram que “nós estamos lá, seja trabalhando para eles, seja como usuários do serviço, mas também estamos lá como espiões”.

No mesmo dia em que a referida conversa foi registrada, ficamos em um grupo menor, mas ainda tocados pelo assunto há pouco iniciado pelos facilitadores. Outro militante entre nós partilhou sua opinião sobre uma espécie de “efeito refém” provocado pela relação com as instituições estatais. Em suas palavras...

Existem muitas formas de ficar refém deles. Por exemplo, no Centro-Pop não pode tomar banho, mas se eu vou tomar banho na casa do fulano, eu já fico refém. Se eu vou numa reunião com os vereadores ou com os candidatos a prefeito, se eu aceito isso ou aquilo, eu já me torno refém. Então tem muitas formas de estragar o movimento, de detonar a luta. Se o cara da FASC vem aqui no movimento e oferece um apartamento do Minha Casa, Minha Vida, todo mundo pega. Eu não vou mentir: até eu pego! Isso é uma forma de facilitar o acesso ao serviço, mas facilita para poder cooptar. Todos que conseguiram o Minha Casa, Minha Vida saíram do MNPR (Diário de campo, 8 de janeiro de 2016).

De fato, ao longo de todo o trabalho de campo, sempre ouvi histórias sobre militantes que haviam se retirado de cena por terem tido acesso facilitado a políticas de moradia, como retribuição por apoio dado a eleições e reeleições de determinados candidatos à presidência da FASC. Pelo mesmo motivo, esses “beneficiados” teriam se afastado da mobilização social, seguindo suas próprias vidas, ou expulsos do MNPR-RS. São histórias difusas, geralmente sem rostos, sem nomes e sem datas, mas que, de certa forma, incidem sobre a atenção e a reflexão que os atuais militantes privilegiam quando o assunto é a relação com agentes, órgãos e instituições de Estado e de governo. São essas mesmas narrativas pretéritas, contadas em tom de reprovação, que parecem incitar os sujeitos a se autoafirmarem como “espiões” que adentram a sede da *fazenda de domesticação* apenas para espreitar e questionar sua administração.

Narrativas similares foram identificadas na pesquisa de Pedro Leite (2016),

também entre os militantes do MNPR-RS. Sem se deter com profundidade nesta questão, Leite refere a polêmica que se cria em torno de sujeitos que investem na autopromoção e que atuam em espaços institucionais para tirar “proveitos individuais”, sugerindo que atuações desse tipo promovem o afastamento e a destituição de legitimidade para falar em nome dos coletivos de mobilização. Mencionando casos semelhantes para o mesmo contexto de pesquisa, Schuch (2015) mostra que os militantes que buscam se autorrepresentar ou encontram caminhos alternativos à rua, também são lembrados negativamente e, em algumas situações, são expulsos da mobilização ou fazem com que o próprio grupo se desarticule.

Os motivos apresentados para tais acontecimentos, mencionados por Leite (2016) e Schuch (2015), são similares aos que justificaram o único caso de expulsão que pude acompanhar de perto, deflagrado por tentativas de concentrar poder, autoridade e representação nas mãos de uma única pessoa. Foi o que aconteceu com Ricardo, em setembro de 2014. Esse homem de aproximadamente 40 anos sempre esteve envolvido em diferentes coletivos de mobilização e visibilização da população em situação de rua na cidade. Uma conversa informal com o pesquisador e colega Bruno Fernandes⁹, que acompanhou de perto a circulação de Ricardo entre diferentes organizações, sobretudo no Boca de Rua¹⁰, me esclareceu que a sua inserção no Programa Fome Zero exigia uma série de mediações com serviços disponibilizados pelos gabinetes de alguns vereadores, como impressão de documentos e uso de telefones, além de parcerias com algumas secretarias municipais, no objetivo de angariar apoio e recursos para ações voltadas a pessoas em situação de “vulnerabilidade social”.

A sua saída do MNPR-RS ocorreu em uma única reunião, quando, nos meses subsequentes à Copa do Mundo, os militantes discutiam com o secretário municipal de direitos humanos a reabertura do Restaurante Popular na cidade. Em uma dessas reuniões, os militantes e apoiadores anunciaram a decisão consensual de que Ricardo não representava mais o movimento, uma vez que vinha firmando vínculos com a FASC, e concedendo entrevistas na mídia, explicitando aquelas parcerias e falando em nome do movimento, sem o consentimento de seus integrantes.

O ponto central a destacar como razão pela qual a participação de Ricardo vinha sendo desqualificada no MNPR-RS é a extrema proximidade com determinados partidos políticos e com alguns órgãos da administração municipal. Ou seja, o seu desligamento ocorreu não apenas por ter exercido uma política de autorrepresentação, mas sobretudo pela publicidade concedida a vínculos institucionais indeseja-

dos, que faziam dele uma pessoa não digna de confiança e que, ao mesmo tempo, apresentava-se como um “sujeito que deu certo” e que correspondeu às expectativas mais comuns da *fazenda de domesticação*: a “recuperação”. A postura de Ricardo, no entanto, foi muito simples: aceitou o desligamento e continuou a atuar no Fórum Rua, não deixando de manifestar o quanto, na sua opinião, a mobilização social deixaria de ganhar visibilidade ao evitar certas parcerias.

A meu ver, o que ocorreu com Ricardo expressa uma relação complexa entre os esforços coletivos para “tirar as pessoas das ruas” e a lógica individualizante e neoliberal que perpassa e conduz as ações e os discursos estatais, sobretudo no campo da assistência social – quando o Eu se sobrepõe ao Nós. De fato, “superar a situação de rua”, desenvolver “processos de saída das ruas” e promover o seu “enfrentamento”, construir “autonomia” e “independência” por meio do acesso à renda, à educação e à moradia; ingressar no mercado de trabalho por meio de programas de qualificação profissional e incentivar a “convivência familiar” (BRASIL, 2013, 2009) são objetivos apresentados por órgãos governamentais nacionais, como o MDS, e organizações internacionais, como a UNESCO, como indispensáveis para a “erradicação da pobreza” e para o “desenvolvimento social”. Em parte, Ricardo dava carne e sangue a esses ideais e, embora não estivesse trilhando um caminho distante dos que passam por experiências semelhantes, era extremamente significativo o fato de apresentar-se, em algumas ocasiões, como um “vencedor”, estando à frente de projetos voltados à doação de alimentos, à confecção de documentos de identidade e a oficinas de trabalho e renda – sempre aberto às mediações e diálogos com entidades e instituições estatais, como a FASC.

Tal atuação implicava um posicionamento específico em relação aos órgãos estatais. Ricardo não poderia ser acusado de ter “virado as costas” ou “abandonado seus companheiros”, mas a posição que ocupava nesse campo nebuloso de intervenção sobre a questão da “situação de rua” era problemática porque lhe concedia certa distinção e prestígio, fazendo com que se destacasse em relação aos demais.

Estou ciente dos perigos nessa evidente redução da experiência de Ricardo ao campo institucional. Não tive acesso, e talvez poucos militantes do MNPR tenham tido, à complexidade de tal inserção e do quanto essas mediações poderiam significar um território estratégico de militância política, no qual, talvez, ele atuasse sabendo muito bem de sua toxicidade, desvencilhando-se dela na dimensão prática e cotidiana de suas ações. O que me é possível inferir, no entanto, é que o desligamento de Ricardo sinaliza a reprovação não de suas decisões e opções individuais,

mas de um processo de formação de indivíduos que se destacam em relação ao coletivo. Repelir esse processo era uma forma de evitar estreitos canais de comunicação e, conseqüentemente, de dependência, subordinação e controle.

Ainda é possível sugerir que, quando se critica a postura de Ricardo, também se afasta qualquer referência ou vinculação que se possa fazer entre os integrantes do MNPR-RS e certas instituições. Vivenciei diferentes situações marcadas por relatos sobre sujeitos supostamente “cooptados” pela FASC. Ironicamente, eram esses casos – vistos por muitos como resultado positivo das políticas públicas – que se tornavam alvo de recusa. Com esses mecanismos de controle e rejeição do indesejado, os militantes e apoiadores do MNPR mantinham a afronta à autoridade e legitimidade estatal e reduziam as possibilidades de total domínio sobre a mobilização social.

Forças que se cruzam, mas não se fundem

A mesma lógica que parecia operar sobre o desligamento de Ricardo replicava-se na insistente preocupação com o uso dos símbolos do MNPR-RS, como a bandeira e a camiseta do movimento. Circulando pelo país nas cores azul ou vermelha, tendo ao centro os contornos territoriais do mapa do Brasil, esses símbolos são, igualmente, objetos que devem ser protegidos de qualquer *contaminação* que não seja estratégica. Não foram raras as experiências de campo nas quais pude visualizar um exímio cuidado para que os símbolos do MNPR estivessem no “lugar certo” e sendo utilizados pelas “pessoas certas”, garantindo que, quando seus usos fugissem a essa “regra”, tudo não passasse de uma estratégia política.

Uma dessas experiências ocorreu durante a cerimônia de reabertura do Restaurante Popular em Porto Alegre, realizada no dia 25 de fevereiro de 2016¹¹. Às 11h da manhã, em um prédio localizado no Bairro Floresta, distante a meia hora a pé do centro da cidade, aglomeravam-se pessoas muito bem vestidas para a solenidade, a maioria vinculada aos governos municipais e estaduais, funcionários da rede socio-assistencial, além de policiais militares, seguranças, fotógrafos e repórteres de rádio e TV que, por repetidas vezes, entrevistavam o Secretário Municipal de Direitos Humanos. Nesse cenário de múltiplas interações, muitas outras pessoas começavam a formar uma fila para almoçar no primeiro dia do novo restaurante popular.

Aparentando ter não mais do que 40 anos, dois homens aproximaram-se da porta central do restaurante e ali ficaram, entre os assessores de imprensa e de governo estadual e municipal. Um deles vestia a camiseta vermelha do MNPR. Por carregar esse símbolo no corpo, logo atraiu a maioria dos repórteres que cobriam

o evento e que passaram a entrevistar o até então desconhecido “militante”. Entre as perguntas que eram realizadas pelos profissionais de imprensa, identifiquei uma linha especulativa comum: a transformação que a reabertura do restaurante popular provocaria na vida das pessoas “em situação de rua”. Com uma voz mansa e quase inaudível, aquele homem, cercado de gravadores, câmeras e microfones, humildemente explicou que, a partir daquele dia, ele teria um lugar onde poderia se alimentar, sem gastar muito e sem precisar “pedir comida nas ruas”. Ao mesmo tempo, era possível ouvir o Secretário de Direitos Humanos afirmar, para outros repórteres, que a abertura do restaurante representava um importante passo rumo à construção da dignidade das camadas mais pobres da população, simbolizando a luta contra uma sociedade injusta e desigual.



Imagem 1: Entrada do restaurante popular.

Fonte: Jornal do Comércio, Porto Alegre, 2016

Outros militantes do MNPR-RS chegaram ao prédio assim que aquela entrevista foi concedida. Um deles, quando soube que havia alguém usando indevidamente os símbolos do movimento, quis de imediato saber quem ele era e onde estava. Mas fomos surpreendidos pela chegada do então prefeito José Fortunati (PDT) e do

governador José Sartori (PMDB), que adentraram o prédio levando consigo a multidão de profissionais que os aguardava. Quando consegui atravessar uma densa aglomeração de pessoas, encontrei militantes e apoiadores do MNPR-RS conversando com o homem que vestia a camiseta do movimento, questionando a origem daquela aquisição e alertando sobre o fato de que ele não deveria estar falando em nome da população em situação de rua. Respondendo vagamente algumas questões, aquele interlocutor demonstrou estar assustado com a situação, parecendo realmente não saber muito bem o que estava acontecendo. Outros apoiadores intervieram para acalmar os ânimos, sugerindo que o grupo convidasse aquele sujeito para participar das reuniões semanais do movimento, passando, de fato, a integrar o MNPR.

Eram posicionamentos distintos que estavam em jogo: vestindo a camiseta do MNPR e legitimando “a visão governamental” sobre o papel inquestionável de suas ações rumo à superação da “pobreza e desigualdade”, aquele sujeito fazia com que, na visão de militantes e apoiadores, o movimento fosse alvo de uma estratégia política que colocava seus integrantes publicamente ao lado das autoridades governamentais, numa posição indesejada, na medida em que ocultava o peso de suas mobilizações na reinauguração do restaurante. Tanto é que, nas falas públicas que compuseram o ritual de inauguração, os militantes do MNPR não tiveram nenhum espaço para se colocar.



Imagem 2: cerimônia de abertura do Restaurante Popular.

Fonte: Jornal do Comércio, Porto Alegre, 2016

A cerimônia de reinauguração contou com a presença de autoridades governamentais que celebraram e positivaram aquela ação como um avanço rumo à “construção da cidadania”. No entanto, o bônus deste “avanço” foi discursivamente depositado na conta dos representantes políticos presentes, que não referenciaram a mobilização realizada pelo MNPR para que aquele dia tão esperado chegasse, após anos de desinteresse do poder público.

Os militantes e apoiadores já esperavam tal desenrolar dos fatos, pois a prefeitura não enviou nenhuma notificação ou convite formal ao movimento. Por isso, muitos decidiram marcar presença na cerimônia e, também por isso, tiveram certeza de que aquele homem desconhecido, estampando no peito os símbolos de uma luta nacional pelos direitos da população de rua, era um “convidado especial”, estando ali no objetivo único de substituir o posicionamento crítico dos integrantes do MNPR-RS e legitimar a “visão governamental”. Dois meses depois, em entrevista ao Canal Paralelo¹², alguns militantes expuseram seus contrapontos, trazendo a mobilização promovida pelo movimento para o centro da discussão. Vestindo a camiseta vermelha do MNPR, Marcos declarou:

Nós ajudamos a construir tudo, e no fim, quem está tomando consciência e peso de tudo é a prefeitura, é o atual governo que também está fazendo propaganda para eleger os próximos. [...]. Nós fizemos tantas reuniões, umas três, quatro audiências públicas. Imagina tu chegares e não te convidarem para nada! É como eu ajudar tu fazer a festa de aniversário e depois não ser convidado. Está faltando é o governo reconhecer o nosso trabalho, porque nós não ganhamos nada, eu não ganho nada para fazer isso. O que eu ganho é a minha moral (Canal Paralelo, 17 de abril de 2016).

Foi preciso fazer uma espécie de correção discursiva em forma de revide. O que não se poderia admitir era a cristalização hierárquica de uma posição subalterna sobre um contingente populacional que recebe passivamente as “benesses do Estado”, sem contestar ou reivindicar reconhecimento de sua inserção ativa, propositiva e combativa na formulação das políticas públicas. Inverter este quadro, fortalecido pela voz titubeante de um sujeito “cooptado pelo governo”, tornou-se fundamental para que os elementos de composição, de harmonia, de concordância e de subalternidade fossem desfeitos ou, ao menos, abalados. Por isso, foi indispensável estampar a camiseta do MNPR no peito, marcar a dimensão da luta e do enfrentamento sem o qual a reabertura do restaurante popular não teria ocorrido, afirmar

que toda aquela performatividade estatal (Blázquez, 2012) guardava interesses políticos e, ainda, sugerir que o protagonismo dos militantes e apoiadores foi ocultado e desprezado pelas autoridades públicas. Na voz de Marcos e de outros integrantes do MNPR-RS, nenhuma palavra foi dita a respeito de “transformações” que aquele equipamento público provocaria na vida das pessoas. Todos sabiam muito bem que era exatamente isso que “eles” queriam ouvir.

O que tudo isso parece nos dizer é que, assim como seus integrantes, os símbolos da *máquina de guerra* também não devem chegar tão perto do *aparelho de captura* a ponto de declarar publicamente seus vínculos insuperáveis – ainda que indesejáveis. Podem estar juntos, nos mesmos espaços, nos mesmos discursos, nos mesmos eventos, mas suas diferenciações, assim como o caráter agonístico de suas relações devem ser ressaltados, lembrados, estampados o tempo todo. O que vale destacar é que esses diferentes sujeitos procuram manter uma distância mínima em reação ao Estado, que possibilite o diálogo sem sobreposições e sem fusões: são linhas que se cruzam, mas não se fundem e jamais se fecham em círculos concêntricos e ideais, dispostos igualmente em um território compósito e unificado no qual todos falam a mesma língua e estão o tempo todo do mesmo lado (Deleuze & Guattari, 1997).

Últimas reflexões: a resistência de uma luta nômade

O que, a meu ver, se impõe do início ao fim nas experiências etnográficas aqui descritas, são esforços individuais e coletivos contra a cristalização de autoridades e hierarquias que permitam o avanço dos latifúndios da fazenda de domesticação. Falar por si sem a construção coletiva e estratégica do que e para quem falar é falta gravíssima, pois corre-se o risco de falar o que “eles”, os que não estão “do nosso lado”, querem ouvir. Por isso, entende-se que o sujeito que se destaca corre o risco de não só negligenciar a discussão coletiva, mas principalmente, de aderir, como refém (e não como espião), aos discursos que legitimam as instituições estatais.

O que se torna extremamente curioso e interessante é a semelhança entre a regulação exercida sobre certos militantes que se deixam “atrair” pelas promessas estatais e a dinâmica de circulação de bens entre pessoas em situação de rua no município de Pelotas, explorada em minha dissertação de mestrado (Lemões, 2013). O que, à época, me impressionava era a inexistência de conflitos graves entre os companheiros em situação de rua que, mesmo sabendo quem havia furtado seus bens, jamais identificavam os alvos de suas desconfianças, tampouco se insurgiam contra eles. Sabendo que a ostentação de um relógio ou de um celular feria alguns

dos valores cruciais naquele contexto – a partilha e a coletividade –, o sujeito lesado tinha ciência de que o objeto que antes o distinguia, mas que desapareceu, retornaria para o grupo em que estava inserido, sob a forma de alimento ou outros itens a serem compartilhados entre todos. Tais considerações me levaram a concluir que...

[...] possuir determinados bens soa como uma traição. É como se o detentor estivesse simbolicamente passando para o “outro lado”: o lado dos “desiguais”, daqueles que ostentam em demasia, que acumulam cada vez mais e exibem-se aos olhos dos que nada possuem. Nesse sentido, o roubo teria o papel de regular a igualdade material entre os pares de rua, sem, contudo, acarretar conflitos com o poder de romper as relações (Lemões, 2013:208-209).

O desprezo pela acumulação de bens nas mãos de uma única pessoa é combatido porque eleva uns sobre os outros, apresentando sinais de poder e hierarquia que, mesmo passageiros e simbólicos, destacam indivíduos, ferem a reciprocidade entre os iguais e aproximam aquele que acumula ao universo dos que, em posição “superior”, ostentam frente aos que “nada possuem”. Contrapor-se ao acúmulo de bens e, no caso do MNPR, ao acúmulo de poder, prestígio e destaque, parece caminhar para o mesmo intento: evitar o cruzamento com linhas que tudo enraízam, ao invés de fazer com que as coisas circulem, sejam elas objetos de valor ou poder de fala e visibilidade. Bens demais, poder demais, perigo demais.

Há muitos anos, Clastres (2011 [1974]) nos mostrou que certos grupos não cessam de investir contra aquilo que é destinado a destruí-los: a centralização do poder e, sobretudo, o respeito ao poder, o desejo de poder. Por isso, o esforço permanente das sociedades indígenas sul-americanas em separar poder e prestígio, de modo que nada – nem mesmo a glória das vitórias da guerra – permita o comando de um sobre outros, se traduz num trabalho coletivo que impede a insistente formação estatal: “é o esforço permanente para impedir o chefe de ser chefe, é a recusa da unificação, é o trabalho de conjuração do Uno, do Estado” (Clastres, 2011:186)¹³.

Entre os Guayaki paraguaios, Clastres revela que o guerreiro só acessa o prestígio (sempre passageiro) de suas vitórias, quando o seu desejo de guerra coincide com o desejo coletivo de guerrear, caso contrário, o chefe guerreiro pode utilizar a sociedade para atingir objetivos individuais, transmutando prestígio em poder. A morte física (ou social) é, com frequência, o destino de guerreiros que assim procedem, uma vez que “isolar o poder político é impossível na sociedade primitiva, não há lugar, não há vazio que possa ser preenchido pelo Estado” (Clastres, 2011:179)¹⁴.

Como já apontou Schuch (2015), as mobilizações que precederam a fundação do MNPR em Porto Alegre apresentavam dinâmica semelhante à demonstrada por Clastres, uma vez que tais formas de mobilização se traduzem num “movimento que se movimenta”, ou seja, que se desagrega toda vez que líderes se destacam de diferentes formas.

Essa mesma dinâmica é, também, esparramada pela rede de relações tecidas no “universo das ruas”, mostrando que o líder, aquele que se torna referência em cada agrupamento, não tem poder de mando e autoridade. Ele pode aconselhar, propor regras, mas jamais deseja a posição de domínio sobre o grupo. Tomamos o exemplo de Marcos, “militante em situação de rua”, que deixou tal questão explícita quando nos encontramos em um sábado de novembro de 2015, em uma feira ecológica do centro da capital gaúcha, ocasião em que ele vendia jornais do Boca de Rua. Enquanto conversávamos em meio ao vaivém de pessoas, um casal aproximou-se de nós e entregou dois pacotes de produtos integrais a Marcos, que agradeceu e perguntou se, no próximo domingo, eles iriam em sua “aldeia” (termo utilizado para designar grupamentos urbanos de rua). O homem, de aproximadamente 50 anos, respondeu que teria outro compromisso e, em seguida, orientou Marcos a cuidar melhor da sua horta. Foi então que consegui entender minimamente do que se tratava o diálogo: o casal era vinculado a algum movimento de agroecologia, e há algum tempo vinha estimulando Marcos e seus companheiros a cultivar uma horta no terreno onde estavam alojados. Em tom de repreensão, ele continuou:

Tem que limpar na volta, tirar a palha e usar o carrinho para aguar. Tu tens que liderar, Marcos! Tem que ter um líder para fazer as coisas acontecerem. A limpeza vocês fazem só três vezes por semana, mas tem que fazer mesmo! Imagina se depois dá certo e tu começa a espalhar essa ideia para as outras aldeias, os caras vão fazendo também. Quem sabe depois tu vais lá para o nosso encontro nacional e consegue espalhar isso nacionalmente. E tu vais ser o cara que vai começar isso, mas tem que ter liderança (Diário de campo, 14 de novembro de 2015).

Marcos ouvia com atenção e, vez ou outra, sinalizava concordância. Assim que os conselhos foram dados, o casal despediu-se de nós. Quando nos vimos sozinhos novamente, Marcos comentou comigo: “ele só pode estar louco! Como vou liderar as pessoas lá na aldeia? Quem sou eu para mandar nos outros? Eu já fui morar na rua para não ser mandado, como é que eu vou mandar agora?”.

Ao descrever essas interações, argumento a respeito da possível transposição de

uma dinâmica de organização coletiva das ruas para a mobilização social por direitos. Essa transposição insurge-se contra a figura da autoridade, da hierarquia e do prestígio individual que, a todo tempo e por diferentes vias, insiste em criar raízes no seio de um coletivo inclinado a funcionar como *máquina de guerra*, desterritorializando tendências arborescentes, rígidas, centralizadas e produtoras de sujeitos ideais à lógica neoliberal, centrada na figura do indivíduo autônomo, recuperado e empoderado. Nos termos de José Carlos dos Anjos (2006), o que essa disposição nômade desafia é a forma como a cultura ocidental representa o poder: sempre unívoco, baseado no exercício espetacular do poder estatal, obcecado por uma comunicação rostificada, representada em corpos individuais e individualizados. Isso explica, em parte, a obsessão estatal na busca de um líder, de uma concentração de força personificada e que organize a ressonância dos centros de poder com a mesma natureza concêntrica estruturada pelo Estado (Barbosa, 2001; Biondi, 2009; Marques, 2010).

Nada disso, no entanto, insinua que as pessoas “em situação de rua”, militantes do MNPR ou não, estejam deixando de lado as “oportunidades” de lutar efetivamente pela conquista e garantia de seus direitos, ao erigirem mecanismos para barrar os aspectos que consideram nocivos dessa proclamada parceria construtiva com as instituições estatais. Ninguém melhor do que eles sabe que se deve confiar desconfiando, pois são sujeitos que narram com a voz, com o corpo, com a memória, as marcas da violência estatal, perpetrada por agentes das instituições de segurança pública, assistência social, habitação, saúde e tantas outras.

O que se quer reforçar é que frente às atuações e concepções nativas sobre Estado e políticas públicas neoliberais, nos deparamos com a potencialidade dos conceitos filosóficos aqui explorados para fazer eclodir outra perspectiva teórico-reflexiva sobre pessoas em situação de rua no Brasil. O que o viés aberto pela leitura na chave da *máquina de guerra* nos possibilita apreender são pessoas de carne e osso respondendo às décadas de visibilidade violenta, perpetrada por um Estado que sempre esteve de olhos bem abertos em relação às suas populações indesejáveis ao “projeto civilizacional” – visibilizando-as negativamente desde o seu braço penal e punitivo (Lemões, 2018).

Por isso, ao invés de reiterar uma percepção já consolidada em certa bibliografia sobre o tema no Brasil – calcada em posições explicativas que retomam as contradições do sistema capitalista, as mudanças estruturais na economia, as sucessivas crises mundiais, o acirramento das desigualdades socioeconômicas e a ausência de

políticas públicas (ROSA, 2005; BURSZTYN, 2000; NEVES, 2010, entre outros) –, a lente privilegiada neste artigo redirecionou o foco para a constatação de que movimentar-se como *máquina de guerra* é conduzir uma luta nômade pelos direitos, que invade latifúndios da *fazenda de domesticação*, exige participação nas colheitas, mas não deixa de denunciar o veneno, a toxidade encharcada no solo pelos “grandes produtores”. É o que, minimamente, possibilita a produção de fissuras em imagens humanitárias que o Estado constrói sobre si tão logo surge a oportunidade de atuar conjuntamente com grupos e populações marcadas pela violência de seu braço repressivo. Por essas fissuras, também se criam possibilidades para reduzir as coordenadas institucionais que, por todos os lados, buscam nortear os passos de uma luta nômade. Oscilando entre a denúncia e a reivindicação, essas pessoas declaram guerra aos favorecimentos e negociação de “migalhas” oferecidas em troca de lealdades, e exigem respeito, dignidade e visibilidade, nem que para isso precisem atuar como espões e vestir-se com as armaduras de um guerreiro nômade.

Recebido: 30 /07/2018

Aprovado: 10/04/2019

Tiago Lemões é pós-doutorando em Antropologia (PPGAnt/UFPel). Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), com doutorado-sanduiche na Université Paris VIII. Possui experiência nas áreas de Teoria pós-colonial e Antropologia do Estado, dialogando com os seguintes temas: população em situação de rua, racismo, políticas públicas, direitos humanos, poder e governamentalidade. Orcid: 0000-0002-3538-3414. Contato: tiagolemoes@gmail.com

Notas

1. Em março de 2012, o Superior Tribunal de Justiça negou o pedido do Ministério Público de levar a julgamento quatro policiais envolvidos diretamente nas mortes. Para uma análise detalhada sobre o andamento do inquérito policial que apurou os referidos crimes, ver Mata (2006).
2. Este artigo configura o resultado de uma revisão, ampliação e aprofundamento analítico do sexto capítulo de minha tese de doutorado, defendida em 2017 (PPGAS/UFRGS), sob orientação de Patrice Schuch e com financiamento da CAPES. Recentemente, as reflexões aqui desenvolvidas

foram apresentadas no painel *Anthropology of contemporary states: institutions of public administration, population management and symbolic production of state centrality*, coordenado por Antonio Carlos de Souza Lima e Laura Navallo Coimbra, por ocasião do *18th IUAES World Congress*. Agradeço enormemente aos coordenadores do referido painel pelas valiosas e potentes contribuições ao trabalho apresentado.

3. O termo “conjurar” assume aqui o sentido de tramar, conspirar, afugentar algo que não se quer por perto em demasia. Sua utilização semântica, neste texto, inspira-se no movimento descrito por Pierre Clastres (2011) para caracterizar os meios utilizados por organizações sociais indígenas para impedir a formação de conjuntos sócio-políticos integrados e centralizados, o que configura, para o autor, um modo eficaz de impedir a emergência unificadora do Estado, sobretudo entre os Guayaki paraguaios, com os quais realizou pesquisa etnográfica.

4. Atualmente, porém, o MNPR vem constituindo, a nível nacional e regional, o que os militantes denominam de Frente Feminina e Frente LGBTT: coletivos que compõem segmentos da mobilização social que buscam ampliar a diversidade de militantes e, ao mesmo tempo, explicitar a desigualdade nos espaços de representatividade no movimento social. Em Porto Alegre, esse processo tem ocorrido a partir da interiorização do movimento e da articulação de militantes em situação de rua ativos no debate de gênero e sexualidade em municípios do interior do estado.

5. Agradeço a oportunidade de repensar e considerar os atravessamentos de gênero que incidem sobre nossas análises, aprendizado que só foi possível em virtude das críticas e sugestões realizadas pelos pareceristas anônimos da *Anuário Antropológico*, que também apontaram uma série de outras questões extremamente relevantes para a qualificação deste texto.

6. A cidade de Porto Alegre foi palco de diferentes grupos de mobilização pelos direitos da população em situação de rua, organizados por usuários de serviços assistenciais, trabalhadores da rede pública de assistência social e ONG's locais, que tiveram visibilidade entre as décadas de 1990 e 2000, antes de se vincularem ao movimento nacionalizado, em 2013. Um histórico pormenorizado da atuação dessas mobilizações pretéritas consta no segundo capítulo de minha tese de doutorado (Lemões, 2017).

7. Optei por criar um nome fictício para o município e para os interlocutores, a fim de não identificar o local e nem os atores envolvidos na experiência relatada a seguir, no objetivo de minimizar prejuízos que porventura possam recair sobre os envolvidos nas cenas descritas.

8. Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro-Pop) – um serviço instituído em 2009 pelo governo federal e discursivamente voltado ao desenvolvimento de relações de solidariedade, respeito e convívio social de mulheres e homens que vivem nas ruas.

9. Bruno Fernandes é graduando em Ciências Sociais (UFRGS) e tem se engajado política e academicamente com os coletivos dedicados à luta pelos direitos das pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Sou grato a esse colega e amigo pela partilha de reflexões e experiências de campo ao longo de três anos de pesquisa – agradecimento que se estende a Gabriela Jacobsen e Pedro Leite, que também atuaram como pesquisadores e apoiadores do MNPR.

10. O jornal *Boca de Rua*, do qual a maioria dos atuais militantes do MNPR-RS faz parte, é fruto de um descontentamento com as tendências conservadoras da imprensa gaúcha. Criado em 2000 por duas jornalistas, assumiu o papel de dar ressonância às “vozes de uma gente invisível”, conjugando denúncias de múltiplas violências, preconceitos e violações. Para uma análise do papel político do

Boca de Rua, ver Jaenisch, 2007.

11. Tendo funcionado de 2005 a 2013, nos arredores da Rodoviária, o restaurante popular foi interditado por falta de Plano de Prevenção Contra Incêndios. Três anos depois, após uma série de negociações entre os anos de 2014 e 2015, envolvendo integrantes do MNPR, da FASC, da Secretaria de Direitos Humanos e da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o restaurante foi finalmente reinaugurado, passando a servir 600 refeições diárias.

12. A entrevista está disponível na íntegra no site do Canal: <https://www.youtube.com/watch?v=DvVsUf2oCdl>

13. Do original: “c’est l’effort permanent pour empecher les chefs d’être chefs, c’est le refus de l’unification, c’est le travail de conjuration de l’Un, de l’Etat” (Clastres, 2011:186). Tradução do autor.

14. Do original: “le pouvoir politique séparé est impossible dans la société primitive, il n’y a pas de place, pas de vide que pourrait combler l’Etat” (Clastres, 2011:179). Tradução do autor.

Referências bibliográficas

ANJOS, José Carlos dos. 2006. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BRASIL. *Política Nacional para a População em situação de rua*. Decreto n. 7.053, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. *Diálogos sobre a população de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Brasília: SDH, 2013.

BARBOSA, Antônio Rafael. 2001. “Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. *Alceu*, v. 2, n. 3.

BIONDI, Karina. 2010. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.

BLÁZQUEZ, Gustavo. 2012. “Fazer cultura. Fazer-se Estado. Vernissages e performatividade de Estado em Córdoba”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp. 37-61.

BURSZTYN, Marcel (org.). 2000. *No meio da rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.

CLASTRES, Pierre. 2011. *La société contre l’État*. Paris: Les Éditions de Minuit.

DE LUCCA, Daniel. 2008. “Vidas de Rua em Jogo: políticas públicas, segurança e gestão da população de rua em São Paulo”. In: *Seminário Nacional População em situação de rua*, 2008, São Carlos. Anais do Seminário.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1996. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.*, v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1997 *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34.

FERNANDES, Talita. 2019. *Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na*

- cidade. Dissertação de mestrado [Programa de Pós-Graduação em Geografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- JAENISCH, Samuel. 2007. “Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como espaço de mediação”. In: Soraya Fleischer, Patrice Schuch, Cláudia Fonseca (orgs.). *Antropólogos em Ação: experimentos de pesquisas em Direitos Humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.121-131.
- LEITE, Pedro. 2016. *Na luta com os peregrinos. Uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre*. Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LEIRNER, Piero. 2012. “O Estado como fazenda de domesticação”. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4, n. 2, p. 38-70.
- LEMÕES, Tiago. 2013. *A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas.
- LEMÕES, Tiago. 2017. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LEMÕES, Tiago. 2018. O Estado de olhos bem abertos. Um debate sócio-histórico sobre violência, massacre e direitos da população de rua no sul do Brasil. In: Márcia de Calazans, Mary Garcia, Emília Piñeiro (orgs.). *América Latina. Corpos, trânsitos e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi.
- MARQUES, Adalton. 2010. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, v. 14, n. 2.
- MATA, Paulo. 2006. *O massacre da Praça da Sé*. Monografia [Graduação em Jornalismo]. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- NEVES, Delma. 2010. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica* (UFF), v. 2, p. 100-130.
- ROSA, Cleisa. 2005. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec.
- SARMENTO, Caroline. 2017. *O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre*. Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCOTT, James. 2013. *Zomia. Ou l’art de ne pas être gouverné*. Paris: Editions Seuil.
- SCHUCH, Patrice. 2015. “A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil”. In: Cláudia Fonseca, Helena Machado (org.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV. p. 121-145.
- WACQUANT, Loïc. 2013. “Marginalité, ethnicité et pénalité dans la ville néolibérale: une cartographie analytique”. In: Mathiew Hilgers (org.). *État neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles. p. 17-39.

A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua

Resumo: O objetivo deste texto é circunscrever uma teoria nativa do Estado, tendo como substrato um conjunto de mecanismos utilizado por militantes do Movimento Nacional da População de Rua, em Porto Alegre (RS), para conjurar os efeitos perversos da presença estatal na luta por direitos. Para tal, lanço mão de experiências etnográficas para realçar ações cotidianas da militância política que expurgam autoridades, hierarquias e poder de comando entre os sujeitos que mantêm uma proximidade dúbia e perigosa com o Estado. Retomando contribuições de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Piero Leirner sobre fenômenos simultâneos de captura e escape, proponho pensar a população de rua como máquina de guerra, cuja principal razão de existência reside na aversão à lógica neoliberal das políticas públicas e na contração ao Estado tóxico, do qual se deve manter certa distância para evitar, inclusive, indesejáveis sintomas físicos.

Palavras-chave: população em situação de rua, máquina de guerra, Estado tóxico.

The war machine against the toxic state. Capture and state conjuring in a struggle for rights of homeless people

Abstract: The aim of this text is to highlight a native theory of the State, based on a set of mechanisms used by militants of the Movimento Nacional da População de Rua, in Porto Alegre (RS), to mitigate the perverse effects of the state presence in the struggle for rights. For such purpose, I analyze the ethnographic experiences to highlight the relations between the militants and the agents who are dangerously near to the State. Considering the contributions of Gilles Deleuze, Félix Guattari and Piero Leirner on simultaneous phenomena of capture and escape, I propose to think the action of the homeless people as a war machine whose main reason lies in its aversion to the neoliberal logic of public policies and in the opposition to the toxic State, from which one must keep a safe distance.

Keywords: homeless people, war machine, toxic state.

Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias

Marcus A. S. Wittmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

From the point of view of an archaeologist it can be difficult to believe that there are cultural realms to be investigated right in front of our eyes, in our very actions or words, or in the movement of the trowel. Or that the everyday archaeological routines and procedures that seem so ordinary to us might seem truly extraordinary if viewed from another standpoint. (Matt Edgeworth, 2006: xiv-xv)

Sobre arqueologia e licenciamento ambiental

A inserção de diferentes práticas científicas nos trâmites do licenciamento ambiental é causa de diversos debates, posições, análises e interpretações. No âmbito das ciências humanas – nas quais tanto a arqueologia quanto a antropologia se encontram –, uma das grandes perguntas que é feita gira em torno da possibilidade de se exercer metodologicamente e teoricamente um trabalho de campo que consiga ir além do estritamente solicitado pela legislação e possibilitado pelos prazos e orçamentos. A pesquisa aqui apresentada é fruto de uma dissertação de mestrado (Wittmann, 2018), a qual visou lançar um olhar etnográfico para a prática arqueológica no licenciamento ambiental, abrangendo tanto questões relativas ao trabalho de campo quanto aos constrangimentos legais, burocráticos, políticos, econômicos e também científicos que perpassam a confecção de relatórios técnicos e a definição de sítios arqueológicos.

No que tange à prática arqueológica nesse contexto, as discussões e análises de dentro do campo, publicadas em artigos ou apresentadas em congressos, ainda têm seu foco ou em uma exposição acerca da metodologia e resultados de pesquisa, ou em uma crítica a um dito conluio entre arqueologia, capitalismo e projetos desenvolvimentistas. Para se ter uma ideia do tamanho da relação entre arqueologia e licenciamento ambiental, desde 2002, quando a primeira legislação específica referente à prática arqueológica no licenciamento ambiental foi publicada (Portaria 230/2002), os processos de arqueologia protocolados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) referentes à construção de empreendimentos

correspondem a quase 90% dos protocolos totais. Olhando para os últimos anos, a partir de 2015 – quando uma nova legislação entrou em vigor (Instrução Normativa 01/2015) –, esse número pula para 95%¹. Assim sendo, a prática arqueológica no licenciamento ambiental não é apenas causa de um caloroso debate, mas também a principal fonte de trabalho e pesquisa no campo da arqueologia no Brasil.

Meu principal objetivo com esta pesquisa, frente a esse tema quente da relação entre ciência e licenciamento ambiental, foi lançar um outro olhar sobre essa problemática. A abordagem etnográfica nesse caso possibilita trazer uma visão de dentro desse embate, através das falas de diferentes arqueólogos(as), e de fora dele, através de uma análise baseada na antropologia da ciência. Pretendo demonstrar, ao longo destas páginas, não apenas as interpretações acerca desse tema provindas da minha dissertação, mas também a importância de uma etnografia de uma ciência social, humana, nesse contexto do licenciamento ambiental, sendo ele um campo profícuo e rico tanto para a antropologia quanto para a arqueologia.

Explicito aqui o meu lugar particular no e em campo: minha formação acadêmica inicial foi voltada para a arqueologia, e minha experiência profissional nessa área se deu principalmente em processos de licenciamento ambiental. Deste modo, ao fazer uma etnografia da arqueologia, transito entre algo familiar, mas com um olhar voltado para problematizar, descrever, analisar e, de certa forma, transformar esse familiar em exótico. Minha experiência na área da arqueologia possibilitou uma inserção no campo dessa pesquisa de um modo favorável, pois já conhecia tanto os diferentes trâmites que abrangem a prática da arqueologia no licenciamento ambiental quanto vários atores entrevistados na pesquisa (seja por congressos ou trabalhos conjuntos). Essa minha identidade híbrida, entre antropólogo e arqueólogo, entre quem observa e quem participa, me leva também a assumir um papel de diplomata (Latour, 2004), ao procurar um diálogo, estabelecer negociações e possibilidades entre partes destoantes, se não opostas, como muitos definem a arqueologia e o licenciamento ambiental. Dessa forma, minha pesquisa foi pensada também para ser lida tanto por antropólogos quanto por arqueólogos.

A etnografia da prática arqueológica, trabalhada principalmente por Edgeworth (2003, 2006), conversa tanto com a perspectiva pós-processual da arqueologia, a qual entende a disciplina e a produção de um conhecimento sobre o passado como uma produção política e social feita no presente, quanto com a teoria ator-rede da antropologia da ciência (Latour, 2011), a qual propicia um entendimento dos diferentes atores humanos e não humanos atuantes no processo de constituição e

estabilização de fatos científicos. Deste modo, a análise proposta pela etnografia da prática arqueológica abarca diferentes aspectos da construção do conhecimento arqueológico, desde o trabalho de prospecção e de escavação, até a análise dos dados e objetos em laboratório, a interação com a comunidade, com atores não humanos, as ações de educação patrimonial, a relação com os empreendedores e com o órgão fiscalizador, e a produção de relatórios técnicos, entre outros. A proposta desta pesquisa é voltar sua atenção para as atividades culturais, sociais e políticas dos(as) arqueólogos(as) no presente, através das quais a visão acerca do passado é feita possível (Edgeworth, 2010:53), e, dentro do âmbito do licenciamento ambiental, como é dada a produção de conhecimento sobre uma área e/ou um patrimônio específico que possui um interesse estatal ou da iniciativa privada. Dentro do escopo deste trabalho, meu esforço consistiu em ouvir e entender o que os atores têm a dizer, e seguir suas práticas e discursos nas trilhas de papel dos empreendimentos das quais fazem parte², evidenciando os conflitos e constrangimentos burocráticos, científicos, políticos e sociais pelos quais a construção do conhecimento arqueológico passa no licenciamento ambiental.

Os diferentes atores espalhados por essa rede sociotécnica, sejam eles burocratas, arqueólogos(as), empreendedores ou documentos burocráticos e legislativos, possuem agências diferentes que proporcionam maior sustentação e estabilidade da rede, mediando assim a constituição ou não de outras entidades. A ficha de registro de sítio arqueológico, na qual adentrarei mais adiante, juntamente à legislação vigente, possui mais poder frente à tomada de decisão sobre o que é um sítio arqueológico do que a interpretação e fundamentação científica de um(a) arqueólogo(a) em um relatório técnico. Do mesmo modo, negociações e interesses políticos e possibilidades econômicas influenciam mais na decisão sobre que tipo de estratégia de salvaguarda deve ser tomada acerca de um bem cultural, do que as considerações baseadas em alguma teoria da arqueologia.

Dentre as possibilidades condizentes com o tempo da pesquisa e do campo, decidi fazer um recorte da rede que analisaria: foram abarcados aqui, através de entrevistas, vinte e um(a) arqueólogos(as) que trabalham ou foram formados(as) no Rio Grande do Sul. Nesse escopo há profissionais que atuam no licenciamento ambiental desde os anos 1980, até graduados nos cursos de arqueologia –os quais existem desde 2008 no Rio Grande do Sul. Esses profissionais possuem diferentes cargos – desde donos de empresa até *free-lancers* – e experiências – de pequenos empreendimentos até obras de grande impacto. Dentro dessa gama de atores, há os

quatro arqueólogos que, durante o período da pesquisa, atuavam no corpo técnico do setor de arqueologia da Superintendência Estadual do Iphan no Rio Grande do Sul (SE/Iphan-RS). Tive, assim, relatos e interpretações sobre a prática arqueológica no licenciamento ambiental através do olhar de quem produz relatórios e de quem os analisa.

Além desses atores humanos, os documentos burocráticos que fazem parte dos processos de licenciamento são uma fonte essencial para o entendimento de como diferentes entidades e fatos são fabricados, e quais os papéis da ciência, da política e da burocracia nesse âmbito. Frente a isso, foram analisados sessenta processos – compostos por projetos, relatórios e outros documentos – referentes a empreendimentos, principalmente de pequeno e/ou médio porte, nos quais os(as) arqueólogos(as) entrevistados(as) trabalharam. Essa trilha de papel é a materialidade que demonstra como os diferentes agentes dessa rede do licenciamento ambiental, principalmente os arqueólogos de dentro e fora do Iphan, não apenas agenciam diferentes entidades, mas também como as produzem e criam um discurso acerca delas.

Os dados e interpretações que serão apresentados aqui são um resumo da etnografia feita na dissertação, entretanto com o foco mais voltado para as entrevistas com os interlocutores. Estas expõem de forma mais geral e ampla as práticas arqueológicas e os trâmites burocráticos do licenciamento ambiental, além dos constrangimentos de caráter científico, burocrático e legal. Deixa-se em segundo plano aqui a pesquisa nos processos de arqueologia e na legislação, ou seja, mesmo que exemplos mais pontuais de empreendimentos e documentos não sejam citados, as questões políticas e econômicas que os rodeiam são levadas em conta na explanação.

Ciência e política, fatos científicos e estado, práticas de conhecimento e práticas burocráticas andam lado a lado, sendo coproduzidas uma pela outra (Jasanoff, 2006). A ciência, assim como o estado, e a arqueologia, assim como o licenciamento ambiental, são colocadas em uma perspectiva na qual podem ser vistas como em ação, em movimento, nas suas constituições, mediações e enredamentos. Essa coprodução de política e ciência mostra como os burocratas e cientistas enredados no licenciamento não são máquinas frias de racionalização objetiva dentro de um sistema rígido e controlador da burocracia estatal. A coprodução desse estado, dessa burocracia e dessa ciência passa por diferentes mediações e agentes que não devem ser invisibilizados e silenciados, mas sim descritos e analisados. Essa perspectiva analítica demonstra como a prática arqueológica e a produção de documentos no licenciamento ambiental não são apenas questões técnicas, burocráticas e enfadonhas,

mas sim participantes de uma arena de conflitos, disputas e embates. Desse modo,

(...) o licenciamento ambiental, por conta do modo como é regulado no Brasil, se transforma em um espaço de “espetacularização” dos conflitos sociais e ambientais mobilizados pelos grandes empreendimentos industriais, bem como das formas de gestão empresarial hoje adotadas para resolvê-los e domesticá-los. O licenciamento também dá visibilidade aos aparatos regulatórios do Estado brasileiro e aos planos racionais determinados para classificar e gerir seus territórios e populações rumo ao “desenvolvimento” (Bronz, 2011:19).

A utilização do termo “técnico”, como algo estéril, neutro e objetivo, simplifica e desumaniza os trâmites da burocracia estatal e do próprio fazer científico nesse contexto. Vários(as) interlocutores(as) apontaram os limites impostos pela burocracia, pelos prazos e orçamentos em suas práticas e construção de conhecimento, tanto em campo, quanto em laboratório. O arqueólogo Joaquim, que atua há mais de uma década no licenciamento ambiental, definiu a prática arqueológica nesse contexto como uma “arqueologia burocrática”. Tal termo foi utilizado, pois ele nota que o que rege muitas vezes a metodologia e a teoria arqueológica nesses casos é um *checklist* pré-pronto de atividades e dados a serem registrados. Ao mesmo tempo, vários(as) interlocutores(as) deram exemplos de possibilidade de maleabilidade desses protocolos rígidos, além de que a própria narrativa deles(as) acerca de seus trabalhos mostra uma faceta social e política que nem sempre é transportada para os relatórios e projetos.

Essa faceta burocrática dos trabalhos arqueológicos no licenciamento ambiental é caracterizada pelos interlocutores como algo oposto ao fazer científico. A burocracia é relatada como um procedimento repetitivo, sem muita reflexividade por parte de quem está inserido nela e geralmente como um *corpus* legislativo que atrasa os trabalhos, sendo apenas composta de certos trâmites estatais que devem ser seguidos para o prosseguimento das pesquisas. A burocracia, como é vista pelos interlocutores, não tem uma ligação direta com a produção do conhecimento científico, seus métodos e resultados. Contudo, a etnografia demonstrou que há sim uma coprodução e relação entre os trâmites e documentos burocráticos com as práticas e interpretações feitas pelos arqueólogos no licenciamento ambiental.

Arqueólogos(as) burocratas e burocratas arqueólogos(as)

Durante minha etnografia, notei que é nos documentos burocráticos referen-

tes às licenças arqueológicas para empreendimentos que se nota mais claramente, de forma materializada, como o conhecimento científico, a legislação, os trâmites burocráticos, as concepções subjetivas dos agentes envolvidos, as negociações políticas e os contextos financeiros estão emaranhados. Nos diferentes processos licenciatórios analisados – os quais abarcam não apenas os projetos e relatórios de arqueologia, mas diversos outros documentos, como troca de e-mails, atas de reuniões, ofícios e pareceres do Iphan, documentos do empreendedor solicitando esclarecimentos ou urgência, entre outros –, não apenas o patrimônio arqueológico é produzido, mas também a política desenvolvimentista do estado e das empresas privadas e as decisões burocráticas do Iphan são constituídas através e por esses documentos.

Quando se fala de Iphan, muitas vezes, principalmente nos discursos dos(as) arqueólogos(as), tende-se a homogeneizar esse instituto. Entretanto, há de se ter cuidados para não descrever e compreender o Iphan como um órgão e uma entidade homogênea e una. Esse instituto é formado por vinte e sete superintendências estaduais – uma em cada estado do Brasil mais o Distrito Federal –, nas quais há um setor de arqueologia, e cada um deles responde à coordenação técnica e a(o) superintendente. Do mesmo modo que, todas as superintendências estaduais respondem, no que tange questões relativas à arqueologia, ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA), que fica em Brasília. Mesmo que haja uma legislação única e trâmites burocráticos específicos para análise de projetos e relatórios, cada SE conta com um corpo técnico distinto, com formações e experiências diferentes, e se insere em conjunturas políticas, econômicas, sociais e científicas – no que se refere ao contexto arqueológico da região, por exemplo – também diferentes. A etnografia efetuada nessa pesquisa não é, deste modo, uma etnografia do Iphan, e nem da Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul, mas sim uma descrição e análise acerca das práticas, concepções e do contexto político e científico do setor de arqueologia da SE/Iphan-RS durante um período de tempo específico.

Os processos de arqueologia possuem diversos trânsitos, os quais se espalham por diferentes locais, agenciando e mediando diferentes entidades e atores. Cada processo possui marcas e sinais – sejam textuais ou imagéticas –, assinaturas, anotações e carimbos que ajudam a seguir suas trilhas e os agentes presentes e ausentes. De modo geral, todos os processos seguem etapas comuns, desde a abertura do processo, até a análise do projeto pelo corpo técnico do Iphan, a emissão de um parecer acerca dele para readequação ou não, a emissão da portaria de pesquisa pelo CNA para o(a) arqueólogo(a) coordenador(a), até a entrega do relatório e a emissão

do parecer final do Iphan. Durante a análise dos processos de arqueologia na SE/Iphan-RS pude ver como em cada uma dessas etapas vão sendo agregados mais documentos, mais materialidades e diferentes agentes. Não são etapas meramente técnicas ou burocráticas, elas são parte da rede e constituem tanto esses documentos quanto, conseqüentemente, a prática arqueológica no licenciamento ambiental e o próprio empreendimento.

Analisei esses processos a partir de duas propostas. Uma delas foi entendê-los como artefatos gráficos (Hull, 2012), descrevendo assim suas materialidades através de carimbos, mapas, assinaturas e sua estética, as quais criam efeitos que não são previsíveis e controláveis. Já trabalhei mais densamente com essa proposta em dois trabalhos anteriores (Wittmann, 2017, 2018); deste modo, aqui me aprofundarei na segunda perspectiva. O foco reside tanto na estrutura dos projetos e relatórios – organização da teoria, método e levantamento histórico e arqueológico – quanto no modo como as atividades efetuadas em campo são descritas e apresentadas. Dentro desse escopo, segui Lowenkron e Ferreira (2014), as quais estipulam dois tipos de análise em documentos burocráticos: ao longo e contra a corrente. Uma visa entender as intencionalidades declaradas nos documentos, as convenções, legislações, portarias e normativas que os modelam, e outra procura vozes e agências que podem estar invisibilizadas, subjugadas e subalternizadas entre e através dos discursos, mapas, páginas e gráficos desses documentos. Nessa segunda proposta, pode-se ver como pessoas, agências e vozes são reduzidas a escritos, os quais não conseguem transparecer as relações e negociações entre os atores envolvidos na produção dos documentos e do conhecimento científico.

Embora a legislação e a burocracia sejam a linha mestra para a análise e tomada de decisões acerca dos projetos e relatórios, os pareceres técnicos dos arqueólogos da SE/Iphan-RS, e seus próprios depoimentos, mostram que a interpretação dos dados e as solicitações de mudança ou readequação são atravessadas também pelas próprias experiências de campo deles, principalmente em trabalhos de licenciamento ambiental, e pelas perspectivas teórico-metodológicas pessoais. Contudo, o primeiro passo, a primeira etapa de avaliação dos documentos pelos técnicos de arqueologia da SE/Iphan-RS é baseada na legislação que rege cada pedido de licenciamento – seja pela Portaria 230/02 ou pela Instrução Normativa 01/15 (IN 01/15) – e, de modo mais amplo, na Lei 3.924 de 1961 (conhecida como a Lei de Arqueologia), e na Portaria 07 de 1988, ambas regendo sobre as definições de sítio e patrimônio arqueológico e sobre a idoneidade técnico-científica dos(as)

arqueólogos(as) responsáveis. Nesse primeiro momento, essas legislações balizam principalmente as pendências documentais – se falta algum documento e item ou alguma assinatura e rubrica. Diego, arqueólogo da SE/Iphan-RS, narra esse constrangimento burocrático, o qual prende a argumentação do técnico a um certo tipo de narrativa:

Então há um modelo de parecer³ onde eu vou buscar qual é o meu documento. É um projeto de avaliação de impacto do nível III⁴. Então existe um modelo de análise do projeto de avaliação de impacto do nível III, onde ele começa com uma tabela. Essa tabela, ela vai levantar cada um dos incisos, cada um dos itens que o artigo 18 da Instrução Normativa [01/2015] solicita. Então nessa tabela a gente começa nessa avaliação mais formal, por assim dizer, da forma. Se o item 1 está apresentado, sim ou não, e aí nas observações a gente costuma indicar “está na folha tal do volume tal”, “o item 2 está apresentado na folha tal do volume tal”, “o item 3 está apresentado” ou “não está apresentado”, e etc.

Apenas após essa conferência, e estando tudo em ordem, parte-se para a análise do conteúdo dos projetos e relatórios. Nessa etapa, a avaliação leva em conta tanto o tipo de empreendimento, principalmente no que tange a seu impacto no solo e na paisagem⁵, quanto o potencial arqueológico da área na qual ele será construído e o contexto arqueológico municipal e regional. Os arqueólogos da SE/Iphan-RS me relataram que todos esses passos são discutidos e conversados entre eles a partir de suas próprias experiências, formações e de seus conhecimentos da legislação. Como relata Diego, arqueólogo da SE/Iphan-RS, sendo o patrimônio arqueológico e sua salvaguarda suas maiores preocupações, o principal em suas análises é “ter uma visão clara do que foi encontrado, de como foi realizado, que tipo de resultados foram obtidos”. Entretanto, como dito mais acima, essas análises não são meramente técnicas e objetivas. Nos processos de análise dos projetos e relatórios de arqueologia e de confecção de pareceres técnicos, há diferentes tipos de constrangimentos, sejam burocráticos, hierárquicos, científicos ou políticos, os quais medeiam essas relações e atuam na rede. De nada adianta uma análise e argumentação teórica, metodológica e científica, se não houver uma justificativa plausível e forte dentro de um contexto que abranja não apenas a SE/Iphan-RS, mas as negociações políticas, as preocupações financeiras e as pressões que envolvem um empreendimento específico. Paulo, arqueólogo da SE/Iphan-RS, é categórico sobre essa questão:

Claro que a gente tem que justificar tudo, por que está fazendo isso, argumentar o porquê, comentar. E isso tem que convencer também a nossa chefia⁶. Porque a nossa chefia, simplesmente se eles quiserem, podem pegar o nosso parecer e dizer “não, aqui eu acho que não precisa arqueologia” e colocar como “não se aplica”, mesmo que a gente tenha dito que seja “nível III”.

Contudo, esses mesmos constrangimentos burocráticos e legais podem ser revertidos e combatidos pelos(as) próprios(as) técnicos(as) da SE/Iphan-RS. Um caso interessante que me foi relatado foi o de uma Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), a qual dá início a todo e qualquer processo de licenciamento ambiental da Instrução Normativa 01/2015. Essa ficha não é necessariamente preenchida por um(a) arqueólogo(a), pois deve incluir informações relativas a estrutura do empreendimento, tipo de impacto no solo, dentre outras questões de engenharia, além de informar brevemente se há bens culturais registrados em âmbito federal⁷ na área a ser pesquisada. Entretanto, é a partir dessa FCA que o(a) arqueólogo(a) do Iphan irá determinar em qual nível esse empreendimento se encaixa, e, conseqüentemente, quais serão as atividades necessárias para a obtenção da sua licença. Os níveis estipulados pela IN vão desde a categoria de “não se aplica”, na qual não há qualquer tipo de pesquisa arqueológica, até o “Nível IV”, passando desde a entrega de um termo de compromisso do empreendedor (Nível I), monitoramento das obras (Nível II), até prospecções intensivas (Nível III) e atividades de educação patrimonial (quando há patrimônio arqueológico na área), dentre outras ações. A indicação do nível segue, em parte, o anexo II da IN 01/15, o qual arrola diferentes tipos de empreendimentos e em qual nível ele se encaixaria – embora essa lista não seja exaustiva e nem definitiva, como bem colocado no texto da instrução. Os(as) técnicos(as) possuem, assim, uma certa liberdade para irem além das indicações desse documento, por exemplo, pesquisando mais a fundo certas áreas e partindo de pressupostos científicos e não estritamente burocráticos para a definição dos níveis. Diego relata esse caso da FCA:

É, a gente usa dessa liberdade às vezes pra suprir algumas questões que a IN pode ser problemática. Só pra citar um exemplo de um empreendimento que, na nossa avaliação pela IN, se a gente fosse seguir estritamente a IN, ele seria classificado como nível I, ou seja, ele mandaria apenas um termo de compromisso assinado pelo empreendedor dizendo que se ele encontrasse um sítio ele notificaria o Iphan, mas na avaliação técnica nós vimos que era uma área de potencial e classificamos como nível III. O resultado disso foram sete sítios arqueológicos identificados,

que se nós tivéssemos deixado a classificação tal como a IN sugere, nível I, bom... o empreendedor ia apresentar o termo de compromisso do empreendedor, ok, mas ele identificaria esses sete sítios no processo de construção? Dificilmente, até porque eram sítios com material lítico, sítios de superfície, onde esse material passaria batido no meio de uma área onde você tem afloramentos rochosos (...) então a gente tenta, na medida do possível, usar essa liberdade que a IN dá pra tentar suprir algumas deficiências que a gente acredita que ela também tenha.

Vale apontar que vários dos processos analisados possuíam uma temporalidade alongada, ou seja, do seu início até a anuência ou não do Iphan, duravam alguns anos. Isso causa ou a mudança do(a) arqueólogo(a) coordenador(a) do projeto e/ou da equipe, ou até mesmo dos(as) técnicos(as) analistas da SE/Iphan-RS. Os arqueólogos que atuam no setor de arqueologia do Iphan são, em sua grande maioria, funcionários temporários⁸. Sendo assim, sua identidade enquanto burocrata, atuando diretamente de dentro do aparelho estatal, é provisória. Com a troca dos(as) técnicos(as), há uma modificação nas interpretações e pareceres, devido, principalmente, à formação acadêmica e a experiência desses outros agentes. Técnicos diferentes podem, inclusive, questionar certas demandas apresentadas em pareceres anteriores. Todavia, isso não se dá apenas em processos de longa duração: em alguns casos que surgiram na pesquisa foram mais de quatro técnicos(as) diferentes analisando o mesmo processo em um período de tempo de um ano.

Esses são alguns dos meandros pelos quais os(as) arqueólogos(as) da SE/Iphan-RS passam na análise e tomada de decisões acerca de projetos e relatórios técnicos de arqueologia para o licenciamento ambiental. Deve-se entender também como esses documentos são confeccionados pelas equipes de arqueologia que trabalham em processos de licenciamento para empreendimentos. Ao ser perguntado sobre a relação entre produção de conhecimento científico e os relatórios finais, Joaquim virou a pergunta para mim mesmo, perguntando se eu acreditava que esses documentos eram onde o conhecimento arqueológico era exposto. Para esse arqueólogo, esses relatórios não cumprem o papel de construir um conhecimento científico interpretativo, e talvez nem deveriam ter essa obrigação, pois o máximo que se pode fazer através deles é arrolar dados:

(...) às vezes os relatórios não dão [conta], não fazem ligações que a gente sabe, que a gente tem conhecimento, porque muitas vezes os relatórios estão ligados à empreendimentos bem pontuais e a gente fica restrito ali. (...) Geralmente o relatório ele morre ali [com a anuência do Iphan]. Eu penso que o relatório é o

elemento, é o registro de tudo que a gente fez. Então esse item, que é o item da interpretação dos dados, ou da análise dos dados obtidos, porque se a gente só jogar dados ali nós que temos as melhores condições de interpretá-los, porque nós somos a equipe que tá lá, e afinal de contas, nós que produzimos os dados também. Então, eu penso que os relatórios que a gente produz eles são possibilidades de alguém pegar “agora eu quero falar sobre determinada coisa, eu posso usar o relatório como base” (...) Mas, se restringe a isso.

Para se pensar e entender essa relação entre apresentação, construção e interpretação de dados arqueológicos nesses documentos, e por quais constrangimentos e possibilidades eles passam, deve-se descrever o modo como eles são confeccionados. Tal questão perpassa desde as relações estipuladas entre a equipe de campo e a empresa de arqueologia, até o tipo de empreendimento e o porte da empresa de arqueologia (se é uma empresa menor com poucos projetos, ou se é uma maior, de âmbito nacional, e que atua em empreendimentos de grande porte). Esses fatores influenciam desde a definição do método de campo, até o tipo de análise e como e por quem o relatório final será redigido. Em alguns casos, por exemplo, o método de campo é apenas repassado pelos(as) coordenadores(as) do projeto para a equipe de campo, sem uma discussão maior com ela – os relatos dessas experiências geralmente são com empresas maiores e em trabalhos de grande porte. Douglas, arqueólogo graduado em arqueologia, relata que nesses casos ele apenas “recebia a metodologia pronta das empresas e ia a campo apenas para executá-la”. Após o campo, os dados, informações e fotos eram repassados para o arqueólogo coordenador do projeto redigir o relatório. Luísa, arqueóloga que atualmente é dona de uma empresa que atua principalmente fora do Rio Grande do Sul, mas que já esteve em situações desse tipo, define esse sistema como fordista, pois cada arqueólogo(a) e cada equipe de arqueologia – seja de campo, de laboratório ou de educação patrimonial – fica responsável por apenas uma parte do trabalho e não tem acesso ao produto final.

Então a gente já era muito mandado a fazer certos tipos de tarefas. Eu acredito que o produto tenha ficado satisfatório, mas para nós enquanto arqueólogos é um pouco frustrante, porque a gente não compõe o processo todo. Então é uma equipe que vai fazer educação patrimonial, é uma equipe que fala com as pessoas, é uma equipe que faz a produção do relatório. Você tem uma tarefa específica dentro desse mercado, então você vai, lá faz aquela sua tarefa específica, produz, entrega aquele [produto], e só fica responsável por uma parcela que alguém vai juntar tudo.

Para um arqueólogo, na minha visão, isso é um pouco frustrante, porque parece que a gente não está produzindo o conhecimento em si. A gente tá produzindo uma parcela que alguém vai costurar.

Em outras experiências relatadas por arqueólogos(as), essa troca entre equipe de campo e coordenador ocorria, seja via uma reunião ou algum tipo de *workshop*, ou então – principalmente, quando são empresas de arqueologia de pequeno ou médio porte – inclusive durante o trabalho de campo, pois o coordenador do projeto acompanhava sua totalidade. Nesses casos há, muitas vezes, uma equipe fixa e com número reduzido de profissionais, o que facilita o contato e uma confecção mais colaborativa do relatório.

A grande maioria das empresas de arqueologia possui certa sistematização sobre como deve ser o registro em campo, possuindo desde modelos de diários de campo, até de coleta de dados, fichas das intervenções efetuas e tipos de fotos que os(as) arqueólogos(as) de campo devem seguir, os quais se baseiam geralmente nos requisitos das leis, portarias e instruções que regem a prática arqueológica – mas, também, nos pressupostos teóricos e metodológicos dos coordenadores do projeto e donos da empresa. Embora esses modelos de coleta de dados sejam positivos para uma certa homogeneidade do registro, facilitando a interpretação e organização posterior, alguns arqueólogos veem em muitos desses casos um constrangimento metodológico e teórico nesses requisitos. Esse é o caso de Rodrigo, professor universitário que atuou durante anos em empresas de maio expressão e afirma:

Como eu escuto muitas vezes falar de algumas empresas de arqueologia por aí que são muito rígidas (...) é tudo com fichas de cadastro de sítio já estabelecidas, vai fazer um desenho de estratigrafia já tem as cores estabelecidas, sabe? Não dá muita margem para que a criatividade no campo, para a percepção de coisas que não tão no protocolo. Então acaba que a tua cabeça fica voltada para preencher o formulário quando deveria ser o contrário, né: um formulário preenchido a partir do que tu está vendo e com uma certa liberdade metodológica.

O mesmo ocorre na confecção dos relatórios finais de campo. Angyone, arqueólogo que participou como arqueólogo de campo em empreendimentos de grande porte, relata como se dava a sistematização dos dados em campo para o relatório final:

Era um grande relatório, no final do campo, e relatórios diários. Eu, como coordenador de campo, tinha que emitir relatórios diários. Era um e-mail. Neste e-mail

eu tinha que dizer: quantos poços-testes eu fiz, qual a coordenada e quais as fotos correspondentes neste e-mail. Isso era barbada de fazer, mas diariamente eu tinha que mandar este e-mail, que chegava lá no centro de geoprocessamento, e eles faziam tudo aquilo direitinho, né? Eu não precisava processar nada em campo, eu só mandava o dado. Mas era diário. O relatório diário, com poço-teste, a coordenada e a foto correspondente. Aí no relatório final, quando terminava o campo, aí eu tinha que mandar todas essas informações já computadas. Ficava bem mais fácil porque eu já tinha tudo pronto.

Paula, que atua como arqueóloga em uma empresa de arqueologia, relata que o processo de construção de um modelo de relatório passa tanto pelo envio de diferentes relatórios para o Iphan – e a constante (re)adequação do que é solicitado – quanto pela consulta a relatórios no setor de arquivo desse instituto. O objetivo de ter um modelo de relatório é que os mesmos não tenham pedidos de complementação, ou que tenham poucos. Os relatórios possuem, assim, um formato no qual o(a) arqueólogo(a) deve apenas adicionar ou subtrair informações: “Vai ter a apresentação do empreendimento, vai ter a localização do empreendimento, tu vai falar um pouco do histórico da região, de pesquisas arqueológicas na região ou no estado. Tu vai do macro pro micro até que tu vai chegar realmente nos dados que tu produziu”. Alguns(mas) dos(as) interlocutores(as) relataram como esses modelos acabam interferindo nos seus próprios estilos de escrita, deixando-os cada vez mais técnicos, exatamente devido a essa repetição e às exigências da legislação. Era exatamente sobre essas questões que Joaquim se relatava ao definir a prática arqueológica no licenciamento ambiental como burocrática – como uma repetição de modelos prontos e um cuidado em seguir uma lista de itens definidos pela legislação –, se opondo à prática científica:

Existe uma coisa que é assim, se tu por incompetência, por falta de formação, por não ter os olhos atentos pra isso, tu não viu o negócio [sítio arqueológico], aquilo vai ser destruído. Eu tenho certeza que muita coisa foi e está sendo destruída, e muita coisa se perdeu, não por picaretagem ou malícia do arqueólogo de facilitar a sua vida, mas porque às vezes ele acha que no final até fez um ótimo trabalho, mas não se deu conta de várias coisas. E se ele não se deu conta, ninguém mais se deu conta, e o Iphan não vai se dar conta. Se tu faz um mau trabalho na arqueologia não é o Iphan, o Iphan não aponta quem faz maus trabalhos, ele aponta que faz maus relatórios. Às vezes tu pode fazer um excelente trabalho, mas teu relatório pode ser fraco, pode ser ruim. Ele [Iphan] vai te criticar o relatório.

Os(as) arqueólogos(as) que atuam no licenciamento ambiental são, ou pelo menos se veem assim, em parte, cientistas e, em parte, burocratas, conhecendo os trâmites, documentos e tipos de discurso necessários para o andamento e anuência das pesquisas. Enquanto isso, os técnicos do setor de arqueologia do Iphan são, em primeiro lugar, burocratas, por terem que seguir mais à risca o andamento dos processos e a interpretação da legislação, mas também cientistas analisando o discurso e a interpretação de outros(as) arqueólogos(as). Todavia, a etnografia demonstrou que esses papéis de arqueólogo(a) e burocrata são muito mais fluídos do que aparentam ser.

Do mesmo modo que com os técnicos do setor de arqueologia da SE/Iphan-RS, os(as) arqueólogos(as) que vão a campo e confeccionam esses relatórios tem visões diferentes deles e procuram possibilidades e maleabilidades no processo de construção. Francisco, arqueólogo *free-lancer*, vê nesses documentos a possibilidade de não apenas apresentar uma interpretação mais aprofundada, mas também de criar uma arena de diálogo com o Iphan no que tange a recomendações sobre a proteção de certas áreas ou sítios arqueológicos: “eu acho que o momento da confecção do relatório é o teu momento de expor e de opinar sobre várias questões. Acho que tu cumpre com aquele ritual ali exigido pelo Iphan de tais itens, mas tu vai ter o teu espaço de opinião e até de preservação de algumas áreas”. Contudo, como expõe Bento, também um arqueólogo sem empresa própria, isso varia entre cada arqueólogo(a), seu comprometimento ético e até de tempo para produção desses relatórios:

Aí depende do profissional, do comprometimento do profissional com a atividade. Tem profissionais que vão se ater ao básico, fazer aquele trabalho burocrático, fazer os relatórios, fazer as planilhas lá, “tá, o que o Iphan pede tá bom, tá entregue”. E tem outros que vão se preocupar, sabe, vão se preocupar e fazer uma coisa com maior qualidade, envolver a comunidade, sabe, se aprofundar na questão científica.

Todavia, tanto para os arqueólogos quanto para os técnicos da SE/Iphan-RS, esses relatórios são vistos em sua grande maioria como repetitivos, engessados e constrangidos por diferentes fatores. Na minha pesquisa com esses documentos encontrei diversos relatórios que atendiam apenas o mínimo do requisitado pela legislação e com interpretações, conclusões e apresentação dos resultados muito difusas, breves e rasas. Claro que há também exemplos de relatórios extremamente bem feitos e construídos, com atividades, levantamentos e pesquisas que vão muito além do mínimo exigido por lei. O principal apontamento dos(as) técnicos(as) da

SE/Iphan-RS, relatado também nos pareceres, acerca dos problemas desses relatórios e da demora para a anuência dos mesmos é a discrepância no que eles apresentam como método de pesquisa, as atividades feitas e os resultados obtidos. Muitas vezes falta uma revisão desses documentos: deixa-se de anexar algum mapa, de descrever todas as intervenções feitas, mas também pode haver uma falta de clareza no texto, tanto na questão da gramática quanto nas conceituações teóricas da ciência arqueológica no que tange à justificativa de algum método ou interpretação. Diego define assim os relatórios que eles têm recebido na SE/Iphan-RS:

(...) cada vez mais o que a gente recebe é uma receita de bolo. Cada vez mais o que a gente tem são relatórios feitos para atender a legislação, e não relatórios para gerar bons resultados de pesquisa. São raros, diga-se de passagem, são bastante raros os relatórios que a gente diga “olha, esse aqui é um bom trabalho de pesquisa”. O que a gente tem são relatórios que atendem a legislação. E muitos não atendem.

Os constrangimentos burocráticos vindos do Iphan ou os científicos vindos das próprias empresas de arqueologia tomam conta muitas vezes da prática arqueológica no licenciamento ambiental, devido também à pressão dos empreendedores para uma anuência rápida e sem problemas. Nesse contexto, há críticas por parte dos(as) arqueólogos(as), por às vezes terem que seguir modelos pré-prontos e por não conseguirem desenvolver maiores interpretações e resultados devido a prazos e orçamentos, e críticas por parte dos(as) técnicos(as) do Iphan, por receberem na maioria das vezes relatórios que são meras “receitas de bolo”. Nesse contexto, entra também a questão dos orçamentos e prazos, os quais definem muitas vezes as possibilidades metodológicas e teóricas dos trabalhos de arqueologia. Embora não citado nas entrevistas, mas conversado e debatido em outros espaços, o embate entre propostas orçamentárias de diferentes empresas de arqueologia gera um ambiente no qual o menor preço fica com o trabalho, entretanto, isso acaba inviabilizando, muitas vezes, uma pesquisa mais densa e profunda. Todas essas disputas e constrangimentos infligem diretamente no trabalho de campo e de laboratório das equipes de arqueologia, na confecção dos relatórios e da sua análise pelo corpo técnico do Iphan, e na identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural.

Analisando diversos artigos, dissertações e teses de arqueologia, Reis (2010) demonstrou como a teoria arqueológica fica implícita neles. O posicionamento conceitual dos(as) autores(as) não é exposto de forma clara, mas sim ao longo do texto

e, principalmente, na análise dos dados. Isso também se repetiu na grande maioria dos relatórios e projetos analisados. A seção específica de teoria às vezes não passava de uma página, enquanto o foco maior residia na parte da descrição do método de intervenção. Esses relatórios, em muitos casos, tanto nos que analisei quanto no que os técnicos do setor de arqueologia da SE/Iphan-RS trouxeram na entrevista, são documentos que não adentram na interpretação dos dados e, conseqüentemente, na construção de considerações acerca do potencial arqueológico da área, sobre patrimônio cultural e o que deve ser feito para resguardá-lo. Embora alguns trabalhos no licenciamento acabem gerando pesquisas acadêmicas⁹, muitas das informações e dados sobre sítios arqueológicos encontrados nesses projetos ficam retidos nos arquivos das SEs do Iphan. Os interlocutores apontaram a falta de tempo para preparar publicações a respeito dos resultados, devido à grande demanda de trabalho que impede que os(as) arqueólogos(as) se foquem na interpretação dos dados para além daquilo necessário para os relatórios finais.

A pergunta imposta pela legislação, e pelas pressões políticas e econômicas dos empreendedores, gira apenas em torno da averiguação de se há ou não cultura material arqueológica (artefatos e/ou sítios) na área. Cabe ressaltar que esses constrangimentos não afetam apenas as práticas e análises dos arqueólogos que trabalham em projetos de licenciamento ambiental, mas também o próprio corpo técnico da SE/Iphan-RS. Esses arqueólogos veem as suas possibilidades de ações políticas, sociais e até no que tange a uma liberdade teórico-metodológica e científica nesse instituto, em relação à análise de processos de licenciamento, de forma “pessimista”. Isso se dá devido ao cargo que assumem e suas responsabilidades, direitos e poderes frente à legislação e às pressões internas e externas, como relata Diego:

Então a gente está, nós enquanto técnicos, por exemplo, colocados entre o empreendedor que quer construir, a comunidade para a qual a gente deveria estar, supostamente, dirigindo os nossos esforços, mas que está descolada disso, e que a gente não consegue dialogar de fato com ela... o interesse do próprio estado de construir uma narrativa que legitime a sua posição, a sua situação, etc. A gente está amarrado por uma série de burocracias, a gente não tem braços pra estar produzindo conhecimento. Eu acho que esse é o grande problema, a nossa falta de possibilidade de pró-ação, o Iphan é um órgão extremamente, hoje pelo menos, eu não posso falar de antes, mas a realidade que a gente vive hoje é de um órgão passivo que recebe demandas e reage a elas dentro das suas limitações, que são várias. Uma das críticas que a gente ouve constantemente é isso, o Iphan, as pessoas aqui dentro do Iphan

não têm projetos. A gente não consegue fazer as coisas pelo patrimônio, apenas receber relatórios e reagir a eles, receber projetos e reagir a eles, receber denúncias e reagir a elas. Então eu acho que todos nós aqui gostaríamos de um Iphan muito diferente do que ele é e nós gostaríamos de sim, estar fazendo arqueologia, estar entendendo melhor como esses sítios estão ou não estão ou podem estar em diálogo com as pessoas que estão ali ao redor, estão ali em cima, mas na verdade a gente não faz isso, até esse momento não conseguimos fazer.

Os trabalhos de arqueologia no licenciamento ambiental, e, conseqüentemente, a confecção de relatórios técnicos que descrevem e analisam as atividades e os dados obtidos, tentam se equilibrar em um duplo papel: entre científico e burocrático. Roberta, dona de uma empresa de arqueologia, nota duas coisas importantes ao redigir relatórios: uma, é ela como arqueóloga e cientista mais preocupada com interpretações e análises; e outra, é ela como arqueóloga contratada que deve responder ao Iphan a partir das normas e demandas. Para ela, isso leva em consideração não apenas o modo como se faz arqueologia, e como ela pensa arqueologia, mas a possibilidade de que novas pesquisas aproveitem esses relatórios:

(...) tu tá criando um contexto com outros sítios, com a história que tu sabe, com as etnias que ocuparam aquela região. Isso é o que precisa ser dito, porque é sobre isso que a gente fala. Aquele material está contando uma história. E essa história é o contexto. Então, do ponto de vista do trabalho que eu gosto de fazer é isso. Outra coisa é os dados pro Iphan, eu tenho que garantir que os dados estão ali. Todos eles: 100% do registro fotográfico, 100% do registro tem que ir, 100% do registro tem que ir organizado, 100% do registro tem que ir georreferenciado, 100% do registro tem que ir com a descrição do sedimento. Porque essas são informações que eu posso achar irrelevantes, mas no futuro alguém vai ter um problema de pesquisa em que aquele dado possa ser relevante. Então, a minha responsabilidade é dar o máximo de informação possível. Então, é isso. Apresentar os dados, amarrados com a metodologia que eles aprovaram, e dar o contexto.

Sendo o licenciamento ambiental uma ferramenta de controle e ocupação territorial, atrelada a uma ideologia de progresso econômico, as práticas científicas emaranhadas nessa rede entram em uma arena de disputas, na qual os dados provenientes das análises são utilizados pelos mecanismos de poder para fomentar um discurso empresarial e desenvolvimentista. O objetivo final dessas legislações e práticas estatais, burocráticas e empresariais é justificar, através de um controle sobre os estudos e discursos disciplinares, a “localização dos empreendimentos e a sua

ocupação territorial, defendendo o desenvolvimento como meta e determinando estratégias para construção dos aparatos de controle e gestão dos territórios e das populações” (Bronz, 2013:41). Dentro desse contexto, a principal problemática citada pelos(as) arqueólogos(as) entrevistados no que se refere ao entendimento dos processos burocráticos do licenciamento e da abertura de possibilidades dentro deles foi o domínio de uma linguagem mais técnica e da legislação que a maioria dos(as) arqueólogos(as) não possui. Esse problema com a legislação foi citado por diversos(as) interlocutores(as) que sentem falta de um entendimento mais profundo das leis, normativas e portarias que regem as práticas arqueológicas, seja devido ao linguajar utilizado, aos trâmites e análises não homogêneas do Iphan, ou até a sua formação acadêmica, que não possui nenhum foco nesse tipo de questão. Entretanto, Joaquim aponta para outro entrave em relação ao embate entre esses diferentes discursos no que tange à análise dos arqueólogos(as) que trabalham na SE/Iphan-RS:

Eu já vi muitas leituras superficiais dos trabalhos, e muitas vezes, não vou dizer muitas, estou exagerando. Algumas vezes eu tive que dialogar com o Iphan muito mais pra esclarecer o que eles não tinham entendido, o que pra mim estava claro nos relatórios, do que propriamente pra rebater alguma coisa. Então, eu acho que pela dinâmica, acho muito lamentável que a gente não tenha concurso pra funcionários efetivos do Iphan, e que tenha concurso pra pessoas que ficam dois, três anos lá e depois saem fora. Isso não cria maturidade no corpo técnico do Iphan, que não tem uma bagagem pra ir servindo de exemplo no que dá certo e no que não dá ou como proceder nas coisas. Então, as minhas maiores dificuldades de comunicação com o Iphan muitas vezes são mais nesse sentido, que há uma leitura equivocada no que está se colocando. E aí isso gera uma burocracia louca, um monte de ofícios e tal, mas por um problema... que é, assim, ele está à margem da questão arqueológica propriamente dita.

Contrariando a última frase do depoimento de Joaquim, o que mostrei ao longo destas últimas páginas é que a burocracia estatal não está além ou à margem da questão científica arqueológica. Ambas estão sendo coproduzidas nessa rede, não há uma divisão entre fazer ciência e fazer política, ainda mais no contexto do licenciamento ambiental. Claro que há assimetrias de poder e de agência, mas a rede que emaranha a prática arqueológica nesse contexto não pode ser entendida a partir de uma divisão entre ciência e política. A trilha de documentos, de projetos, relatórios,

ofícios e pareceres, não é apenas um canal de comunicação, de troca de informações, entre as partes, mas é também mediadora na constituição de diferentes práticas e entidades. O produto dessas práticas e, principalmente, dos relatórios, não é apenas dados arqueológicos, mas sim a constante constituição dessa ciência, do estado, da burocracia e do patrimônio.

Patrimônio como caixa-preta

Entremeada nessas disputas, coproduções e constrangimentos está a fabricação de uma entidade chave para a arqueologia, fora ou dentro do licenciamento ambiental: o patrimônio arqueológico. Durante minha pesquisa, uma das linhas de análise foi pensar o patrimônio como uma caixa-preta, no sentido latouriano, ou seja, como um instrumento de simplificação e ocultamento de incertezas, contravérsias, concorrências e do próprio trabalho de construção de um fato científico (Latour, 2011:6). Tal questão surgiu, pois ao analisar a legislação que trata da definição de patrimônio arqueológico, e debater com os(as) arqueólogos(as) entrevistados(as) sobre como eles definem o que é patrimônio, e, principalmente, um sítio arqueológico, notei que havia dois conceitos diferentes sobre a mesma entidade que nem sempre conversam entre si. Patrimônio é, por um lado, um conceito jurídico e burocrático, constituído por diferentes legislações, documentos e trâmites, e, por outro, um conceito êmico da ciência arqueológica, construído pelos(as) arqueólogos(as) através de suas formações, posições teóricas e experiências.

Em trabalhos anteriores (Wittmann, Baptista da Silva, 2017; Wittmann, 2018), apresentei mais especificamente as legislações, portarias e instruções normativas que regem e definem o que é ou não patrimônio arqueológico. Vou me atentar aqui a outro aspecto dessa discussão: como os trâmites burocráticos, alguns documentos específicos, pressões diversas e os próprios conceitos dos(as) arqueólogos(as), de dentro e de fora da SE/Iphan-RS, participam da disputa para fabricar patrimônio arqueológico para o estado. Apresentarei também, de forma sucinta, a relação e o papel das comunidades do entorno de projetos de empreendimentos e de “não-arqueólogos” nas equipes de campo nesse debate. Essas questões influenciam na produção do conhecimento científico, elas constrangem e/ou abrem novas perspectivas de análise e interpretação.

Ao mesmo tempo em que o licenciamento ambiental é uma arena de espetacularização de conflitos sociais e ambientais, esses devem ser domesticados, no sentido de se conhecerem os agentes envolvidos e impor a eles racionalidades e normativas

estatais e empresariais (Bronz, Fraiman, 2009). Nesse âmbito, o registro arqueológico, da forma como é regulamentado e praticado nesse contexto, funciona como uma ferramenta que oculta e cala muitos desses conflitos e os agentes envolvidos. Contudo, tal fenômeno não é particular da prática arqueológica feita no licenciamento ambiental, mas sim, uma construção sócio-histórica dessa ciência.

A conexão entre arqueologia e estado, principalmente no que tange à construção de uma narrativa histórica e uma memória coletiva acerca dele, data desde o início da concepção dessa ciência. No Brasil Imperial, por exemplo, deu-se início à construção de museus para abrigar artefatos que simbolizavam a política mnemônica do país, abrangendo desde os tempos pré-coloniais até a atualidade (Ferreira, 2010). Na década de 1960, com o início da profissionalização e institucionalização da arqueologia, o conhecimento e objetivo dessa ciência eram principalmente o de identificação e registro de sítios arqueológicos no território nacional (Bueno, 2011), a fim de se criar um mapa de dispersão de culturas arqueológicas pré-coloniais e do potencial de pesquisa por região. O paradigma científico seguido pela arqueologia de então, voltada para o histórico-culturalismo e uma divisão entre um passado pré-histórico – povoado por grupos indígenas não mais existentes – e uma história atual, foi consolidado juridicamente pela Lei 3.924 de 1961, conhecida como Lei de Arqueologia. Essa ciência, desde então, não se afastou completamente desse objetivo de mapear, identificar e registrar o patrimônio cultural nacional, nem desse paradigma acerca das populações indígenas¹⁰, seja no que tange à prática acadêmica ou ao licenciamento ambiental.

Um exemplo disso é o modo como são apresentadas nos projetos e relatórios para o licenciamento as narrativas acerca das populações indígenas. Em cada projeto há uma contextualização histórica e arqueológica da região pesquisada, as quais geralmente são divididas entre uma narrativa com seu foco na história do período colonial e da colonização europeia mais tardia – apresentada de modo positivista, com datas e fatos –, e uma descrição dos dados arqueológicos – na grande maioria das vezes, apenas dos tipos de sítios e de materiais arqueológicos registrados para a região. Em poucos processos analisados havia uma seção para algum tipo de história indígena, ou etno-história (com o foco no protagonismo e papel dos povos indígenas na história da região ou do estado). Repetindo a estrutura narrativa de muitos trabalhos acadêmicos de arqueologia, esses projetos e relatórios têm uma divisão clara entre o que pertence a uma história de formação política, social, cultural e identitária do estado e/ou da população, e o que pertence à arqueologia: o passado

distante e desconexo do presente¹¹. Tal distanciamento dessas outras narrativas, as quais trazem também outras cosmologias, limita outras visões e entendimentos de patrimônio, paisagens, ambiente e de impacto a esses locais e coisas.

Deve-se pensar a definição de patrimônio não como algo técnico, definido simplesmente por certas categorias, importância e valores, mas como parte do projeto de formação de um estado-nação. Desta forma, o registro arqueológico – ferramenta de identificação e de controle do que é ou não patrimônio – age diretamente no ocultamento de conflitos e do papel das comunidades no debate acerca do que é representativo para a história e memória de um certo grupo social ou de uma nação. A forma como esse registro é concebido e colocado em prática não é apenas fruto de um debate teórico, por exemplo, entre processualistas e pós-processualistas (Pellini, 2014), mas também – e principalmente no licenciamento ambiental – origina-se e constitui-se materialmente em documentos e trâmites burocráticos (os quais possuem intrinsecamente teorias e métodos arqueológicos). Tal questão me ficou clara ao analisar os processos na SE/Iphan-RS e ao conversar com os técnicos sobre como é o processo de registro de sítios arqueológicos. Nessa rede de constituição do patrimônio arqueológico, não são apenas os argumentos, justificativas e dados científicos sobre determinado sítio arqueológico que participam na sua materialização legal como tal, mas também, e em alguns casos principalmente, documentos burocráticos, as próprias concepções dos(as) arqueólogos(as) da SE/Iphan-RS que analisam essa documentação, interesses do estado e restrições de orçamento e prazos para a pesquisa. Paulo, arqueólogo da SE/Iphan-RS, expôs algumas das questões e constrangimentos que abarcam a definição de sítio arqueológico pelo Iphan, principalmente no que se refere aos interesses do estado e os limites da legislação:

(...) um exemplo, se registra um sítio com a dimensão gigantesca, então, bom, realmente é tudo isso? Se é tudo isso, então toda aquela área ali nada mais vai poder ser feito sem ter um acompanhamento arqueológico junto, qualquer intervenção ali pode resultar posteriormente em um crime ambiental, porque eu vou estar dizendo que é um sítio arqueológico, etc. Isso é um aspecto que a gente tem legislações que nos amparam, mas em muitos casos elas também nos deixam incertos, porque, por exemplo, a Lei de Arqueologia de 61 ela é muito clara em relação aos sítios pré-coloniais, mas deixa muitas brechas com relação aos sítios históricos. Então na nossa análise a gente acaba tendo sempre que ponderar os desdobramentos de cada decisão que a gente toma, ou seja, se há um sítio em um

lugar esse sítio passa a ser responsabilidade do Iphan eternamente, seja se ele for preservado in situ, se ele gerar um acervo que vai continuar sendo bem da União e que não vai poder ser descartado. (...) nós somos constantemente monitorados e cobrados pelo Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, principalmente, que atua no direito difuso e que é o responsável por garantir as questões, por exemplo, do meio ambiente, do patrimônio. Então existem muitos desdobramentos no momento que eu digo que algo é um sítio arqueológico. Os desdobramentos disso são enormes, então a gente acaba tendo que sempre ponderar em relação a algo que está na nossa frente, o que vai acontecer, não se trata de simplesmente fazer um parecer e assinar e aquele problema está resolvido. Nós criamos um passivo que vai ter que ser acompanhado eternamente.

Contudo, não é apenas após o trabalho de campo que esses constrangimentos e questões influenciam na definição ou não de um patrimônio arqueológico. Obviamente, prazos e orçamentos implicam na qualidade e potencial da pesquisa efetuada, pois nem sempre as equipes de arqueologia têm a possibilidade de efetuarem certas atividades e possuírem um tempo maior para as análises. Outro fator que influi nessa questão é o próprio tipo de empreendimento, já que este afeta o método da pesquisa arqueológica, o qual, conseqüentemente, afeta na identificação de sítios arqueológicos. Francisco exemplifica essa questão através de sua experiência em projetos de licenciamento na malha urbana de cidades:

Vai depender do estado de conservação do local, vai depender do tipo de empreendimento que está sendo feito ali, e basicamente no meu ver, em que estado de conservação que vai estar o local. Porque daqui a pouco tu vai ter material arqueológico, mas não vai configurar um sítio arqueológico. Isso aconteceu em alguns lugares, por exemplo, nós trabalhamos no acompanhamento de uma obra de gás, instalação de gás natural em um bairro de Porto Alegre, e como ela era feita com essas sondas perfuratriz, então, por exemplo, numa quadra tinham só duas aberturas, uma em cada esquina. E às vezes saía material e a gente coletava. Só que fica muito difícil tu afirmar que aquilo é um sítio. Como tu está trabalhando em uma área de rua, que foi várias vezes impactada, tu não tem toda a rua aberta, tu não tem uma vala pra tu ver a estratigrafia, tu tem algumas janelas só. Então tu tem material arqueológico, mas é muito complicado tu afirmar que tu está em um sítio arqueológico. Pelo potencial do bairro, pelo histórico do bairro que tu fez previamente, pelo projeto, tu vê que tu está numa área de potencial alto. Isso é evidente. Mas tem que ter muito cuidado.

A ficha de registro de sítio arqueológico, regulamentada em 1998, é o documento que aponta as características que devem ser preenchidas e identificadas a fim de serem legíveis para o estado cadastrar algo como um patrimônio arqueológico. A ficha também é o documento de análise principal dos(as) técnicos(as) do Iphan para aceitarem ou não o registro de um sítio. Contudo, estão emaranhadas nesse documento certas teorias e métodos específicos. Por exemplo, as características culturais acerca dos artefatos encontrados são meramente de caráter material, morfológico e funcional, excluindo a ligação entre os vestígios arqueológicos e as populações indígenas, e entendimentos e interpretações outras para esses objetos e locais. O mesmo se dá na definição da importância, relevância e excepcionalidade do sítio. Isso é definido através de gradações e cálculos que levem em conta o estado de conservação do sítio – ou seja, quanto mais preservado, mais importante e relevante –, potencial científico – definido pela presença de um certo tipo de cultura material específica e cronologia avançada –, e por último a importância que a comunidade do entorno dá ao local – o que nem sempre é levado em conta e/ou registrado. Além desses constrangimentos de ordem burocrática, legal e estatal e de concepções teóricas previamente definidas na ficha de registro, a análise e aceite dela passa por outras questões de cunho estrutural e hierárquico do Iphan, como relatado por Paulo:

O cadastro, ele tem que ser a ficha apresentada, e a ficha tem que ser homologada aqui por nós, até pra ponderar essas questões, se é sítio histórico tem que passar por todas essas ponderações, porque não tem uma questão clara na legislação sobre isso e tal. E com base nisso a gente encaminha as fichas pra Brasília [CNA], que daí Brasília que sobe isso pros bancos de dados do Iphan. Então na verdade passa pela nossa avaliação e às vezes chega lá, por exemplo, já aconteceu de chegar no Centro Nacional de Arqueologia e o Centro Nacional de Arqueologia não concordar e mandar de volta pedindo esclarecimentos sobre tal sítio, por exemplo. “Isso é de fato um sítio arqueológico?” Porque a gente não identificou nas informações tal coisa e tal coisa. Então, até mesmo bater os dados de pontos [de UTM, georreferenciados] que foram apresentados nas fichas a gente tem que fazer, porque às vezes um errinho de digitação... a gente não tem como mexer na ficha, porque a ficha que vai pra Brasília é a ficha original assinada pelo arqueólogo. (...) E mesmo o arquivo digital do acces¹² a gente não tem como mexer, porque a gente não tem o acces nos nossos computadores. Então a gente não tem nem como corrigir as fichas digitais, que também são importantes pra mandar pra Brasília. Então, assim, qualquer erro que a gente identifique, porque a gente só consegue fazer a leitura

das fichas, tanto a digital quanto a física, a gente tem que mandar para o arqueólogo de volta, pro arqueólogo mandar pra gente ela corrigida, pra gente poder mandar pra lá.

Se nos documentos e trâmites burocráticos aparecem esses constrangimentos, barreiras e limitações, nos discursos dos(as) arqueólogos(as) sobre seus trabalhos de campo, análises e interpretações sobre os sítios, materiais e paisagens, o panorama é outro. Enquanto nos primeiros os conflitos, diferentes discursos, demandas e significados não possuem espaço, nos relatos de experiências dos(as) interlocutores(as) há narrativas repletas e povoadas de pessoas, ideias, interpretações e demandas. Relatos sobre descobertas com moradores locais e com auxiliares de obra que trabalhavam no campo foram recorrentes nas entrevistas, assim como as interpretações, discursos e significados que essas pessoas construíam sobre o local ou sítio de pesquisa. Todavia, nos relatórios sobre as áreas pesquisadas, o campo arqueológico é povoado apenas pelo registro positivo ou negativo de uma cultura material muda e morta, geralmente reduzida a sua forma e função. Paulo, arqueólogo da SE/Iphan-RS, reflete sobre a relação entre sociedade, arqueologia e Iphan:

(...) em relação à sociedade eu acho o Iphan, não a arqueologia dentro do Iphan, mas o Iphan enquanto instituição de modo geral, uma instituição hipócrita. Usa no discurso a sociedade, mas na hora de trabalhar o patrimônio, está trabalhando o patrimônio desassociado dessa sociedade. Porque a maior parte dos bens tombados, valorados e registrados dentro do Iphan são escolhas de pessoas que estão dentro do Iphan, não são escolhas de pessoas, da sociedade que está chegando, “olha, a gente tem interesse nisso”. Poucos são os casos que ocorreu o tombamento, registro de casos assim. Enfim, sítio arqueológico também. Sítio arqueológico eu também acho um tanto hipócrita, mas é uma hipocrisia dos próprios arqueólogos de modo geral, e isso me incluo também enquanto arqueólogo, porque os arqueólogos tendem a desassociar o patrimônio arqueológico da sociedade que detêm ele. Eu tenho sérias críticas ao funcionamento do Iphan hoje em dia, em relação principalmente a isso, de usar num discurso a sociedade e na hora de valorar as coisas que a sociedade podia estar pedindo pra valorar eles excluem do discurso e vira um discurso extremamente institucional e de escolha institucional.

O potencial arqueológico da área pesquisada, por exemplo, é definido, segundo o inciso II da IN 01/15, através da vistoria local (via caminhamentos e intervenções subsuperfície) e pelo “cruzamento de dados, do processo histórico de ocupa-

ção, com a incidência de sítios cadastrados, indicadores geomorfológicos e demais modelos preditivos de avaliação”, ou seja, ficam de fora da produção de conhecimento acerca do patrimônio cultural do local os conhecimentos, saberes e interpretações das comunidades atingidas ou do entorno. No que tange a populações indígenas e quilombolas, só ocorre uma consultoria para com estas quando o trajeto do empreendimento passar por alguma terra desses povos. Entretanto, a preocupação de inserir as falas, interpretações e demandas das comunidades do local da pesquisa apareceu nas falas de alguns(mas) dos(as) arqueólogos(as) entrevistados(as). Para Francisco, por exemplo, a definição de sítio arqueológico deve partir da possibilidade de contar uma história que importe para a população do entorno:

Eu acho que na verdade o sítio é aquilo que eu falei também, assim, tem material arqueológico e tem sítio arqueológico, é diferente. Pode ter material antigo que está ali extraviado e tu pode ter alguma coisa muito legal que tu pode contar alguma história. Aquilo pode ser importante pra alguém, e se é importante pra alguém é legal registrar. Se não é importante não tem sentido tu estar ali, não tem sentido também tu pegar. A gente também se pauta nesse tipo de coisa, tu tem que ter contexto, tem que ter um contexto. Tem que saber contar uma história com aquilo ali. Se não, não tem sentido nenhum tu recolher esse material, tu passar todo esse trabalho, todo esse método direitinho, por camadas e coisa e tal. Depois tu não vai saber nem contar uma história, “não, o material era antigo, eu fiz tudo que era necessário pra salvar o material”. Tá, mas e daí? Quem que morou aqui? Que que era esse lugar? Isso é importante pra quem? As pessoas ainda tão por aqui? Será que tem descendentes desses antigos moradores nessa região? Será que não seria legal se desse pra trazer esse pessoal aqui? Tu começa a refletir sobre a tua atuação em campo. Isso é legal quando tu consegue atingir, digamos assim, esse patamar de pesquisa que te possibilita linkar o teu trabalho com os moradores do local e os moradores mais antigos. E talvez tenha ainda descendentes na região.

Contudo, esse contato e essa relação com a comunidade dependem tanto do prazo e cronograma do trabalho, quanto da posição teórico-metodológica da pesquisa e da equipe envolvida no trabalho de campo. Geralmente, o contato com a comunidade é rápido e feito através de conversas informais ou entrevistas, com o intuito de coletar alguma informação histórica sobre o local, se há algum indício de sítio arqueológico, sobre coleções pessoais de peças arqueológicas, dentre outras questões. Isso depende muito também da área onde ocorrem os trabalhos e o tipo de empreendimento. Em áreas rurais, por exemplo, quando o trabalho é de curto

prazo, o foco é nas intervenções subsuperfície na área a ser pesquisada e nos caminhamentos ao longo dela. Os dados empíricos, materiais, são vistos como mais importantes do que aqueles vindos da comunidade. Contudo, em alguns trabalhos no meio urbano há a possibilidade dos transeuntes abordarem os(as) arqueólogos(as) – muitas vezes por confundirem eles(as) com os(as) engenheiros(as) da obra por ambos(as) utilizarem capacetes brancos –, o que gera, segundo os relatos dos(as) interlocutores(as), um espaço muito profícuo de conversa, troca de informações e divulgação. Mesmo assim, na maioria das vezes o contato com a comunidade serve para a equipe de arqueologia como um método alternativo para a prospecção da área, não se criando laços de sociabilidade ou uma relação mais longa de pesquisa com essas pessoas – até porque os trabalhos de arqueologia no licenciamento ambiental são pontuais e os membros da equipe, quando não toda a equipe, transitam muito de um campo a outro, de uma região do Brasil para a outra. Rodrigo relata sua experiência com essa questão do contato e conversa com moradores em seus trabalhos no licenciamento ambiental:

Nos trabalhos de arqueologia de contrato eu nem contatei pessoas. Simplesmente ia lá, cavava os buracos, fazia relatório, escrevia o que tinha que escrever, quinze dias depois eu estava em casa. Então o contato, claro, que eu estou falando da minha etapa que era o trabalho de campo, depois tinha equipes de educação patrimonial que iam lá e aí sim faziam contato. Então o contato com as comunidades locais é uma ferramenta. Uma ferramenta, uma estratégia para você resolver algum problema relativo ao trabalho. Achar sítio ou ter acesso a uma área que as pessoas não estão tendo. Principal ferramenta é achar sítio, conversar com as pessoas da comunidade local “onde é que estão? Onde é que estão achando os caquinhos de cerâmica por aí?”. É uma ferramenta (...) é só uma ferramenta para potencializar a eficiência do método de mapeamento de sítios e prospecção. É um protocolo. É um contato protocolar, não tem objetivo de transformação de consciência sobre patrimônio, sobre as ocupações indígenas locais, por exemplo, sobre a história das pessoas que compõem aquela comunidade.

O depoimento de Rodrigo corrobora com a interpretação de Luísa sobre a divisão da produção de conhecimento arqueológico no licenciamento ambiental. No caso exposto acima, o arqueólogo é aquele que produz conhecimento e um discurso acerca do patrimônio cultural material através de suas teorias e metodologias, sem auxílio da comunidade do entorno. Comunidade essa que apenas é acionada em

uma etapa posterior quando a equipe de educação patrimonial faz as atividades de divulgação e extroversão do conhecimento produzido. Essas ações educativas variam muito de formato e abrangência dependendo do tipo de empreendimento, do prazo e do orçamento, e são efetuadas na maioria das vezes nas escolas mais próxima da área do empreendimento. A educação patrimonial – sua conceituação, aplicação e objetivo – foi criticada por praticamente todos(as) os(as) interlocutores(as). O pouco tempo para as atividades, a falta de uma definição clara do que seria uma educação patrimonial na legislação, a falta de formação específica dos arqueólogos para coordenarem esse tipo de ação e o fato de entenderem que tais ações não deveriam ser realizadas pela equipe de arqueologia, mas sim por um museu ou até pelo Iphan, foram os pontos mais citados. Geralmente estas atividades de educação patrimonial se reduzem a palestras e oficinas informativas sobre a prática arqueológica, não sendo efetivamente uma ferramenta de divulgação do patrimônio e muito menos de construção conjunta deste com a comunidade. Essa crítica não é feita apenas pelos(as) arqueólogos(as) que participam dos projetos, mas também dos(as) arqueólogos(as) da SE/Iphan-RS, os quais também não tem muito espaço de manobra para requisitarem algo diferente. Entretanto, foram expostos exemplos de projetos em que, com um cronograma maior, as atividades efetuadas foram avaliadas como positivas e com um alcance bom para com a comunidade escolar¹³.

Um dos atores mais citados pelos(as) interlocutores(as) que se enquadra em um papel de “não-arqueólogo”, mas que tem certa agência e influência na produção do conhecimento arqueológico e da constituição do patrimônio em campo, são os auxiliares de obra. Eles geralmente são cedidos pela empresa contratante ou contratados na cidade onde ocorrerá o empreendimento para realizarem os trabalhos mais pesados de abertura de área de mata, intervenções subsuperfície, peneiramento de sedimentos, dentre outras atividades. Deste modo, eles participam muitas vezes de toda a extensão do trabalho de campo, inclusive a descoberta de sítios e/ou de artefatos – aprendendo com os(as) arqueólogos(as), e também ensinando-os(as) a identificarem certas coisas. Vários(as) interlocutores(as) deram exemplos de auxiliares – muitas vezes moradores da região, pescadores ou agricultores – que sabiam identificar ossos de animais, fragmentos de cerâmica e peças líticas, e até escavar, por terem experiência em trabalhos anteriores, muitas vezes melhor que os(as) próprios(as) arqueólogos(as) da equipe. Esses exemplos mostram como esses outros atores, interpretações e conhecimentos, mesmo que ocultados no produto final, influenciam na construção do conhecimento arqueológico no licenciamento ambiental.

Como dito acima, esses relatos, encontros e experiências dos(as) arqueólogos(as) em campo acabam não transparecendo, não tendo espaço nos textos dos relatórios finais, nem na interpretação dos dados arqueológicos e nem na análise dos técnicos da SE/Iphan-RS. Quando analisei os processos de licenciamento me deparei com quatro tipos de utilização e descrição das falas de moradores (quando havia): 1) a partir de pequenos questionários sobre a faixa etária, o tempo de moradia no local e se conhecia algum sítio arqueológico, era feita uma tabela com a quantificação desses dados; 2) citações de pequenas falas de moradores ao longo do texto sobre o conhecimento ou não de sítios ou materiais arqueológicos na área ou região; 3) entrevistas gravadas com moradores e com as transcrições inseridas como anexo nos relatórios, ou seja, fora do espaço mais formal de descrição dos dados e das interpretações; 4) um trabalho mais longo e denso com as pessoas que moravam na área ou no entorno dela, tanto de entrevistas quanto de caminhamentos conjuntos pelo local, para avaliação do potencial arqueológico e troca de informações, o que era utilizado mais proeminentemente ao longo do texto. De modo geral, esses relatos, informações e interpretações ficam reservados nos relatórios em um capítulo ou seção separada da descrição do campo, na qual se inserem as interpretações dos(as) arqueólogos(as). Desse modo, as informações e interpretações dos moradores não fazem parte formalmente da produção do conhecimento arqueológico propriamente dito. Além disso, as falas selecionadas da população quase nunca refletem ou demonstram suas opiniões sobre o impacto do empreendimento para elas e para o local.

O ocultamento e falta de agência simétrica das comunidades atingidas e grupos indígenas nos processos de licenciamento ambiental não significa que esses coletivos estejam ausentes das redes sociotécnicas que constituem essa ferramenta estatal. O recorte da rede proposto na minha etnografia, focando-me nas falas dos cientistas, reafirma os locais privilegiados de fala e tomada de decisões no contexto do licenciamento ambiental desses especialistas. Essa “traição etnográfica e silenciamento do outro” (Gerhardt, 2016) foi uma decisão pensada e calculada dentro do escopo possível da dissertação de mestrado. Entretanto, deve-se refletir sobre a questão de até onde esses grupos querem se adentrar nesses processos do modo como estão estabelecidos. Povos indígenas já demonstraram que suas demandas não cabem nos termos desses processos burocráticos, estatais e científicos do licenciamento ambiental. O que faz com que eles mesmos produzam seus estudos, documentos e resultados (Mantovanelli, 2016). A agência e os efeitos viram de lado, partem deles. O que não quer dizer que não se devam procurar formas de participação mais

amplas e plurais desses grupos nesse contexto, contudo, devem-se notar os limites e as possibilidades.

Conclusão

A partir da perspectiva das redes sociotécnicas, da antropologia da ciência e da burocracia, a etnografia da prática arqueológica apresentada aqui teve como objetivo pensar essa disciplina no licenciamento ambiental como participante de um processo muito maior do que a identificação e o registro de sítios e bens arqueológicos. Ao cartografar na rede os atores, suas agências e mediações, percebemos como fatos científicos, entidades, decisões, conhecimento arqueológico e patrimônio cultural são fabricados – ao mesmo tempo em que notamos as vozes e os atores silenciados e ocultados nesse contexto. Ao refletir sobre a prática científica juntamente, e sendo coproduzida, à política e aos trâmites burocráticos, temos um panorama mais amplo de como o licenciamento ambiental é uma arena de disputas, no qual tanto a ciência quanto o estado, a burocracia e o patrimônio estão constantemente em constituição, em ação.

Pesquisar, analisar e debater sobre o tema da arqueologia no licenciamento ambiental não pode fugir de um contexto político, no qual as diferentes práticas científicas vêm sendo atacadas por diversos segmentos da política brasileira e da mídia. A arqueologia, por exemplo, é pintada muitas vezes como a culpada pelo atraso e pela não efetivação de diversos empreendimentos para o “desenvolvimento nacional” devido a “caquinhos” que não importam a ninguém. Inclusive há diversas propostas legislativas para modificar o licenciamento ambiental e até retirar a necessidade de pesquisas arqueológicas nesse âmbito¹⁴.

Etnografar a prática arqueológica no licenciamento ambiental é assim, não um ataque ou uma tentativa de deslegitimar a produção do conhecimento científico e as suas “verdades essenciais”, mas sim um modo de enriquecer e aumentar dimensões cruciais da prática arqueológica que estão negligenciadas (Edgeworth, 2010:55). Pensar e analisar o modo como o conhecimento científico é produzido, ainda mais aquele que trata do passado e de populações subalternas, como povos indígenas, não é apenas um imperativo da ciência em si, mas também um posicionamento ético frente a que tipo de conhecimento é produzido e como – a partir do que e junto a quem – ele é fabricado e divulgado. Etnografar a prática arqueológica é se engajar na questão sobre como essa ciência atua no mundo (Castañeda, 2014). Mesmo com os diversos constrangimentos legais, burocráticos e científicos que apresentei acima,

os(as) interlocutores(as) da pesquisa, cientes dessas restrições, não abdicaram de se pensar, apresentar e atuar enquanto atores políticos e sociais. Roberta, dona de uma empresa de arqueologia, reflete sobre a potencialidade epistemológica da arqueologia, seu papel político e social:

Eu acho que o arqueólogo é um, é um... desagradável (risos). Porque eu acho que é uma das profissões mais políticas. A gente tem um grande poder nas mãos. O que a gente faz é desenterrar coisas que pessoas propositadamente enterraram no passado, ou que propositadamente abandonaram no passado, ou que foram abandonadas pelo propósito de alguém que expulsou, explorou, excluiu uma determinada população. Então a gente é o cara que vai lá e diz “tá tudo errado”, sabe (risos). Isso é um baita de um poder político. A gente pode dar voz a todas essas populações que desapareceram de determinado lugar e um determinado momento por algum motivo.

Entretanto, há um grande abismo entre “para que(m) queremos fazer arqueologia” e “para que(m) fazemos arqueologia”. No contexto do licenciamento ambiental pode-se ver mais claramente como paradigmas científicos tecno-tipológicos, juntamente a legislações, documentos burocráticos e interesses políticos do estado, restringem a atuação dessa ciência a mera identificação e registro de uma cultura material distanciada das populações do entorno ou indígenas. Se os ambientalistas no licenciamento ambiental são os “porta-vozes da natureza” (Bronz, 2011:291), por serem capazes de transformar a natureza em projetos, investimentos e dados a serem analisados para tomadas de decisões acerca de projetos desenvolvimentistas, os(as) arqueólogos(as), nesse mesmo contexto, são os(as) porta-vozes do patrimônio. Para Joaquim, refletindo a partir de suas duas décadas atuando no licenciamento ambiental, a relação dos(as) arqueólogos(as) com o patrimônio é, por um lado, como Midas, pois podem transformar as coisas em patrimônio, e por outro, como bactérias necrófagas, necessitando do impacto e da destruição – mesmo que seja via uma escavação – desse patrimônio.

A pergunta que fica, tanto para mim quanto para os(as) interlocutores(as), é como transferir o discurso povoado de pessoas, de interpretações e demandas da comunidade frente aos trabalhos e ao patrimônio arqueológico, para os relatórios técnicos, para esses documentos burocráticos que passam por tantas mediações, constrangimentos legais e políticos. Desse modo, entender e mapear esses diferentes trâmites que envolvem a prática da arqueologia no licenciamento ambiental

pode ser um meio pelo qual pensar, procurar e construir novas possibilidades de ação, de confecção de relatórios e de construção de patrimônio, para que a arqueologia não seja apenas mais um protocolo formal para projetos desenvolvimentistas.

Enquanto nós, arqueólogas e arqueólogos, evitarmos discutir a participação dos sítios arqueológicos na produção e reprodução da vida social no presente; enquanto não discutirmos as relações atuais entre pessoas e mundo material, nós seguiremos abdicando do potencial da disciplina para ressaltar formas locais e tradicionais de concepção e expressão de projetos alternativos para um dado território – muito mais que propriedade cobiçada pelos projetos capitalistas. O modo como lidamos com as interações atuais entre as pessoas e os sítios arqueológicos contribui, sobremaneira, com a marginalização de coletivos locais no processo de licenciamento ambiental. Os relatórios técnicos criam uma distância artificial e impossível entre objetos arqueológicos e pessoas, localizando a dinâmica social da evidência arqueológica apenas no passado, e num passado distante ou longínquo – posto que ainda discutimos, inclusive, quais são os limites que separam o arqueológico do contemporâneo (se cronologia, tecnologia, notabilidade ou uma combinação delas). Herança positivista, a crença na distância intransponível entre passado e presente, entre produtores/usuários e observadores da evidência arqueológica, dificulta a percepção espontânea e inviabiliza a valorização de relações afetivas ou espirituais que populações que não possuem nenhuma “ancestralidade comprovada” possam estabelecer com os sítios arqueológicos de seu território (Ribeiro, 2015:183).

A pesquisa aqui apresentada trabalhou também na direção de pensar e refletir sobre a responsabilidade social, ética, política e científica (mas não como se fossem campos separados) dos(as) arqueólogos(as) e de seus relatórios em uma prática cada vez mais do, de e no conflito. Como visto, há muito mais em jogo do que seguir os requisitos mínimos propostos por lei. A arqueologia, principalmente no contexto do licenciamento ambiental, é uma prática que deve saber identificar e lidar com conflitos, impactos, riscos, danos e violências de todos os tipos. Vivemos e habitamos em uma terra que está sendo modificada e destruída pelas nossas ações, logo, a arqueologia se transforma de uma ciência que apenas trata do passado, em uma ciência, em uma prática política, que se engaja com e por um futuro: “Trata-se de uma questão de tomar conhecimento de “fatos desconfortáveis” relacionados a questões urgentes que dizem respeito ao próprio solo habitado por todos” (Latour, 2014:20).

Recebido: 29/07/2018

Aprovado: 26/11/2018

Marcus A. S. Wittmann é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e especialização em Arqueologia Brasileira pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). É pesquisador associado ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS) e do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS). ORCID: 0000-0002-9020-9945 Contato: wittmann.marcus@gmail.com

Notas

1. Cabe ressaltar que o número de protocolos não faz referência direta ao número de empreendimentos licenciados e nem ao número de portarias de pesquisa emitidas pelo Iphan.
2. Devido ao tempo curto de um Mestrado, não foi possível fazer a etnografia de um campo arqueológico no licenciamento ambiental. Seguir todos os trâmites e temporalidades de um projeto específico, desde seu início até conclusão, poderia levar mais do que dois anos. Deste modo, foi escolhida uma abordagem mais ampla sobre esse tema através de entrevistas e análises de processos.
3. Ordem de Serviço 02 de 2016, a qual instaura, a partir da IN 01/15, modelos de parecer técnico para projetos e relatórios de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental.
4. A categoria “Nível III” faz referência ao Anexo II da Instrução Normativa 01/2015, a qual divide diferentes empreendimentos, dependendo de seu tamanho e impacto no solo, em diferentes níveis (Não se Aplica, Nível I, II, III e IV), os quais possuem especificidades no que tange ao tipo de trabalho e pesquisas arqueológicas necessárias.
5. Vale ressaltar que a definição de impacto ao patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental, mas também de forma geral, se dá pela avaliação material e física dos artefatos e sítios, e não no que tange à imaterialidade deles ou questões cosmo-ontológicas que podem estar envolvidas em suas relações com grupos indígenas, por exemplo.
6. A “chefia”, nesse caso, é a(o) superintendente do Iphan, as(os) quais, geralmente, são arquitetas(os).
7. Há um grande problema nessa solicitação da IN, pois o banco de dados no site do Iphan dos sítios arqueológicos registrados é incompleto e defasado. Não há uma atualização recorrente de novos registros e, para a grande maioria dos sítios cadastrados, não há a indicação da localização georreferenciada dos mesmos.
8. Concursos para arqueólogos efetivos no IPHAN são bem raros. Ocorreu um em 2009 e outro

apenas em 2018. Durante esse tempo foram contratados apenas arqueólogos para atuarem durante alguns poucos anos no setor de arqueologia.

9. Há uma dificuldade em mapear trabalhos acadêmicos que são resultados de pesquisas feitas no licenciamento ambiental, pois muitos não citam esse aspecto nas publicações.

10. É claro que também não se pode tratar a arqueologia como algo homogêneo e uno, como se não houvesse outras concepções, práticas e compromissos dentro dessa ciência. Entretanto, ao mesmo tempo em que existem arqueologias colaborativas, indígenas e simétricas, elas continuam sendo, de um modo ou de outro, frutos de uma concepção ocidental moderna.

11. Apenas um dos projetos analisados trazia o histórico da região sem essa divisão, apresentando um fluxo contínuo que abarcava a história indígena de longa duração e a história da colonização europeia.

12. Software utilizado para gerenciamento de banco de dados e preenchimento digital da ficha de registro.

13. A avaliação das atividades pela comunidade escolar, pelos professores ou pelo grupo de pessoas abarcado é solicitada pelo Iphan. Contudo, geralmente o que é apresentado são pequenas fichas de avaliação para que os participantes respondam algumas poucas perguntas, às vezes de múltipla escolha, sobre a atividade e sobre a arqueologia de modo geral, sem uma análise mais aprofundada do impacto dessas ações na comunidade.

14. Proposta de emenda constitucional 65/2012, a qual dá anuência direta a qualquer obra pública entendida como estratégica para o desenvolvimento do país; Proposta da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) para alteração da Resolução CONAMA 01/86, retirando o aspecto cultura do licenciamento ambiental; Projeto de Lei do Senado 654/2015, que propõe uma licença única de duração de oito meses, usurpando a competência de órgãos como o Iphan; Projeto de Decreto Legislativo 540/2016, que visa sustar a aplicação da Instrução Normativa 01/2015, deixando a arqueologia sem um regimento voltado especificamente para a prática no licenciamento ambiental; e a Lei Geral do Licenciamento (Projeto de Lei 2.941/2011), a qual apresenta uma proposta simplificada do processo licenciatório, suprimindo o papel do Iphan. Essas propostas não foram promulgadas, mas também não estão completamente fora de cogitação no âmbito jurídico e legal. Já no Rio Grande do Sul, foi publicada em agosto de 2017 a Resolução 357 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), a qual define que o IPHAN só deve se manifestar no processo licenciatório caso já existam bens culturais acautelados na área diretamente afetada pelo empreendimento, excluindo assim a possibilidade de pesquisas arqueológicas que venham a descobrir novos sítios arqueológicos que não aqueles já identificados e registrados no âmbito federal. Em agosto de 2017, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) do Mato Grosso também promulgou uma resolução com o mesmo teor.

Referências bibliográficas

BRONZ, Deborah. 2011. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

BRONZ, Deborah. 2013. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais”. CAMPOS-Revista de Antropologia Social,

- Dossiê Antropologia e Desenvolvimento, 14 (1/2):37-55.
- BRONZ, Deborah; FRAIMAN, Ricardo. 2009. "Grupos de Interés: análisis crítico sobre el establecimiento del método en la gestión empresarial de los Grandes Proyectos Industriales del Brasil". *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 1:10-31.
- BUENO, Lucas de Melo Reis. 2011. "Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda?". *Revista Esboços*, 18 (26): 55-72.
- CASTAÑEDA, Quetzil E. 2014. "Situating Activism in Archaeology: The mission of science, the activist, and the archaeological record". In: Sonya Atalay; Lee Rains Clauss; Randall McGuire; John R. Welch (ed.), *Transforming Archaeology: Activist Practices and Prospects*. Walnut Creek (CA): Left Coast Press. pp. 61-90.
- EDGEWORTH, Matt. 2003. *Acts of Discovery: an Ethnography of Archaeological Practice*. Oxford: British Archaeological Reports.
- EDGEWORTH, Matt. 2006. "Preface". In: Matt Edgeworth (org.), *Ethnographies of Archaeological Practice: cultural encounters, material transformation*. Oxford: Alta Mira Press. pp. xi-xvi.
- EDGEWORTH, Matt. 2010. "On the boundary: new perspectives from ethnography of archaeology". In: Duncan Garrow, Thomas Yarrow (ed.), *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books. pp. 54-68.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2010. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- GERHARDT, Cleyton Henrique. 2016. "Traições etnográficas e o ocultamento do outro na evidência da fala competente: sobre violências epistêmicas em situação de alteridade mínima". *Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, GT 35: Fantasmas dentro da máquina? O ofício antropológico dentro e na órbita da institucionalidade estatal: 1-35.
- HULL, Matthew. 2012. "Documents and bureaucracy". *Annual Review of Anthropology*, 41:251-267.
- JASANOFF, Sheila. 2006. "The idiom of co-production". In: Sheila Jasanoff. *States of Knowledge: The co-production of science and social order*. London: Routledge. pp. 1-12.
- REIS, José Alberione dos. 2010. "Não pensa muito que dói": um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- RIBEIRO, Loredana. 2015. "Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil". *Revista de Arqueologia*, 28(2):172-186.
- LATOUR, Bruno. 2004. "Por uma antropologia do centro". *Mana*, 10, 2: 397- 414.
- LATOUR, Bruno. 2011. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: Unesp.
- LATOUR, Bruno. 2014. "Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno". *Revista de Antropologia*, 57(1):11-31.
- LOWENKRON, Laura, FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers". *Vibrant*, 11(2):75-111.
- MANTOVANELLI, Thais. 2016. "Os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os Estudos Complementares do Rio Bacajá: Reflexões sobre a elaboração de um Laudo de Impacto Ambiental".

Horizontes Antropológicos, 22 (46):159-188.

PELLINI, José Roberto. 2014. “Os sacerdotes da verdade: ética e o conceito de registro arqueológico”. *Habitus*, 12(2): 291-306.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. 2017. “Esgotos, relatórios e arqueologia: etnografando processos de licenciamento ambiental para o saneamento básico”. *Cadernos de Campo (USP)*, 1(26): 150-167.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. 2018. *Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. Porto Alegre: UFRGS.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino, BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. 2017. “Relatórios técnicos de arqueologia no licenciamento ambiental: a materialização do patrimônio como ferramenta estatal”. *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, 3(1): 25-44.

Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias

Resumo: Este artigo tem como objetivo mapear as redes sociotécnicas que compõem e são compostas ao longo do processo de licenciamento ambiental, no que tange às práticas arqueológicas e aos trâmites burocráticos referentes a elas. Seguindo cientistas e suas práticas, burocratas e seus documentos, pode-se ver como a constituição do patrimônio arqueológico é um fenômeno entremeado por disputas políticas, tanto quanto por teorias e métodos científicos. Esta pesquisa é fruto de uma dissertação de mestrado, durante a qual foram entrevistados vinte e um arqueólogos de diferentes gerações e com diferentes experiências e cargos, além da análise de sessenta processos de arqueologia no licenciamento ambiental para diferentes empreendimentos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Etnografia da prática arqueológica; licenciamento ambiental; antropologia da ciência.

Archaeology in environmental licensing: an ethnography of scientists and their bureaucracies

Abstract: This paper has the objective of mapping the sociotechnical networks that compose and are composed through the processes of environmental licensing, on what regards the archaeological practices and the bureaucratic procedures related to them. Following scientists and their practices, bureaucrats and their documents, we can see how the constitution of the archaeological heritage is a phenomenon entangled by political disputes as much as by scientific theories and methods. This research is the result of a master's thesis, during which twenty-one archaeologists of different generations and with different experiences and positions were interviewed, as well as the analysis of sixty archaeological processes in environmental licensing for different enterprises in the state of Rio Grande do Sul, Brazil.

Keywords: Ethnography of archaeological practice; environmental licensing; anthropology of science.

Mortes esportivas e alegorias políticas: etnografando temores em torno dos *esportes-nação*¹

Luiz Henrique de Toledo

Universidade Federal de São Carlos - Brasil

Mortes esportivas

(...) o suicídio tece entre o morto e os demais
um útil, mas irresistível parentesco.

O sujeito que se enforca, que toma formicida, que se atira da barca, não é jamais
um estranho, um desconhecido (...)

Escrevi isso à propósito de Maneco,

ex-craque de futebol, que, na terra em que todos devem, matou-se de paixão por
uma dívida. Quarenta contos – eis a pobre, a triste,

a humilde importância que ele não pode pagar (...)

(Nelson Rodrigues 1994[1956])

Num texto bem conhecido de muitos estudiosos do futebol, intitulado *A morte da 'Alegria do povo'*, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes e o sociólogo Sylvain Maresca (Leite Lopes & Maresca, 1992) discutem as origens populares do estilo de jogar do futebolista Garrincha à luz dos acontecimentos desencadeados por sua morte. Deslindam desse fato inescapável os desdobramentos históricos encerrados em seu funeral, ocorrido em 1983. À queda do corpo físico, o evento de ordem natural que precipitara a discussão, seguiu-se uma análise sobre sua queda moral e, diria, política. A narrativa do evento abre-se para um inquérito histórico em que o funeral, capturado por grupos populares de torcedores, coloca em disputa a posse aflita pelo corpo inerte do ídolo, que vivera os últimos anos de sua vida sob severas condições de privação material, apagamento de sua biografia esportiva e sociabilidade humilhante. É como se pudesse dizer que Garrincha morrera muitas vezes antes mesmo do destino inevitável.

Na época que estava em atividade, termos como *ídolo*, *craque*, *fora de série* compunham o repertório de adjetivações que acompanhavam seu nome. Se tivesse jogado a partir dos anos 1990, possivelmente seria chamado de “mito”, termo que se popularizou posteriormente para designar atletas, mas não somente, de altíssima perfor-

mance. Garrincha foi sabidamente símbolo personificado daquele triunfo esportivo futebolístico que inauguraria um ciclo denso, historicamente curto, porém muito virtuoso em torno do futebol profissional brasileiro a partir de 1958, ciclo interrompido no pós-1970 com o recrudescimento da ditadura militar. Sempre é bom lembrar que o selecionado voltaria a vencer uma Copa do mundo, megaevento que fomenta nacionalismos e define o futebol dentro daquilo que circunscrevo como *esporte-nação*, somente em 1994, num país já vivendo sob a redemocratização. Considerados os triunfos esportivos de 1958, 1962 com 1994 e 2002, restaria o de 1970 como sendo a única conquista imersa inteiramente na atmosfera estética, moral, administrativa e política implementada pelo regime autoritário tecnocrático militar.

Sustentam que o fim da existência física de Garrincha marcaria historicamente os estertores de toda uma era do futebol, embora o senso comum midiático asseverasse que seu estilo fosse mesmo resultado de manifestação solitária, desinteressada e brejeira de sua maneira de jogar, em parte fruto das assimetrias ergonômicas de seu próprio corpo. A sócio-historicização dos autores corrigiria essa essencializante visão: “Após a morte de Garrincha, o mistério permanecia inteiro para a imprensa, que sempre reduzira as qualidades desse corpo em ação a um fato único, de ordem individual, ao produto de um dom, de uma espécie de genialidade, ou apenas simplesmente a uma “natureza”. Contudo, podemos ver a excelência toda pessoalizada do jogo de Garrincha como uma eficiente transformação e reconversão de um estilo de amador dentro do futebol profissional. Esse jogador, na verdade, é fruto de uma tradição operária de futebol amador, estimulada e praticada dentro de instituições esportivas geridas pelas fábricas ou empresas”. (Lopes & Maresca, 1992: sem numeração)²

O parágrafo derradeiro de *A morte da ‘Alegria do povo’* arremata os argumentos em torno de transformações históricas, mas lança mão das metáforas expandidas sobre a morte física do jogador para complementar e delinear o entendimento de todo um período, deixando transparecer um temor resignado diante da morte histórica:

(...) o sentimento de perda era gerado não apenas pelo fim da grande época do futebol brasileiro, mas também pela intuição de que estavam completamente transformadas as condições sociais que haviam permitido a eclosão de um tal jogador, com um tal estilo de jogo. Através dele desaparecia uma certa classe operária, a das vilas operárias tradicionais. E, de uma maneira mais geral, sua morte simbolizava também o fim de um certo modo de vida popular, cuja lembrança era o único resquício deixado pelo crescimento das dificuldades atuais. À “euforia” dos anos

1950-1964 - relativamente mais favoráveis às classes populares no plano econômico, político e das liberdades públicas - sucederam-se na verdade uma tristeza e uma certa violência primária que seria tentador associar ao sofrimento gerado pela intensificação da exploração econômica e da opressão política desde a instauração da ditadura militar (violência esta que se manifestou frequentemente durante os anos 70, especialmente sob a forma de tumultos nos trens de subúrbio do Rio e São Paulo). A morte miserável de Garrincha simbolizou ao extremo o desaparecimento dessa “alegria do povo” gerada pelo sucesso dos anos 50, especialmente pela vitória na Copa do Mundo de 1958, na qual o Brasil finalmente se afirmou em escala internacional, ainda que através do futebol, ou seja, de suas classes populares.

Mais contemporaneamente no Brasil, tempos circunscritos pelas crises da representação política que alcançaram as manifestações de rua a partir de 2013, espécie de “esfriamento” do pacto constituinte instaurado em 1988, e que trouxe consigo reavivamentos de signos políticos, corporalidades autoritárias, bricolagens semi-óticas e ressemantização conceitual de acontecimentos relacionados ao período ditatorial³, percebe-se o quanto interpretações históricas tomadas por alegorias no presente podem contorcer ou dobrar sobre si mesmas, sugerindo a ocorrência de nexos reiterativos nos quais os eventos se recompõem em novos cenários. O que coloca dúvida razoável sobre se, exceção feita aos corpos, eventos históricos que se creem singulares, de fato, “morrem” apenas uma vez.

Aprende-se com Lévi-Strauss o quanto pode ser problemático manter seguras as fronteiras rígidas entre narrativas míticas, histórias “frias” e “quentes” e, aqui no caso, versões históricas ou, mais precisamente, o fosso entre historicidades e historiografia (Goldman, 1999; Saéz, 2008)⁴. O autor, em várias oportunidades, oferece essa provocação. Fiquemos com a que segue:

(...) quando tentamos fazer história científica, fazemos porventura algo científico ou adotamos também a nossa própria mitologia nessa tentativa de fazer história pura? (...) Assim, se se tomarmos dois relatos de historiadores, de diferentes tradições intelectuais e com alinhamentos políticos diversos, de acontecimentos como a Revolução Americana, a guerra Franco-Inglesa no Canadá ou a Revolução Francesa, não ficamos de fato nada espantados ao constatar que eles não nos contam exatamente a mesma coisa (Lévi-Strauss, 1989a:63).

Essas questões aparecerão como inspirações para os relatos e experiências sensíveis que assumirão aqui a condição de fragmentos etnográficos, convertendo “mortes esportivas” e alegorias correlatas numa espécie de “etnografia do temor”. O (des)

encontro entre duas experiências extemporâneas entre si – uma vivida conscientemente na forma de observação etnográfica (o funeral do automobilista Ayrton Senna no longínquo ano de 1994) e outra em alguma medida espectral e fortuita (em torno da participação de historiadores, antropólogos, sociólogos, educadores relacionados aos estudos sobre esportes num evento de caráter multidisciplinar ocorrido em 2018) – produzirá uma espécie de superfície descontínua, tensionada numa economia das emoções manifesta em função de pontos de vista sobre noções como *esporte-nação*, nacionalismo e o papel do futebol como alegoria política e acadêmica.

É provável que *A morte da 'Alegria do povo'* ostente justificadamente a fama de ser um dos primeiros, senão de fato o primeiro texto a tratar o tema da morte esportiva do ponto de vista das ciências sociais brasileiras, expandindo os significados da morte. Exceções à prosa rodrigueana, que abriu este artigo, muitas vezes o fato da morte, no caso relacionada às narrativas esportivas, não excede os limites de um dado de realidade, aparecendo não raramente como informação biográfica, fazendo cessar o devir da continuidade e da relação de intimidade entre o ser individual e o coletivo.

Já há algumas décadas, as humanidades seguem dedicando continuado investimento nos fenômenos esportivos, estreitando na forma de múltiplos diálogos e iniciativas o campo mais geral dos estudos sobre esportes com outras searas acadêmicas, pensando particularmente na relação entre as ciências humanas com a educação física, psicologia, jornalismo. *O Simpósio Internacional de Estudos sobre o Futebol* realizados quadrienalmente desde 2010⁵ atesta essa multiplicidade de perspectivas. Retornarei ao tema do Simpósio mais adiante, especialmente ao dia em que ocorreu a última sessão da sua terceira edição⁶ para fixá-lo não simplesmente como locus inerte de divulgação de resultados de pesquisas, mas como sujeito actante⁷ imerso nas movimentações políticas que o circunstanciam. O modo como o Simpósio foi enredado a uma associação de agentes e acontecimentos trará, do ponto de vista etnográfico, outra perspectiva sobre como a antropologia das práticas esportivas pode enfrentar o tema da morte esportiva, tendo em vista o caráter entrópico dos fatos históricos que se precipitaram no desenrolar do evento.

Ainda mais, tomar o Simpósio como *pessoa* é compreendê-lo como sujeito e objeto ao mesmo tempo, cuja temática do futebol por ele abordada produzirá novas alegorias acadêmicas e políticas num contexto que foi marcado pela renhida campanha eleitoral para presidência da república ocorrida em 2018.

De modo geral, mortes físicas e simbólicas ganham relevo nos estudos sobre esportes porque podem ser amparadas num amplo espectro narrativo, literário⁸ e

científico e, particularmente de alto rendimento nas análises antropológicas, aproximando o domínio sensível ao inteligível⁹. A morte, em que pese sua singularidade existencial, consiste num *fato social total* na medida em que abraça a todos, seja porque obviamente somos corpos destinados ao desaparecimento, mas sobretudo porque também somos portadores de perspectivas, teorias, saberes que metaforicamente “fenecem” no intrincado jogo convencionalmente redefinido que chamamos de “realidade”. Mas ao contrário dos corpos, representações e esquemas conceituais, tais como valores, sentimentos e ideologias políticas, também podem ressuscitar, trapaceando não somente a finitude do corpo como também uma dada concepção mais linear de história, se concebida apenas como um sistema aberto e *quente*¹⁰.

A morte, portanto, aproxima o natural do cultural, o psíquico do simbólico, a metáfora da metonímia, bem como promove o encontro entre perspectivas que lidam com os corpos e suas potencialidades, no caso lúdicas e esportivas, e as noções socioantropológicas de corporalidade e *pessoa*.

A morte ou manifestações estéticas relacionadas a ela intervieram em muitas atividades corporais e lúdicas mais refratárias de serem delimitadas no estrito universo normativo dos esportes, tais como as touradas. Os processos de *esportificação*¹¹, por sua vez, aboliram paulatinamente a violência física e as possibilidades da morte em ato, excetuando em circunstâncias fortuitas, como substrato último na produção das emoções e sociabilidade, tais como descreve amplamente os trabalhos de Norbert Elias (1992). Para esse autor, um primeiro movimento “civilizatório” nessa direção foi a invenção da caça à raposa, em que a matança foi substituída pelo prazer da captura de um animal por outro, encarnados no par cão-raposa. As touradas e outras manifestações próximas ou aparentadas manteriam o tônus sacrificial e a diferença de potencial simbólica entre homem e animal. No importante ensaio *Espelho da Tauromaquia*, Michel Leiris ao distanciar a tauromaquia dos esportes, mesmo daqueles que envolvem risco de morte, cita de passagem o automobilismo, afirmando que

podemos estar certos de que, em comparação a qualquer outra espécie de proeza física realizada segundo regras e sob ameaça de um acidente sério, o que confere esse valor singular ao desempenho do torero é seu lado essencialmente trágico: todas as ações executadas são preparativos técnicos ou cerimônias para a morte pública do herói, que não é outro senão esse semideus bestial, o touro (Leiris, 2001:18)¹².

A longevidade (ou seria a imortalidade?) das metáforas sobre a morte espor-

tiva pode motivar as análises a inquirir tanto narrativas do passado quanto ações presentes e futuras, inovando as narrativas históricas mais uma vez, no sentido que Lévi-Strauss parece sugerir, ou seja, mais próximas de um “nível intermediário” em que estaria garantida a precipitação de eventos singulares. Isso evidencia a vocação ideográfica da história (Saéz, 2008:135), portanto tomada num nível consciente e a permanência de “fatos” inconscientes continuamente ressignificados:

Assim, um mito que se transforma passando de tribo a tribo, finalmente se extenua, sem por isso desaparecer. Duas vias lhe permanecem abertas: a da elaboração romanesca e a da reutilização pra fins de legitimação histórica. Por sua vez, essa história pode ser de dois tipos: retrospectiva, para fundar uma ordem tradicional sobre um passado longínquo; ou prospectiva, para fazer desse passado o início de um futuro que começa a desenhar-se (Lévi-Strauss, 1989b:274).

Dessa perspectiva, parece que fabulações e fatos inscritos no tempo alimentam historicidades e o domínio propriamente espacial das ações concretas, celeiro inesgotável dos encontros etnográficos. E realocadas num mesmo movimento, diria que se misturam nas ações e práticas dos agentes para produzirem múltiplos efeitos; e esse será o argumento que se seguirá, sem antes ainda retomar o tema da morte esportiva sob dois pontos de vista: um intelectual e outro estético.

Mortes esportivas e narrativas intelectuais

Uma conhecida expansão interpretativa das metáforas em torno das representações da morte esportiva pode ser notada nas análises que tomaram os esportes como situações reveladoras de *dramas sociais*. A morte aparece como operadora metafórica e não necessariamente evento singular, quer dizer, morte somente atrelada ao corpo, senão para assumi-la como função referencial simbólica. Dessa perspectiva, a morte também não se coloca como epifenômeno, isto é, diluída em significados sócio-históricos mais centrais, tal como evocada no alentado artigo de Lopes e Maresca.

E liberta do corpo e da narrativa diacrônica, será associada aos movimentos reiterativos rituais, em que derrotas metaforizam mortes esportivas de inspiração “estruturante”, mobilizando categorias simbólicas regionais. A totalidade empírica no caso seria o Brasil tomado do ponto de vista das performances dos selecionados brasileiros, cujo marco foi a derrota na copa do mundo em 1950, um lugar privilegiado de análise. Acrescenta-se outra derrota aqui na busca de um contraponto, a mais

recente ocorrida em 2014, ambas, como se sabe, foram Copas realizadas no Brasil.

Um rebento acadêmico dessa perspectiva, tomado como outro texto inaugural dos estudos mais gerais sobre futebol na literatura acadêmica brasileira, mobilizou a metáfora da morte esportiva como dispositivo dramático e ritualístico. O conhecidíssimo volume *Universo do Futebol*, coletânea assinada por Roberto Da Matta, Luiz Felipe Baêta Nevez, Simoni Lahud Guedes e Arno Vogel, é o exemplo paradigmático de abordagem, até então inédita na literatura em ciências sociais, relacionando os esportes ao tema da morte simbólica, contribuindo no plano acadêmico para fixar o futebol como lídimo esporte-nação. Arno Vogel assim escreve sobre a derrota de 1950:

A ideia de morte está claramente delineada na consciência dos atores do drama. Ninguém deixa de se referir a ela. Há os que mencionam os suicídios. Outros qualificam o silêncio, dizendo que era como se alguém muito importante tivesse morrido, um presidente da república, ou algo assim. Houve um, mais ingênuo, que colocou as coisas na ordem direta: A mãe pátria tinha morrido! (...) O que aconteceu à saída do Maracanã foi uma procissão fúnebre, em torno do sagrado nacional. E isso pode ajudar, e muito, a compreender o que significou, para os brasileiros, a derrota na Copa de 50 (Vogel, 1982:92).

Já em relação a 2014, podem-se divisar algumas fronteiras do modelo da dramatização, nas quais parecem esgotadas as funções ritualísticas consensuais em torno do *esporte-nação* na medida em que se renovaram os usos políticos do futebol numa sociedade em crise. É bom destacar que tal modelo nasceu de uma crítica e crise epistemológica no interior dos estudos sobre os esportes, decretando a morte de modelos deterministas de explicação do futebol num momento em que o Brasil vivia a abertura política e a retomada democrática¹³. Já 2014 marcará a crise política dessa mesma democracia num momento em que os estudos antropológicos gozavam de autonomia e mais amparo institucional após sucessivas políticas de expansão da pesquisa no sistema universitário público.

2014 contextualizou uma copa¹⁴ mobilizada em torno dos supostos distúrbios comportamentais que incidiram sobre as performances dos jogadores aturdidos em momentos decisivos, tomados na mídia por instáveis e “chorões”, reavivando conhecidas fórmulas psicologizadas sobre o temperamento do brasileiro¹⁵. Na Copa de 2014, torcedores politizaram a paixão esportiva tanto à direita quanto à esquerda do espectro ideológico, fragmentando e tornando mais pragmático e negociado o suposto nacionalismo psico-antropológico que parecia estabilizado e que fazia coe-

xistir futebol e sociedade na chave da identidade nacional.

E profissionais da mídia não raramente se surpreenderam com os níveis de incredulidade com que se manifestavam os torcedores diante do *esporte-nação*, fracionando-o em pequenas mil mortes políticas a cada ação coletiva e movimentos sociais, que bradavam contra autoritários planos de mobilidade urbana propostos pela não menos autoritária lei geral da copa¹⁶. Espocaram manifestações e palavras de ordem contra autoridades governamentais, comissão técnica, e aqueles considerados os verdadeiros donos do megaevento, conglomerados empresariais capitaneados pelos emaranhados corporativos produzidos na FIFA.

Dentro de campo e envolto em toda uma economia simbólica das lágrimas¹⁷, um selecionado doente ou moribundo escutou, sobretudo de fora das arquibancadas, pois dentro manifestavam somente turistas e torcedores selecionados pelo poder econômico, palavras de ordem e de morte que apregoavam o fencimento do futebol brasileiro. E os resultados esportivos caíram diante dos olhos torcedores na derrocada de um estilo de jogo motivacional encarnado no técnico Felipão. Fora de campo, os coletivos “Não Vai ter Copa” e a indução do jogo político rumo à derrocada de um determinado governo já àquela altura politicamente açodado e economicamente claudicante, arrematavam o insucesso esportivo e político daquela edição da Copa do mundo, reconhecida também pelo rol de legados negativos. O futebol como representação ou dramatização (“damattização”) do nacional parecia que deixava de se manter imune e refratário diante das possibilidades das mortes políticas e esportivas. A FIFA e a CBF, nos anos subsequentes, seriam alvos de investigações internacionais que levariam à destituição de suas cúpulas dirigentes.

Por último, é preciso indicar, a título de menção, que não somente os jogadores, mas também dirigentes, políticos, governantes ou instituições futebolísticas (federações estaduais, CBF, FIFA) estiveram ainda que indiretamente enredados à problemática da morte esportiva na literatura acadêmica. É no âmbito dos espectadores que se reencontram os riscos da morte física, portanto mais distantes do modelo da dramatização que se movia analiticamente pelas simbolizações do *esporte-nação*. O tema das modalidades de sociabilidade trará a crueza dos enfrentamentos em nome das adesões torcedoras em projetos políticos coletivos que alcançavam os fundamentos das vontades corporalizadas por autonomia numa dimensão metonímica sacrificial paroxista.

O acirramento e ciclos de violência entre torcedores mascararam outras adesões e formas de morte e violências menos espetaculares, porém não menos danosas em

relação aos seus efeitos institucionais (aparatos repressivos, guerras econômicas e políticas entre entidades esportivas, relações trabalhistas), provavelmente vitimando tantos outros protagonistas, assim como fizeram com o próprio Garrincha. Já a violência física seguida de morte entre torcedores tem origens no recrutamento dos aficionados não somente em função dos arranjos institucionais torcedores que gravitam em torno dos clubes, mas em relação aos arranjos inerentes à noção de *esporte-nação*, com a demarcação de seus territórios existenciais e práticas indutoras de uma economia política eivada de ilegalidades e violência nada estranhas aos mecanismos de produção de riqueza, poderes e identidades no seu interior.

O apego aos micropoderes desde a constituição dos vários modelos de sociabilidade torcedora – Torcidas Organizadas (Toledo, 1996), pertencimentos clubísticos (Damo, 2002), Torcidas Jovens (Holanda, 2012), e mais recentemente coletivos identitaristas – reposicionou essa miríade de práticas voltadas para a ação e reprodução desses coletivos em estreita relação política com outros atores no fluxo dos arranjos esportivos profissionais. Não obstante o quanto dessa violência e as mortes dela decorrentes alimentaram essa dinâmica aspiralada e dissonante, como recursos identitários não tornaram esses coletivos populares mais homogêneos, sequer instâncias apenas orientadas para e pela violência, em que pesem as tentativas em transformá-los em segmentos estigmatizados e apartados do emaranhado futebolístico profissional e de espetáculo.

Morte como estética narrativa na crônica esportiva

Aproximações metafóricas e usos da ideia de morte simbólica relacionadas aos esportes e por extensão às representações sobre nacionalismo e *esporte-nação* condensaram-se também nos jargões jornalísticos e em textos acadêmicos vinculados a esse vasto e fragmentado campo. Rotinizados em sucessivas tentativas de reprodução de estilos orientados por cronistas de renome, textos jornalísticos e coberturas esportivas em geral não raramente flertam com estilos literários na condução das coberturas amparadas na relação entre tragédias e devir histórico. Os irmãos Rodrigues, Mario e Nelson, consistem em exemplos paradigmáticos dessa empreitada estética. Cabe um exemplo solto, mas atado à fórmula e aos argumentos que sustentam a ideia de proximidade entre *esporte-nação* e morte esportiva. O trágico acidente de Ayrton Senna revelado no fragmento que segue exemplifica essa relação simbiótica entre nacionalismo e tragédia física:

É terrível fotografar o tormento de um indivíduo solitário que, por exemplo, perdeu

seu único ente querido. E também a aflição de uma família com o falecimento de um parente, filho, mãe, pai, irmão. E, ao longo de anos da minha profissão de jornalista me deparei com isto. Mas dessa vez, estava diante de um sofrimento igualmente intenso, mas coletivo: uma nação inteira sepultar um ídolo (Orlando Brito, fotojornalista)¹⁸.

Foi a prosa de Nelson Rodrigues, sobretudo, aquela que se elevou à condição paradigmática no interior do jornalismo esportivo e talvez aquele autor entre tantos outros que mais flertou com o tema ou mais metaforizou as sensações da morte esportiva em suas crônicas, amparando inclusive as interpretações do universo acadêmico na compreensão das representações sobre o futebol e por consequência sobre os possíveis brasis dele depreendidos. Não é exatamente uma sociologia das representações em torno da morte que aparecem em suas crônicas, mas uma estética da morte ou a ideia de negação a ela vinculada, cuja possibilidade de apreensão dos sentidos mais subjetivos do jogo reposicionam a morte como grande inimiga a ser debelada ao lado da falta de fé, traço psicológico cunhado pela expressão “complexo de vira-latas”, aludindo ao problemático *caráter nacional* e outras projeções sociopsíquicas enunciadas e experimentadas pelo cronista.

O apego ao futebol como uma qualidade impressa nos corpos dos jogadores e torcedores brasileiros não estaria imune aos perigos e ataques constantes da derrota, transfigurada em morte esportiva. Derrota aparece constantemente em Nelson Rodrigues como morte esportiva e ao mesmo movimento morte moral, ainda que passageira, assombrando e religando o selecionado ao povo brasileiro.

Não obstante, derrota ainda não pode ser confundida com morte¹⁹, essa sim um sintoma de paralisação perpétua de um estilo de jogar, colocando à prova a relação simpática entre nação e esporte. Ademais, a morte (física ou simbólica) como representação social que inflamou os estudos acadêmicos não coincide exatamente com a “morte passageira” (a derrota) intuída na subjetividade esportiva dos textos rodrigueanos. A relação que podemos estabelecer entre sua prosa com os primeiros estudos acadêmicos, a levar em conta o marco de *Universo do Futebol*, se dá por diferenciação complementar, quer dizer, tendo a morte ou sua possibilidade como dramatização que levou tanto cronistas quanto pesquisadores a diferenciarem seus métodos, mas ao mesmo tempo complementarem suas abordagens a respeito do futebol como símbolo dominante, ou como venho denominando, conceituado como *esporte-nação*.

Nelson Rodrigues, espécie de moralista esportivo, não pretendia fazer sucumbir a sua escrita ante as fraturas ou pequenas mortes do nacionalismo a cada derrota.

Tanto é que apaixonadamente ajudou a erigir esse nacionalismo esportivo estando à frente na militância jornalística e literária. Já os estudos acadêmicos subsequentes ficariam mais atentos aos desdobramentos, processos e tensões inerentes aos dilemas enfrentados pelo *esporte-nação* em suas *cismogêneses*²⁰ com o “nacional”. A condição pré-existente e a-histórica do futebol como um mito culturalista passaria a fabular as transformações da relação entre esse esporte e a dita sociedade brasileira. A morte de Nelson Rodrigues em 1980 deixaria uma lacuna difícil de ser repostada na crônica esportiva. Decretar a “morte” da potência identitária do futebol via trabalhos acadêmicos nas décadas seguintes parecia um caminho sem volta, sobretudo num ambiente de segurança democrática onde novas formas de expressão de outros futebolis paulatinamente foi ganhando forma e substância na arena pública numa trama de demandas por novas expressões corporais e subjetivas.

Etnografias (quase) mortais

“Em nosso tempo, o fanatismo do futebol invadiu o lugar que antes estava reservado somente ao fervor religioso, ao ardor patriótico e à paixão política”
(Eduardo Galeano)

Enfim, alcanço o problema que gostaria de tratar aqui, o encontro entre fabulação e história, metáforas e metonímias, ou esportes como metáforas (de senso comum, literárias ou acadêmicas) com os esportes vividos como metonímia em experiências concretas e sensíveis. Mantenho fiel às observações que se seguem dentro de uma análise que se pretende simbólica, mas não creio que as metáforas possam servir como únicas figuras de linguagem na expressão desse simbolismo. Ou não bastam, apenas. É preciso tomar os esportes, suas mortes e ou “ressureições” como metonímias e extensões das relações que enunciam no transcurso de realidades contextuais. Aqui jogo também não é tomado por metáfora para falar de outra coisa, da vida, da cultura brasileira; jogo é vida e acontecimento, precipitação, algo que pode ser destacável da própria vida, fragmentos e negociações de experiências que fazem parte da pessoa, seja a pessoa torcedora, seja a pessoa intelectual, seja a pessoa composta e actante, enfim, qualquer uma que incorpore os esportes nos cálculos de suas extensões identitárias e tomadas de posição política.

É dessa forma que passo a narrar comparativamente algumas impressões, sensações, diria mesmo corporalizações a partir de duas experiências ortogonais con-

vertidas e entrelaçadas aqui em casos etnográficos: minha presença na última sessão do III Simpósio Internacional de Estudos sobre o Futebol realizada no Museu do Futebol, em 2018 e no funeral de Ayrton Senna ocorrido em 1994. Dois casos nada simetrizados ou comparáveis entre si, seja do ponto de vista de suas estruturas narrativas internas, sejam do ponto de vista das aproximações e formalizações conceituais que possam reter. Descontinuados histórica e sociologicamente cumprem oferecer a produção metonimizada de algumas sensações precipitadas na biografia de quem os vivenciou, aqui no caso o antropólogo. Concretamente falei de temores e suspeitas, expectativas, ou mesmo formas de reter o temor ou apreensão como sintomas ou virtualidades da ocorrência de alguma espécie, aí sim, de mortes esportivas. Temores, apreensões e expectativas formam uma tessitura ou aderência corporal e subjetiva em torno desses dois acontecimentos, todavia não serão narrados aqui como “contextos para” alcançar a objetividade histórica, pois são tomados por narrativas autossituadas ou “confissões” que estabelecem a passagem dos fatos históricos em etnográficos.

Sem se fazer perder em labirintos de impressões apenas subjetivas e incomunicáveis, esses casos poderão deixar rastros para que retomemos problemáticas produtivas em pesquisas “sociais” sobre esportes. Até mesmo porque as percepções (de senso comum, socioantropológicas, históricas) que elaboramos sobre os esportes devem passar pela tradução ou experiência, primeiro, das percepções sensoriais ou aquilo que chamaria aqui de política da sensibilidade etnográfica, que, ademais, em nada está divorciada dos processos mais abrangentes.

Receios, suores nas mãos, palpitações, hesitações, paixões, virtualizações da morte podem ser bons indícios para acolhermos o ponto de vista de uma etnografia do temor sem cair necessariamente no pântano do subjetivismo. Sigamos então com os relatos.

Nacionalismo como “espetáculo da morte”

Pedi carona ao historiador e professor Flavio Campos, um dos coordenadores do Ludens, tão logo acabou a última sessão de toda uma intensa semana de atividades ocorridas no referido simpósio, distribuído durante a semana em três locais: departamento de História da USP, campus Butantã; SESC “fábrica” Pompeia, localizado no bairro de mesmo nome; e o Museu do Futebol. Aquela última sessão fora direcionada para que ocorresse nas dependências do Museu do Futebol, consagrado espaço expositivo, de pesquisa e de lazer contíguo às arquibancadas do glamouroso

Estádio do Pacaembu, no bairro de mesmo nome, também na cidade de São Paulo.

O museu aproveitava o encerramento do simpósio para inaugurar uma curiosa exposição sobre rivalidades torcedoras, tema um tanto indigesto de ser esteticizado, sobretudo em instituições privadas de fomento à cultura, que pensam o futebol a partir da grande narrativa histórica e identitária nacionalista. Embora o museu seja do ponto de vista defendido aqui mais um dispositivo que ampara o status do futebol dentro daquilo que estou definindo como esporte-nação, a política desse Museu em específico guarda distinções sensíveis em relação ao conjunto museográfico ou colecionismos que amparam as narrativas da memorabilia em torno das práticas futebolísticas no Brasil²¹.

E em se tratando do comportamento torcedor, rivalidades têm sido alocadas há décadas nas narrativas ambíguas e pantanosas dos discursos civilizatórios em torno da repressão e judicialização. Eu e o professor Flavio fizemos um sobrevoo na exposição e após ligeira visita rumamos para o seu carro na intenção de alcançar um metrô mais próximo, onde nos despediríamos. A brincadeira era se encontraríamos o carro dele intacto, já que horas antes e coincidindo com os últimos trabalhos do referido simpósio a praça Charles Muller, amplo espaço contíguo ao estádio, havia servido de palco para a manifestação político-partidária da então candidata a deputada federal pelo PSL, logo eleita com expressiva votação, Joice Hasselmann. O motivo da brincadeira era que o carro exibia propaganda contrária às posições políticas da então candidata, que reunia em quase metade do espaço da praça muitos correligionários, já àquela altura conhecidos, mas também estigmatizados pela intollerância ideológica. Por sorte o veículo havia sido ignorado e pouco ou nada notado pelos militantes que ali se movimentavam.

Entre algumas dezenas de pesquisadores compromissados com aquela última sessão do Simpósio se podiam notar muitos participantes usando camisas de times do futebol brasileiro, de times profissionais estrangeiros, semiprofissionais e até mesmo de clubes amadores, numa paisagem colorida que contrasta com a outra dispersa nos corpos dos militantes recolhidos na praça pela então candidata à vaga na Câmara dos deputados. Os militantes em grande número ostentavam versões da camiseta amarela da seleção brasileira de futebol. Tal contraste era fruto da captura de um símbolo dominante (Turner, 2005), a camisa da seleção brasileira, por parte daqueles que ficariam conhecidos e estereotipados nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016 como “patos”, “paneleiros” ou “coxinhas”. De um lado, pesquisadores torcedores que durante toda a semana discutiram e tematizaram

sobre identidades, futebóis e diversidade evitaram o uso de uma camisa verde e amarela, alegando o sequestro daquele símbolo vinculado ao *esporte-nação*; de outro lado, militantes torcedores que no discurso se apresentavam como portadores de soluções alternativas e de resgate moral e ético na política brasileira, imprimindo uma leitura nacionalista que buscava se impor pela via eleitoral.

Outro signo destacável e contrastante naquela paisagem foi a presença de um gigantesco boneco inflável do então candidato à vice-presidência, o general da reserva Hamilton Mourão. Em altura o boneco quase que competia com a monumentalidade da fachada do estádio. Na verdade, o bonecão estava de costas para a fachada e, portanto, para o Museu, direcionado para a saída no sentido da avenida que liga o Pacaembu a outro bairro, a Barra Funda.

Horas depois, ao nos retirarmos do Museu, encontraríamos vestígios da manifestação que há pouco se confrontava política e esteticamente com as tonalidades ideológicas dos participantes do Simpósio. Além do carro do professor, que não exibía sinais de depredação, sobrava daquele evento um varal onde um ambulante misturava *souvenires* esportivos com camisetas pretas estampando o rosto do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. É preciso acrescentar que Bolsonaro é frequentemente nomeado pelo qualificativo “mito” por seus correligionários, precisamente numa fusão com seu nome, Bolsomito.

Bolsomito é o nome que se popularizou desde que ascendeu à política nacional com sua candidatura. Mito, não exatamente “ídolo”, revestiu sua pessoa de uma narrativa que só ganhou os contornos do fantástico e do excepcional ao longo da campanha, sobretudo depois do atentado à sua pessoa que o colocaria na esteira de uma narrativa de morte ou risco e morte, mas que pode ser pensada como morte produtiva em termos eleitorais porque o blindara das controvérsias, dos debates e da suspeita ante suas qualidades intelectuais como potencial dirigente da nação. O atentado que sofrera ainda em campanha na cidade de Juiz de Fora traria o tema da morte para o epicentro de sua campanha e a narrativa de bolsomito ganharia contornos ainda mais escatológicos com a adesão formal de parte de líderes de segmentos religiosos, evangélicos e neopentecostais, à campanha. Tais adesões não significavam apenas posicionamentos políticos, mas aderência às narrativas que mostravam o então candidato como um messias a invadir a história para promover a redenção do país diante dos descaminhos da democracia e do sistema de representação política. Tratava-se ali de um nacionalismo renovado em curso que chegara à presidência.

Nas semanas que correram ao atentado a campanha de sua candidatura salta-

ria e fugiria às expectativas do teto eleitoral, alcançando como se sabe a presidência da república. O PSL naquela eleição também saltaria de um deputado para 52 membros na Câmara dos Deputados, apontando para um deslocamento importante e consensualmente tido pelos analistas (jornalistas de editorias políticas, cientistas políticos) como o mais à direita desde o ocaso da ditadura militar e reestabelecimento da democracia participativa.

Em nome de uma posição ideológica baseada no confronto e na dissuasão dos adversários pela ameaça de uso da força e abuso dos jargões bélicos e alusões racistas, muitos bordões foram ouvidos naquele dia na praça Charles Muller ao som dos autofalantes vindos do caminhão alegórico, que convocava os participantes a saírem dali em carreta pela cidade. A retórica do “matar todos os petralhas”, bordão do antipetismo que ajudaria a eleger Jair Bolsonaro, logo converteria ameaças e verbosidade em reais e difusos enfrentamentos físicos durante a campanha, sobretudo no segundo turno das eleições, divisando constrangimentos morais, físicos, chegando à ocorrência de mortes²².

Quase como que acantonados na entrada do Museu estavam os inúmeros pesquisadores de futebol, muitos sabidamente militantes no campo da esquerda, que reativamente contemplavam ou ignoravam a manifestação da candidata do PSL. Aquela sexta-feira anteciparia a grande manifestação dos coletivos femininos e de todo um campo feminista que conclamaria o “ele não” numa manifestação identitarista contra os abusos da campanha de Bolsonaro.

Não seria exagero dizer que a praça acomodando aqueles dois eventos, o Simpósio e o evento político bolsonarista, abria para as possibilidades de enfrentamento, proximidade excessiva, confronto subjetivo existencial e ideológico, e da parte dos pesquisadores que assistiam ao evento político, temores diante dos impropérios nacionalistas e a profusão de metáforas de morte verbalizadas nas falas daqueles que se revezavam nos microfones da manifestação.

Parecia que os pesquisadores se encontravam diante de um dilema de natureza metodológica curioso, embora não problematizado nesses termos, mas vivido ali no encontro fortuito com os militantes: do lado de fora do simpósio vislumbrava-se a história “quente”, ou a historicidade misturando seus elementos bricolados, servindo de potência e ação a reavivar ou ressuscitar aquilo que dentro do simpósio se colocava como dimensão problemática ou “fria”, ainda de uma perspectiva histórica, sobre as teses ou limites participativos do nacionalismo esportivo ancorado no monotemático futebol como esporte-nação. A fala do historiador Flavio Campos

ainda no dia anterior ocorrida no SESC Pompeia, reproduzida nas redes sociais e em blogs esportivos mais politizados, atestava de maneira contundente a tensão estabelecida entre o que se discutia no Simpósio, sua urgência política, com parte daquelas vozes vindas das ruas comprometidas com a candidatura bolsonarista.

A manifestação política na praça Charles Muller era uma resposta antecipatória do que ainda estaria por vir naquele primeiro turno das eleições, ou seja, o recrudescimento ainda maior e adesão significativa da população diante das exposições, muitas delas no formato deletério, mas não menos devastador das fake news, expondo supostos corpos desnudos e de poucos modos que se exibiam nas manifestações do “ele não”, movimento de coletivos femininos contrários à publicizada misoginia e homofobia de Bolsonaro. Tais “notícias” alcançariam em massa as redes sociais se contrapondo e promovendo a indignação daqueles que estariam do lado da moral religiosa, dos costumes e preservação da unidade familiar em respostas ao “ele não”.

A III edição do Simpósio que ali se encerrava havia escolhido a diferença, os feminismos, os futebolis e as formas identitárias como temas condutores e indutores de políticas públicas, fato que rivalizava com os apelos em nome da nação, pátria livre do comunismo e discursos mais refratários às expressões de gênero que ecoavam dos manifestantes bolsonaristas.

A morte como espetáculo nacional-esportivo

Já no interior do carro, o professor Flavio anunciou uma fome reprimida e antes mesmo que ganhássemos a rua pelo mesmo caminho que havia transcorrido a carreta política, paramos para comer pastel nas barracas que costumeiramente se alojam no lado oposto da praça. Aquele desvio ou parada de rota foi suficiente para que narrasse ao historiador uma espécie de *dejá vú* que tivera naquele momento em que contemplava a praça já vazia de pesquisadores e militantes, retomando a rotina de bairro abastado e tendo ao fundo agora somente a paisagem idílica da monumentalidade do estádio. Passei a esboçar uma comparação do que presenciamos horas antes, desde minha chegada em que fui advertido pelo motorista do uber que me conduzia para que tomasse cuidado com a manifestação, afinal precisaria atravessá-la e me misturar ao ajuntamento militante se quisesse alcançar o grupo de pesquisadores que esperavam o início dos trabalhos nas imediações do auditório do Museu.

E ali ingerindo sem muita convicção aquele pastel, comparei o que havíamos visto ainda há pouco com outro evento já mais distante na memória, e passei a lem-

brá-lo como havia sentido estranhamente quase a mesma atmosfera nacionalista quando presenciei o espetaculoso cerimonial público do funeral do automobilista Ayrton Senna da Silva, ocorrido em outro parque famoso da cidade, o Ibirapuera.

O professor Flavio balançou a cabeça e eu mesmo fiquei sem muita convicção do rigor daquela comparação e passamos a tecer considerações gerais do que havíamos presenciado. A aproximação, na verdade incômoda comparação que me ocorrera de chofre, acabou ficando adormecida. Insisti ainda com o professor que gostaria de esboçar algumas considerações a respeito daquelas sensações que de surpresa se entrecruzavam, mas que não tomavam qualquer relação consciente ou “histórica” de causa e efeito. Afinal, suposta comparação saltara décadas, pulara encadeamentos factuais e descarrilhava a história, parecia se abrigar na esfera das bricolagens ou *transformações*. Sequer saberia dizer por que me ocorreram naquele momento, mas o fato era que a proximidade entre os dois eventos havia sido antecipada e se agitara no próprio corpo, e tornamos o diálogo mais errático, crispado e irrequieto. Tinha ali nas mãos dois eventos, na verdade três, se considerar o próprio Simpósio como espécie de agente mediador a estabelecer a relação simpática entre os outros dois.

Anos atrás estive nos arredores do funeral de Ayrton Senna, lembrando que o automobilista morreria num 1º de maio de 1994, e seu velório ocorrera quatro dias após o acidente que o vitimou. Em nada os ritos fúnebres que presenciara *in loco* e que foram televisionados e repisados na mídia podiam ser comparados ao de Garrincha, descrito no texto de Lopes e Maresca.

Tratava-se de uma cerimônia de Estado para um herói, também chamado comumente na imprensa de mito. As diferenças em relação aos impactos de suas mortes se davam porque Senna era um atleta que estava em plena atividade e forma física quando fatalmente fora vitimado. As circunstâncias de sua morte em plena performance competitiva em nada se comparavam ao fenecimento social paulatino e ostracismo em que se encontrava Garrincha por ocasião de sua morte. No seu funeral de pouca ou quase nenhuma pompa, tomado pelos populares que carregaram à deriva da emoção o seu caixão, os sinais do nacionalismo esportivo haviam esmaecido e embora representante de um esporte muito mais popular que o automobilismo, seu corpo já não podia ser reconhecido como sendo o do Garrincha dos gramados. Era um corpo não estatal, um corpo popular, portanto quase anônimo, já marcado por um certo anonimato, um corpo já dissociado do *esporte-nação*, porque à revelia do nacionalismo que um dia atizara em campos nacionais e estrangeiros. Nem é preciso dizer o quanto Garrincha e Ayrton Senna se distanciavam em termos de origem de

classe e circulação pelos domínios da riqueza.

Já o funeral de Ayrton Senna ganhou proporções assombrosas e inéditas, sobretudo porque mobilizava a massa de populares que se espalhava por todo o parque. Antes havia tomado as ruas, viadutos e se espalharia por toda a cidade no traslado do carro fúnebre do aeroporto até o Ibirapuera. Outra comoção seria o traslado para o cemitério localizado no bairro gentrificado do Morumbi.

Transcrevo outro fragmento do fotojornalista Orlando Brito que por motivos profissionais cobrira o evento bem mais próximo do epicentro dos acontecimentos:

Um jornalista tem de conter sua emoção diante dos fatos. Mas confesso que nesse dia nem eu e nenhum dos meus colegas cumprimos essa regra. Ainda no aeroporto de Cumbica, vimos o caixão de Ayrton ser coberto com a bandeira do Brasil. Já nesse momento sabíamos que estávamos numa cobertura onde o sentimento da perda e a consequente intensidade da dor marcariam imensamente a história do povo.

Naquele dia e por razões que ainda não saberia equacionar, decidi observar o velório de longe, me afastando do burburinho tomado por bandeiras do Brasil, camisetas da seleção, ambulantes. Ocorria na cidade e ali mesmo no parque mais uma edição da Bienal de São Paulo, prestigiado e tradicional evento internacional de artes plásticas de onde de dentro de suas dependências acompanhei a movimentação da perspectiva de quem olhava através das amplas janelas envidraçadas. Acreditava ser praticamente o único visitante do evento naquele momento de um quase meio-dia ensolarado. Ignorando o conteúdo da exposição, rumei para um andar superior em busca da melhor vista e fiquei um tempo considerável a contemplar solitariamente a movimentação do lado de fora, onde milhares de pessoas iam e vinham a esmo. Mais distante ficava a entrada do prédio da Assembleia, onde se velava o corpo.

Foi como se de dentro da bienal esvaziada de público, algo tivesse convertido o cerimonial que transcorria lá fora num desdobramento da própria exposição ou, ao contrário, como se o silêncio de dentro tivesse alargado o respeito ao luto que ocorria do lado de fora. Um quadro ou instalação que parecia mimetizar a serenidade e o silêncio dos objetos dispostos no espaço interior, mas ao mesmo tempo tornando esteticamente impotentes as provocativas obras ali costumeiramente exibidas em ocasiões de bienal.

Tempos depois esbocei em nota de rodapé na tese de doutorado uma aproximação etnográfica como exemplo dessas interpretações mais “culturalistas”, diria

hoje estatais, daquilo que vira com os olhos um tanto distanciados e objetivantes, portanto de fora e de longe²³:

Dentro desta perspectiva do drama, então, outros fenômenos de grande impacto social vinculados ao campo esportivo podem ser interpretados, tais como a morte e o funeral do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna e a vitória do selecionado brasileiro no Campeonato Mundial de futebol, ambos em 1994. Acontecimentos que revelaram, através das dimensões da festa e do luto, toda a dramaticidade de se experimentar o sentimento coletivo de nação para um conjunto expressivo da sociedade brasileira. Momentos em que o sentido da vitória e da derrota, atributos dos esportes por excelência, nortearam o sentimento de dor, de paixão, de perda, por um lado, ou a alegria, o êxtase, o paroxismo, a recuperação da autoestima coletiva, por outro. No dia do enterro de Senna, pude ler em uma faixa carregada por populares nas imediações do parque do Ibirapuera, local onde estava sendo velado o corpo: A gente perdeu um piloto e Deus ganhou Ayrton Senna. Nem naquele momento de exacerbada dor por parte daqueles que ali choravam a morte do ídolo, estes torcedores relegaram o sentido recíproco e profundo da experiência dos esportes. Todos estavam irremediavelmente derrotados pela fatalidade do acontecido, porém, Deus ganhara um símbolo nacional, transformado, de certo modo, em mito de um povo (Toledo, 2000:35).

O parágrafo acima, lido agora retrospectivamente, causa muito estranhamento e distanciamento intelectual sobretudo após ter aproximado quase que inconscientemente aquelas experiências aos acontecimentos vividos na praça Charles Muller. De certa maneira, uma crítica ao nacionalismo ou às formas que o nacionalismo pode assumir historicamente parecem ter produzido um pequeno grupo de transformações em torno desses eventos narrados, uma pequena mitologia que faz aproximar o Simpósio, o evento político bolsonarista e os funerais de Garrincha e Ayrton Senna.

O avivamento nacionalista e resignado diante da morte de Ayrton Senna, evento criticado pelo piloto Nelson Piquet²⁴, conhecido desafeto de Senna, ao justificar que não fora no velório porque aquilo havia se transformado num evento político, aponta para as transformações um tanto cíclicas, ou melhor, helicoidais desse nacionalismo esportivo.

As mobilizações em torno da morte do piloto haviam projetado o Brasil intensamente no noticiário internacional, e a comoção extravasaria em muito os limites do território nacional. Se havia um forte apelo nacionalista diante daquela morte, recuperado inclusive nas análises (Toledo, 2002), o fato era que seu súbito desa-

parecimento ganhara um alcance muito mais extenso que as narrativas factuais puderam abarcar. A comoção, sem dúvida, reviveu um apelo nacionalista como ingrediente avivado no funeral, mas ao mesmo tempo escondia em sua formatação estatal fraturas que uma análise objetivante e de fora não puderam alcançar naquele momento de luto. Fraturas muito mais evidenciadas e narradas por Lopes e Maresca no modesto funeral de Garrincha. Ali, ao contrário do velório de Senna, torcedores não celebravam um mito, mas sim, e de posse de suas historicidades e na disputa pelo seu corpo, um herói histórico, do passado, sepultado quase sob o silêncio e esquecimento do resto da nação.

Dobraduras temporais

“O futebol, metáfora da guerra,
pode transformar-se, às vezes,
em guerra de verdade.
E então a morte súbita
deixa de ser somente o nome
de uma dramática maneira
de desempatar partidas.”
(Eduardo Galeano)

É bom lembrar que os depoimentos considerados *blasé* e demasiado tecnicistas a respeito da tragédia de Ayrton Senna disparados por Nelson Piquet fermentavam um insuspeito incômodo diante daquela que era considerada a maior fatalidade esportiva nacional, morte que dava contornos agora realistas à metáfora da *morte esportiva* acontecida décadas anteriores no luto simbólico pela derrota futebolística em 1950.

Se a derrota futebolística foi potencializada em mil derrotas e mortes simbólicas subsequentes, a começar pela controversa discussão sobre em quem deveria recair a culpa – em que toda uma discussão factual ou inventada (Moura, 1998) por Mario Filho no aclamado *O Negro no Futebol Brasileiro*, já fortemente influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre que o prefaciou, sobre o lugar dos negros no futebol, de fato acabou abrindo espaço para uma discussão franca sobre racismo na sociedade brasileira²⁵ –, as projeções nacionalistas emanadas da morte de Ayrton Senna se encerrariam no luto, e apesar dos rebatimentos ou usos políticos condenados por

Nelson Piquet, aquela morte expressava um nacionalismo acomodado ou reificado na própria formatação do funeral, dando vazão sobretudo às formas estatais de expressão da tristeza coletiva.

Alocada no terreno mais seguro da neutralidade ritual, a morte de Ayrton Senna avivara algum nacionalismo, mas depois dele o automobilismo perderia *status* simbólico e se retiraria da esfera do *esporte-nação*. Isso se deu até mesmo porque era o piloto que corporalizava intensamente tal noção a cada vitória a ostentar gestualidades e maneirismos com a bandeira nacional, atitudes muito mais arrefecidas e contidas em pilotos tão vencedores como Nelson Piquet.

Já no Pacaembu, pesquisadores em suas atividades acadêmicas contemplavam, senão a morte, ao menos o estado moribundo das perspectivas analíticas que tematizaram por muito tempo o futebol profissional “cis”, misógino, metaforizado em identidade nacional monolítica. Mas outro problema parecia do ponto de vista acadêmico pouco problematizado, qual seja, o consenso em se pensarem narrativas históricas somente do ponto de vista da história dos historiadores, a história dita científica, perspectiva mais francamente absorvida no simpósio. Voltaremos ainda a esse ponto. E ali naquele III Simpósio, todas as discussões sobre outros futebolis, outros atores ou actantes, futebolis ativistas, futebolis indígenas²⁶, movimentos antifascistas de torcedores, futebolis dos deficientes, futebolis generificados, futebolis das mulheres contribuíam para a crítica cultural mais abrangente que apontava para a crise de hegemonia do *esporte-nação*, rebatimentos dos acontecimentos ocorridos a partir de 2013.

A busca por outras formas de sociabilidade em outros futebolis e dentro da perspectiva que orientou as falas no simpósio confrontava abertamente com a postura e os recursos políticos e narrativos exibidos nas camisetas da seleção na campanha bolsonarista, que pregava abertamente uma estética da força em nome de uma releitura histórica e ao mesmo tempo fabulosa do nacionalismo. A vitória circunstancial desse nacionalismo pode ser considerada uma outra leitura ou dobradura da noção de *esporte-nação*, o que não necessariamente vá frear outros processos de diferenciação no interior das práticas dos futebolis e dos identitarismos que, se queriam crer, só poderiam vicejar dentro de ambientes mais democráticos. Daí o insuspeito temor que se avizinhava com a proximidade das eleições.

O encontro fortuito dos pesquisadores com a manifestação política relacionada à campanha de Jair Bolsonaro indicava os desdobramentos desse processo, esbarrando nas metáforas da morte de um estado de direito que foi sistematicamente

vilipendiado na fala autoritária que vinha das campanhas do PSL e seus correligionários. As propostas de combate à violência com a proliferação das armas levariam o Brasil, nas palavras do então candidato, a retroceder aos patamares mais seguros dos anos 1940 e 1950.

A morte física, portanto, real, de Ayrton Senna atçou as metáforas de um nacionalismo consensual em seu funeral, que redundou no ocaso ou morte simbólica do automobilismo como *esporte-nação*. Já no ativismo político de um nacionalismo real da parte dos correligionários de Bolsonaro chegava-se à profusão de metáforas de extermínio, violência (física, constitucional, institucional) que acabou espalhada pela campanha em ações metonimizadas por simpatizantes contra gays, transexuais, mulheres, carros do Ibama, universidades públicas. Exterminar todos os dissidentes, os *vermelhos* e os *petralhas*, acabar com todas as formas de ativismos no Brasil foram as ameaças que deram o tom da campanha e que se insinuavam como políticas do medo, só apreendidas por intermédio de uma etnografia do temor.

A fala bolsonariana ao embaralhar fatos ditos históricos em alusão a algum princípio metafórico de reversibilidade do tempo histórico, ou seja, sugerir que o país recuasse aos anos 1940 ou 1950, num discurso proferido no BOPE no Rio de Janeiro, trapaceava a narrativa história que, como afirma Lévi-Strauss, consiste num sistema aberto se comparado aos sistemas mitológicos que, estáticos, combinam os elementos mitológicos de infinitas maneiras, “mas num sistema fechado, contrapondo-se à História, que, evidentemente, é um sistema aberto” (Lévi-Strauss, 1989:61).

Nesse mesmo sentido, a alcunha de “mito” como centralizadora de uma potência narrativa agregada ao seu nome, “bolsomito”, aparentemente poderia colocá-lo numa posição francamente contra a história dos historiadores, seja porque a despreza como fonte de conhecimento e parece aprender pouco com ela, seja porque a eficácia de seu discurso alimentado no embaralhamento dos fatos e conceitos acabou por sovar uma narrativa bricolada de outra ordem ou espécie de mitologia política autoritária, que alcançou grande eficácia na escolha do voto popular.

As *fake news* e as opiniões embasadas em frequentes releituras excêntricas da história dos historiadores foram marcas de uma nova modalidade de campanha publicitária política que alcançou grande capilaridade. Tais trapaças na historiografia incumbiram-se de ampliar e “esquentar” o embaralhamento das versões e das ações políticas, bem como misturar os fatos e a inventar relações que, do ponto de vista da racionalidade histórica acadêmica, mostraram-se incongruentes e fantasio-

sas, mas que se revelaram reacomodações bricoladas dos fatos que acabaram, por fim, fabricando um mito ou um herói político, dando-lhe novos sentidos e muita ressonância social.

Para arrematar, gostaria apenas de recolher algumas menções deixadas pelo caminho a respeito das metáforas sensíveis levi-straussianas do *frio* e do *quente*, embora e nem de longe pretenda reavivar a essa altura os desdobramentos que motivaram as discussões encerradas na relação entre mito e história. Fixo num aspecto que a etnografia pareceu ter sugerido e que faz reencontrar a noção de cismogênese que essas duas propriedades analógicas parecem evocar.

Isso quer dizer que *frio* e *quente*, além de servirem de interpolações para definir em escala planetária os níveis de distinção não exatamente de sociedades “com” ou “sem” história, uma vez que todas a possuem, mas velocidades de transformações históricas em sociedades distintas, descortinando vocações cosmopolíticas e existenciais igualmente distintas, podem se oferecer como recursos metodológicos ou mesmo índices de percepção de transformações das relações no plano da sociabilidade. As metáforas do *frio* e *quente*, então, passariam a orientar tomadas de posições políticas não previamente marcadas, abrindo à possibilidade ou exercício de alguma criatividade dialética na relação que podem estabelecer entre si.

Foi nesse sentido que *esporte-nação* pode ser “esfriado” ou “requeitado”, historicizado ou fabulado de pontos de vista contíguos, e numa cismogênese simétrica²⁷ unir ou separar discursos, performances, tais como observadas entre os acadêmicos do referido simpósio e os militantes políticos naquela proximidade fortuita ocorrida na praça Charles Muller. Importante notar que ao introduzir uma dinâmica cismogênica à suposta dicotomia entre frio e quente, enfatiza-se seu aspecto dialético ou desequilibrado: “*Cismogênese não seria, então, uma série de eventos desagregadores que incidem numa entidade substantiva previamente coesa. É uma tendência, uma virtualidade que se efetivará contida e operante no sistema*”, e que, portanto, atravessaria a sociabilidade (GEIGER, 2008:51), ou atos de diferenciação contundente, para usar uma expressão de Roy Wagner (Wagner, 2010:16).

E ali naquele “encontro” entre acadêmicos e militantes parecia se impor uma inversão, sem deixar que as propriedades de oposição entre *frio* e *quente* fossem diluídas, ou seja, percebeu-se que historiadores, sociólogos, antropólogos tentavam metodologicamente esfriar a noção de *esporte-nação* como fenômeno histórico devido ao fato desse futebol ter servido e turvado outras realidades em função das narrativas (literárias, acadêmicas etc.) o terem alocado como símbolo dominante.

Do lado externo ao evento, com as ruas mobilizadas de verde e amarelo pelos militantes bolsonaristas, erigia-se o grande futebol pátrio como signo de uma mudança política restauradora, uma “história retrospectiva”, como salientou Lévi-Strauss na discussão sobre a morte ou enfraquecimento dos mitos. Curiosa mudança que, ao mesmo tempo, negava a história e seus fatos, esquentando um futebol idealizado numa bricolagem e fabulação de fatos históricos reivindicando um país que fora grande, mas que se perdeu pelo caminho, e que agora precisaria retomar sua vocação retornando aos anos 1940 e 1950.

Nota-se, portanto, que *frio* e *quente* se mostravam com seus sinais políticos trocados, como se aqueles que sempre estiveram a favor da história, os acadêmicos, devessem agora esfriar as fabulações quentes que vinham das ruas e de parte daquelas que, contrários a ela, clamavam por mudanças. Tal inversão estava relacionada às posições políticas em jogo onde os signos da mudança histórica se colocavam no plano dos discursos. Manter a democracia, e de algum modo esfriar a história do *esporte-nação* ou se aventurar rumo à mudança perigosa porque eivada de alegorias políticas, que, segundo os acadêmicos, traduziam temores autoritários? E em torno das disputas pelo *esporte-nação*, historiadores, sociólogos e antropólogos tentavam esfriar a história do futebol (matá-lo metodologicamente) para dissolvê-lo em futebolis outros; militantes do PSL em performance tentavam requestrar a história e o papel do futebol com fabulações e bricolagens de fatos históricos sobre o nacional.

No caso, esfriar o futebol ou dissolvê-lo em futebolis e por consequência em expressões de identitarismos esteve do lado dos acadêmicos. Já da parte dos militantes, negar ou recontar de maneira fabulosa fatos sem compromissos com a história dos historiadores, tal como se observa nos discursos de Bolsonaro, não impediu que seus militantes no sequestro de um símbolo nacional pudessem requestrar sua vocação de unidade nacional e, de fato, fazer história.

Não obstante, possibilidades de inversões e gradações calóricas do modelo, definindo níveis e reposicionando quente ou frio em escalas variáveis, parecem ainda sugeridas por Lévi-Strauss: “As sociedades com história, como a nossa, tem, eu diria, uma temperatura muito mais alta, ou, mais exatamente, existem separações maiores entre as temperaturas internas do sistema, separações essas devidas às diferenças sociais” (Charbonnier & Lévi-Strauss, 1989:34).

As relações oblíquas entre os eventos passados no Pacaembu com o funeral de Ayrton Senna, estimuladas sob a intensidade do momento político ao final de Simpósio na praça Charles Muller permitem observar também o modo como se move a

noção de esporte-nação, cujas mortes esportivas o fazem continuamente ressuscitar seja como processo histórico, seja como narrativa “romanesca” de fragmentos históricos; seja como objeto científico ou sujeito político implicado em novas investidas contra ou a favor da história.

Recebido: 07/12/2018

Aprovado: 26/02/2019

Luiz Henrique de Toledo, antropólogo, professor no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador do Laboratório de estudos das práticas lúdicas e sociabilidade (LELuS-UFSCar), membro do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU-USP) e do Ludens-USP (Núcleo interdisciplinar de pesquisas sobre futebol e modalidades lúdicas). Autor de *Torcidas Organizadas de Futebol* (Anpocs-Autores Associados, 1996) e *Lógicas no Futebol* (Hucitec-Fapesp, 2002). ORCID: 0000-0002-5354-5923 Contato: kikeppgas@gmail.com.

Notas

1. Agradeço aos antropólogos Piero de Camargo Leirner, Carlos Eduardo Costa e Wagner Xavier de Camargo pelas leituras e apreciações críticas de versões deste artigo.
2. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_09.htm.
3. Já em 17 de fevereiro de 2009, o jornal *Folha de S. Paulo* havia relativizado o uso da expressão *ditadura*, até então largamente utilizada na historiografia política, ao se referir ao neologismo *ditabranda* para cunhar outra circunscrição do período militar. Posteriormente outras vezes se somariam na direção dessa ressemantização: “O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse nesta segunda-feira que prefere se referir ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1995) como o ‘movimento de 1964’”. Sobre reinterpretativismos históricos e relativização da ditadura há muitos dados circulando na internet, o que contribui para novas fabulações em torno do período. Como se sabe, a campanha meteórica de Jair Bolsonaro à presidência se beneficiará intensamente dessas fabulações e desses meios como mecanismo de convencimento dos eleitores. Disponíveis em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-a-falacia-da-ditabranda-revela> e <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimen->

to-de-1964.html. Acessos em: 24 out. 2018. Em relação às bricolagens semióticas, alguns artigos e entrevistas de Piero Leirner sobre guerra híbrida e os métodos utilizados na campanha política presidencial em 2018 são boas sínteses nativas de como a história “quente” pode ser requeitada a partir da captura e ou embaralhamento de signos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540408647_371089.html. Acesso em: 26 out 2018.

4. A notar uma arguta observação de Márcio Goldman: “(...) *creio que ao distinguir e separar a historicidade em si dos discursos que, sob o pretexto de reconhecê-la plenamente, fazem o possível para eliminá-la, Lévi-Strauss abriu o caminho para uma reflexão histórica afastada das armadilhas de todos os evolucionismos e de todas as ideologias celebratórias. Livre das falsas totalidades e das filosofias da história, a historicidade pode reaparecer na forma do acontecimento e do devir, e a história retomar seus direitos como reflexão crítica*” (Goldman, 1999:61).

5. No site de apresentação do Ludens (Núcleo interdisciplinar sobre estudos do futebol e modalidades lúdicas), lê-se que se trata de um “centro de investigação científica criado em 2010, na Universidade de São Paulo (USP), que congrega pesquisadores dedicados aos estudos dos jogos e esportes em geral, em particular do futebol. Sediado no Departamento de História da USP, ele reúne professores de universidades paulistas (UFSCar, UNESP, PUC) e outras instituições relacionadas ao tema (como o Museu do Futebol)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/LudensUsp/>. Acesso em: 22 out 2018.

6. III Simpósio Internacional de estudos sobre o Futebol: Políticas, Diversidade e Intolerância. 26 a 29 de setembro de 2018.

7. “Em Latour, a ideia de actante se refere a um achatamento das classes epistemológicas modernas (sujeito/objeto, sociedade/natureza) e expressa uma releitura do conceito de social, na medida em que se opõe à noção sociológica clássica de ator social. Por ação social Latour não quer significar apenas a ação do humano, mas fundamentalmente a ação da associação, da combinação de actantes, que podem ser homens, armas, gavetas, instituições, código penal etc. Assim, no plano da ação, a ênfase se desloca mais para os meios, para as misturas, para o ator híbrido, pois a ‘ação não é uma propriedade dos humanos, mas de uma associação de actantes’ (Latour, 1994: 35)” (Santaella & Cardoso, 2015:171).

8. Não é o caso agora de apresentar alguma lista de textos literários que relacionam futebol à temática da morte. Para tanto, precisaria estabelecer critérios de seleção. Mas o tema da morte e das aflições tematizam a prosa literária relacionada ao futebol; e cito de relance uma pequena amostra retirada do gosto pessoal. No clássico volume publicado pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano (1995), a diminuta crônica intitulada *Morte em campo* narra a história de um jogador que cometeu suicídio dentro do gramado. O tema da politização da aflição ainda seria tematizado na impactante crônica: *As lágrimas não vêm do lenço*, no mesmo volume. Em relação a essa última, trago fragmentos na forma de epígrafes em dois tópicos nesse artigo. Um romance em que a morte de um cronista esportivo espregueia em vários níveis o desenrolar de biografias entrecruzadas de jogadores com personagens de uma família emocionalmente em frangalhos é *O Drible*, de Sergio Rodrigues (2013). Em *Casquinha não era o que pensávamos*, Mario Araújo (2013) trata a morte “natural” de um fictício jogador brasileiro mundialmente conhecido como momento de reapropriação de sua biografia vitoriosa desconstruída após o desaparecimento do atleta.

9. Só para constar, as Ciências Sociais oferecem desde sempre textos fundantes relacionados à

temática da morte. A bibliografia de formação de parte do campo teórico esteve associada à dimensão sociológica dos fatos sociais, particularmente os morais e jurídicos como representações tipologizadas em *O Suicídio*, de Durkheim, acompanhado pelas recomendações etnológicas de *Efeito Físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade*, de Marcel Mauss, em que o autor chama a atenção para todo um conjunto extenso de fenômenos solidários à morte, sugerindo todo um programa de pesquisas empíricas: “Trata-se de um gênero de fatos que, no meu entender, deveriam ser estudados com urgência, aqueles em que a natureza social reencontra muito diretamente a natureza biológica do homem” (Mauss, 2003[1924]:364). A morte percorreu os estudos empíricos clássicos tanto franceses quanto ingleses, haja vista as monografias africanistas obrigatórias e presentes em todos os cursos de formação acadêmica. Temas antropológicos canônicos tais como magia, feitiçaria, vingança, relacionam-se às noções de morte com as dimensões da política e organização sócio-cosmológicas, renovando continuamente os temas presentes na disciplina. No plano epistemológico, a morte também pode vir travestida de viradas metodológicas, tais como as pretendidas propostas de “morte” da etnografia realista em nome de uma autoindulgência de “nós” mesmos ou, por outro lado, o conhecido movimento de tentativa de “descolonização permanente do pensamento” (Viveiros de Castro, 2015:20) ou tentativa de morte da ciência estatal, que ainda habita o conhecimento antropológico.

10. Voltarei a essa controversa metáfora levi-straussiana do *quente*, e do *frio*, em “dobraduras temporais”, última seção deste artigo.

11. Este é uma expressão popularizada pela sociologia histórica de Norbert Elias, desdobrada de outra mais conhecida, “processo civilizador” (Elias, 1992).

12. No contexto brasileiro, há trabalhos que tratam das práticas da tourada que flertam com os maneirismos sacrificiais e que envolvem algum risco de morte, por exemplo, Fantin (2000) abordará o papel ambíguo da farra do boi numa etnografia sobre modernidade urbana na contemporânea Florianópolis; Melo (2012), da perspectiva histórica e tratando do projeto mais abrangente de modernidade à brasileira trará a problemática das grandes touradas ocorridas na efeméride do centenário da independência do Brasil, em 1922.

13. O futebol como “ópio do povo”, interpretação que se aproximava ou que havia se estabelecido no interior de abordagens de inspiração marxista sobre os esportes era colocada em xeque por essa corrente teórica que assinalava o caráter situacional dramático do futebol numa sociedade em transformação política como a brasileira desde o final dos anos 1970.

14. Megaevento ocorrido no Brasil e que esteve em meio às controvérsias e manifestações políticas que alcançariam as ruas na forma dos movimentos de protesto contra os investimentos alocados para o megaevento. “Não vai ter copa”, em princípio agrupando jovens mais à esquerda do espectro ideológico acabou galvanizando até certo ponto uma cadeia de eventos que se desdobrariam em outras demandas e manifestações de massa generalizada contra a situação política do país, momento em que setores menos presentes em manifestações reivindicatórias de rua, tidos por conservadores e mais refratários às performances de rua ganharam projeção e midiatização, complexificando ainda mais a conjuntura política daquele momento.

15. Tais fórmulas são perscrutadas com densidade alegórica na prosa de cronistas de relevo ao menos desde os anos 1950. A propósito, consultar inúmeras crônicas compiladas de Mario Filho no volume *O sapo de Arubinha*. Os anos de sonho do futebol brasileiro. A respeito desse cronista,

atesta a historiografia: “Mario Filho exerceu larga influência sobre a área do esporte, da cultura e da política. Na cidade do Rio de Janeiro foi reconhecido como introdutor de um novo modelo narrativo de crônica esportiva e como promotor do Desfile das Escolas de Samba na década de 1930” (Holanda, 2009:163).

16. O Decreto 9527, de 15.10.2018, criaria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado, porém a Lei Antiterrorismo assinada nos estertores do governo de Michel Temer ainda no ano de 2018 causou temores em parte da sociedade civil dadas as interpretações que apontaram para sua excessiva extensão que a recolocariam na esteira de um autoritarismo punitivo, abrindo brechas jurídicas que poderiam alcançar muitas das formas de ativismo político potencialmente tipificadas como “terrorismo”.

17. Para uma análise sobre as lágrimas esportivas nesse Copa, consultar Autor, 2014.

18. Renomado fotojornalista mineiro. Para consultar parte do seu trabalho, vide o site <http://www.orlandobrito.com.br>. Outras informações biográficas e profissionais disponíveis em: <http://fotoempauta.com.br/orlando-brito/>. Acesso em: 19 out 2018.

19. Tal como advertiu o antropólogo Carlos Eduardo Costa na leitura de uma versão deste artigo, chamando a atenção para o fato de que derrota e morte acabariam fazendo parte de um mesmo eixo paradigmático, estabelecendo entre si relações que levariam a um “enfraquecimento” dos aspectos metonímicos da morte, como nas touradas. Novamente recolocamos a problemática da passagem dos jogos para os esportes, tal como discutido mais acima para se pensar nas práticas lúdicas.

20. Cismogênese é um conceito utilizado por Bateson ([1958] 2008) que tenta responder aos processos diferenciadores acumulados pelas interações entre indivíduos ou grupos. Basicamente, o autor estabelece duas formas de interações cismogênicas, a complementar e a simétrica. Sendo a primeira motivada na evolução de relações que embora distintas e opostas, por exemplo condutas assertivas de uns, respondidas com submissão de outros, acabam produzindo uma proximidade entre esses agentes até o limite em que o sistema possa suportar. A cismogênese simétrica evoluiria pelo estímulo de mesmos referentes, quer dizer, as interações levando ao máximo de diferenciação também sob o risco do conflito aberto. Esses processos seriam reversíveis e negociáveis no interior das interações, mas jamais contidos totalmente por estabilidades representacionais sincrônicas ou *a priori*, daí o rendimento analítico que esses conceitos podem oferecer na análise das relações, perspectivando noções como identidade, homeostase, representação, símbolos dominantes.

21. A exposição, denominada *Clássico é Clássico e vice-versa*, teve menos um caráter historicista, enunciando como fio condutor as rivalidades entre times e torcidas em pares de oposição (times versus times distribuídos em vários clássicos populares: Santa Cruz *versus* Sport; Cruzeiro *versus* Atlético; São Paulo *versus* Santos etc.), o que conferia um outro modo de reorganizar a narrativa esportiva. Sobre o Museu do futebol consultar Alfonsi (2018).

22. A morte de Moa do Katendê, mestre reconhecido nacionalmente no universo da capoeira e da música popular baiana, por esfaqueamento em virtude de entreveros políticos, constrangeria ainda mais o processo eleitoral. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2000649-mestre-moa-do-katende-e-morto-a-facadas-apos-discussao-politica-em-salvador>. Acesso em: 26 out 2018. O término da campanha ainda conheceria mais duas mortes, uma em São Paulo e outra no Ceará por entreveros causados por questões relacionadas aos posicionamentos

políticos: uma pessoa travesti no largo do Arouche (SP) ferida a facadas e sob gritos espectadores de “Bolsonaro” e um jovem militante numa carreta da outra candidatura em Fortaleza (Pacajus, região metropolitana). Disponíveis em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/16/travesti-e-morta-a-facadas-durante-briga-em-bar-no-centro-de-sp.ghtml>; https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/28/interna_politica,1000714/homem-e-morto-durante-carreta-pro-haddad-no-ceara.shtml. Acessos em: 29 out 2018.

23. Faço aqui um paralelismo às avessas em relação às recomendações que o antropólogo José Guilherme Magnani (2002) destaca como protocolo metodológico para a realização de boa etnografia, o exercício de um olhar “de perto e de dentro”.

24. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_9NPI0886E. Acesso em: 21 out 2018.

25. Quem adverte sobre a produção de narrativas a posteriori no contexto de 1950, que teriam culpabilizado os jogadores negros pela derrota do selecionado, é Moura: “Todavia, nas crônicas e reportagens do período, o que mais se enfatiza na explicação do revés brasileiro não é a culpa desses jogadores, não havendo também qualquer alusão às suas características raciais. (...) As crônicas posteriores ao evento, porém, insistem nessa questão. Segundo Mario Filho, na comoção que tomou conta do estádio após a fatídica derrota, alguns esbravejavam e acusavam Flavio Costa, ‘mas quase todos se viraram contra os pretos do escrete’; (...) Esse hiato entre as justificativas apresentadas para a derrota imediatamente após o ocorrido e as construções elaboradas posteriormente, que insistem no ressurgimento das teorias sobre a inferioridade racial brasileira, merece um estudo cuidadoso” (Moura, 1998:144;145).

26. Em tempo, a última sessão denominada “Outros futebóis” contou com os palestrantes Carlos Terena, tematizando sua militância nos esportes indígenas, a historiadora Aira Bonfim, coordenadora executiva do Simpósio e o antropólogo Wagner Xavier de Camargo, cujas falas reiteravam a necessidade da multiplicação das perspectivas para se pensarem os esportes.

27. Lembrar que nesse caso se estimulou o conflito a partir de um mesmo referente; no caso, os usos que militantes e acadêmicos fizeram do futebol como esporte-nação.

Referências bibliográficas

ALFONSI, Daniela. *Réplicas Originais. Um estudo sobre futebol nos museus*. (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Mário. Casquinha não era o que pensávamos. In: RUFFATO, Luiz (org). *Entre as quatro linhas: contos sobre futebol*. São Paulo: DSOP, 2013.

BATSON, Gregory. “Contraste etológico, competição e cismogênese”. *Naven*, Edusp, São Paulo, 2008.

CHARBONNIER, Georges & LÉVI-STRAUSS, Claude. *Arte, linguagem, etnologia*. Entrevistas com Claude Lévi-Strauss. Campinas: Papirus, 1989.

DAMATTA, Roberto (et al.). *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

DAMO, Arlei. *Futebol e identidade social. Uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Editora da Universidade, IFCH-UFRS, 2002.

FANTIN, Marcia. *Cidade dividida*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2000.

- GAIGER, Amir. “Apresentação”. Gregory Bateson, *Naven*, Edusp, São Paulo, 2008.
- GALEANO, Eduardo. “Morte em campo”. In: _____. *Futebol ao sol e à sombra*. São Paulo: L&PM, 1995.
- GOLDMAN, Márcio. “Lévi-Strauss e os sentidos da história”. In: _____. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- HOLANDA, Bernardo Buarque de. *O clube como vontade e representação. O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras; Faperj, 2010.
- LATOUR, Bruno. On technical mediation - philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.
- LEIRIS, Michel. *Espelho da Tauromaquia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1989a.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Como morrem os mitos”. In: _____. *Antropologia Estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Lévi-Strauss nos 90”. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, out. 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “O passar dos dias”. In: _____. *Mitológicas 3 - A origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006[1968].
- LOPES, José Sérgio Leite e MARESCA, Sylvain. “A morte da ‘Alegria do Povo’”. *Revista ANPOCS*, n. 20, 1992.
- MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ciências Sociais* [online]. vol.17, n.49, pp.11, 2002
- MAUSS, Marcel. “Efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade (Austrália, Nova Zelândia)”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MELO, Victor Andrade. “Modernos? As grandes touradas do centenário (1922) e a reconciliação com Portugal”. In: MELO, Victor Andrade & SANTOS, João Manuel C. Malaia. 1922. *Celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faperj, 2012.
- MOURA, Gisella de Araújo. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RODRIGUES, Sérgio. *O drible*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SAÉZ, Oscar Calavia. “A história pictográfica”. In: QUEIROZ, Ruben Caixeta de Queiroz & NOBRE, Renarde Freire (orgs.). *Lévi-Strauss. Leituras brasileiras*. São Paulo: Ed. UFMG, 2008.
- SANTAELLA, Lúcia & CARDOSO, Tarcísio. “O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour”. *Matrized*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2015.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo; Campinas: Autores Associados; Anpocs, 1996.
- _____. “Uma contenda acadêmica”. *Lógicas no futebol. Dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de doutorado, PPGAS-FFLCH, 2000.
- _____. Futebol, política e religião: a vingança do reacionário (resenha): MARQUES, José Carlos.

O futebol em Nelson Rodrigues. *O óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2012. Disponível em: http://canal6.com.br/faac/Revista_Faac_v2_n2.pdf#page=101.

_____. 1x7 50: por onde escoaram as lágrimas da Copa de 2014? In: HELAL, Ronaldo & GASTALDO, Édison (orgs). *Copa do Mundo 2014. Futebol, mídia e identidades nacionais*. Rio de Janeiro: LamparinaLEM, 2014.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: Eduff, ([1967]2005).

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

Mortes esportivas e alegorias políticas: etnografando temores em torno dos esportes-nação

Resumo: Da literatura esportiva aos estudos socioantropológicos, a morte como evento total tem recebido descontinuidades menções como mote de inúmeras narrativas alegóricas, que se interpõe ao futebol como tema. Tomada meramente como dado biográfico ou acontecimento articulado aos processos estéticos e sociais mais abrangentes, a morte pode ser problematizada como evento histórico “quente”, extensão metafórica e recurso metodológico na sistematização de análises sobre simbolismos rituais em torno dos esportes. Neste artigo ela se apresenta como dado etnográfico, que rearticula todas essas outras abordagens. Pretende-se dialogar com alguns desses usos e dimensões em torno do tema da morte, reclassificado como morte esportiva, articulando percepções sobre a noção de esporte-nação. Morte esportiva encerra feixes de narrativas que nascem, morrem e renascem de conjunturas específicas, da cultura esportiva à política, da política ao cultivo do esporte como tema da literatura ou de pesquisas acadêmicas, das narrativas históricas às narrativas cujas fabulações flertam com narrativas ditas “míticas”.

Palavras-chave: morte esportiva, antropologia das práticas esportivas, futebol, história quente e fria, bolsonarismo

Sport, death and political allegories: ethnography fears around a sport-oriented nation

Abstract: From sport literature to socio-anthropological studies, death as a total event has received discontinuous mentions as a motto of countless allegorical narratives, which intervenes with soccer as its theme. Taken merely as biographical data or as an event articulated to the most comprehensive aesthetic and social processes, death can be problematized as a “hot” historical event, metaphorical extension and methodological resource in the systematization of analyzes of ritual symbolism around sports. In this article, death presents itself as an ethnographic data, which rearticulates all these other approaches. This article intends to dialogue with some of these uses and dimensions around the theme of death, reclassified as sporting death, interrelating perceptions about the notion of Sport-Nation. Sport death contains bundles of narratives that are born, die and reborn from specific conjunctures, from sport culture to politics, from politics to the cultivation of sport as a subject of literature or academic research, from historical narratives to narratives in which tales flirt with so-called “mythical narration”.

Key-words: sports death, anthropology of sports practices, soccer, hot and cold history, bolsonarism

Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas¹

Giancarlo Marques Carraro Machado
Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil

Introdução: manobras cidadinas

A prática do skate de rua não se circunscreve apenas a imponentes espaços públicos que toleram uma confluência de experiências cidadinas, a regiões onde ocupações populares são patentes, a equipamentos urbanos obsoletos e degradados e tampouco a contextos periféricos marcados por certas limitações urbanísticas. Ela ocorre na medida em que os *picos* – termo nativo que designa equipamentos urbanos (bancos, escadas, corrimãos etc.) onde são realizadas as manobras dos praticantes – são descobertos, utilizados e apropriados².

Como os *rolês*³ para tais fins são intermitentes, a coexistência de disputas, negociações, subversões e intervenções se faz presente de maneira regular em incontáveis espaços da cidade, inclusive em áreas enobrecidas onde a presença, circulação e manobras dos skatistas são consideradas como incabíveis e, por vezes, repugnantes⁴. É o que acontece, por exemplo, no quadrante sudoeste paulistano, sobretudo nas três principais avenidas que compõem as novas centralidades da cidade: Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e Avenida Berrini⁵.

As avenidas em questão são gerenciadas a partir dos anseios que emergem da associação e disputas entre grupos corporativos, instituições privadas e poderes públicos. Além de se constituírem como importantes centros financeiros, elas também são marcadas por muitas atrações, empreendimentos empresariais e ofertas de serviços. Ao longo de suas extensões e redondezas é possível encontrar museus, bares, cinemas, restaurantes, shoppings, clubes, estações de metrô, além de majestosas edificações verticais que abrigam sedes de bancos, empresas multinacionais e demasiados escritórios e salas comerciais. Os seus planejamentos foram assinalados por estratégias neoliberais com vistas a atender as demandas das centralidades das quais fazem parte. Em razão disso, as avenidas tiveram as suas condições arquitetônicas e urbanísticas remodeladas a fim de assegurar segurança, limpeza e ordenamento espacial em seus limites. Essas prioridades ficam evidente em recentes políticas urbanas, como nas propostas de suas propagadas revitalizações.

A que ocorreu na Avenida Faria Lima, por exemplo, é prova dessa constatação.

Anunciada pela prefeitura de São Paulo em 2012, a iniciativa visava trazer uma série de melhorias estruturais para o local, como acessibilidade, iluminação, padronização das calçadas e dos mobiliários urbanos. O croqui das intervenções deixava claro que os objetivos do projeto de renovação urbana seriam: 1) requalificar a paisagem urbana; 2) ordenação do espaço público; 3) valorizar a circulação de pessoas⁶. Portanto, com base naquilo que fora divulgado, é possível perceber que este mais novo embelezamento estratégico da cidade objetivava, dentre outros anseios, alterar a paisagem de modo a priorizar sobretudo a circulação de pessoas, e não tanto as apropriações que elas fazem de seus espaços. Por conta dessas intenções, como nos lembra Frúgoli Jr. (2000: 21),

[...] é necessário atentar para a diferença que há entre premissas e intenções de determinados projetos urbanos e suas realizações concretas, já que a complexidade da conexão entre as intenções técnicas e as decisões políticas pode resultar em diversas formas de exclusão social, mesmo dentro de projetos, a princípio, iguais.

Ao partir dos pressupostos de Zukin (2000), é possível considerar que as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini se transformaram, com efeito, em paisagens de poder, ou seja, em paisagens marcadas por uma estética sintomática de certas pretensões políticas e econômicas. Por esse ângulo, conforme assinalado por Rolnik e Frúgoli Jr. (2001), a implementação das novas territorialidades provocou deslocamentos de setores populares bem como um gradativo desaparecimento de espaços públicos articulados a um forte modelo de exclusão territorial. A fim de priorizar práticas de consumo, valorização de imóveis e circulação de capitais, as avenidas foram constituídas por diversos enclaves fortificados (Caldeira, 2000) detentores de uma série de dispositivos de controle que demarcam fronteiras físicas e simbólicas e que provocam impactos nos usos e nas apropriações cidadinas de seus espaços.

As paisagens das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, as quais são gerenciadas como meras mercadorias, tentam mascarar desigualdades, segregações, violências e assimetrias de poder, condições que limitam o direito à cidade a determinados setores da população. Os “parceiros da exclusão”, denominação proposta por Fix (2001) para designar as articulações entre capital e Estado que orientam certas políticas urbanas, vêm agindo nestes locais de modo a obliterar – e até mesmo reprimir – características fundamentais da vida cidadina em prol da manutenção dos anseios do mercado imobiliário, do capital financeiro e de demais lógicas de

consumo. Dessa forma são criados diversos mecanismos para normatizar e ordenar as ocupações que se processam nas avenidas, a fim de manter uma coerência visual e espacial e um ambiente acolhedor sobretudo para profissionais do setor terciário, consumidores, turistas e grupos sociais mais privilegiados. Por conseguinte, são estabelecidos usos, funções, marcadores sociais e moralidades tidas como mais aceitáveis, ao passo que as que não se encaixam nas estratégicas pretensões são tratadas como desviantes, indisciplinadas e marginais e que por isso devem ser combatidas por estarem fora do lugar.

O combate contra aqueles considerados fora do lugar cotidianamente acontece nas paisagens de poder das centralidades paulistanas, no entanto, a sua ocorrência não reverbera que as estratégias empregadas em prol de comportamentos disciplinados e de uma civilidade consumista estejam sendo bem-sucedidas. Por mais que haja toda sorte de dispositivos de controle espalhados pelas avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, eles ainda assim não são suficientes para conter a presença daquelas pessoas que, sob certas óticas, são consideradas indesejáveis. Moradores e artistas de rua, crianças pedintes, jovens arruaceiros, vendedores ambulantes, hippies, pichadores e grafiteiros, usuários de drogas ilícitas, assaltantes etc.: por meio de um olhar de perto e de dentro (Magnani, 2002) é possível constatar a assiduidade destes e de muitos outros cidadãos que embaralham certos ordenamentos espaciais e moralidades públicas. Por meio do vernacular (Zukin, 2000: 106), eles resistem às restrições estruturais e às premissas esperadas pelos agentes e instituições responsáveis pelos gerenciamentos das avenidas e, mesmo desprovidos de poder, criam uma tensão que incomoda certas imposições que lhes são destinadas.

A prática do skate, conforme já adiantado no início desta introdução, também se faz presente com veemência nestes espaços enobrecidos de São Paulo. Embora as paisagens de poder estratifiquem atividades e dinâmicas relacionais, os skatistas se preocupam em ocupá-las em razão de suas centralidades na cidade, das experiências e desafios que elas propiciam e sobretudo por conta das tessituras de seus equipamentos urbanos: bordas e quinas de mármore e granito, corrimãos de inox e metal, bancos de madeira, calçadas de concreto armado etc. Estas condições materiais são atrativas, pois possibilitam maior velocidade e deslize aos skates, além de controle rítmico mais apurado aos corpos dos praticantes.

Ao levar em conta tais considerações, este artigo se propõe a analisar, a partir de etnografias realizadas entre 2013 e 2016, os impactos da prática do skate de rua nos limites das novas centralidades paulistanas. Será considerada, à vista disso, uma

análise situacional⁷ a fim de compreender a cidadinidade em processo e a sua relação com eventuais normatizações tão caras ao gerenciamento urbano promovido pela parceria público-privada sintomática de políticas de cunho neoliberal. Com efeito, demonstrarei como jovens cidadãos questionam premissas que permeiam lugares próprios (Certeau, 2009) marcados por esperadas univocidades e estabilidades por meio de suas artimanhas, percepções, maneiras e experiências e contribuem, assim, para a redefinição do espaço enquanto um lugar praticado (Idem, 2009) com a apreensão de novas leituras e valores simbólicos.

A prática do skate nas paisagens de poder

No decorrer do trabalho de campo, tive a oportunidade de acompanhar detidamente a prática do skate nas avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini. Conforme averiguado etnograficamente, a inserção dos skatistas em cada uma delas ocorre de múltiplas maneiras, a depender de suas aspirações individuais, de seus níveis técnicos, de seus marcadores sociais de diferenças (gênero, classe, raça etc.), do número de pessoas envolvidas, das relações estabelecidas, das artimanhas que acionam nas situações que participam, e do tempo e dos espaços que ocupam. Cada sessão de skate é inigualável⁸; todavia, mesmo diante um rol de particularidades, é possível traçar considerações gerais que permitem problematizar o exercício de sua prática nas paisagens de poder paulistanas.

O primeiro aspecto a ser assinalado diz respeito ao momento em que a prática do skate se tornou regular e ganhou visibilidade em cada uma delas. Os incontáveis *picos* presentes nas extensões das avenidas são alvos dos skatistas desde a década de 1990, no entanto, a frequência de seus *rolês* não era tão evidente em razão de uma condição urbanística trivial: muitas calçadas eram revestidas por pedras portuguesas, material que dificulta a circulação das rodinhas dos skates e, conseqüentemente, a realização de manobras nos lugares *skatáveis* nelas dispostos. Mas, para o agrado dos praticantes, nos últimos anos todas as avenidas abordadas tiveram uma reformulação significativa de suas calçadas. Elas foram padronizadas e cobertas por pisos de concreto armado, logo, as suas condições urbanísticas passaram a favorecer os *rolês* em seus respectivos limites. Com a finalização dos reparos, os quais se deram em momentos distintos, não tardou para que as avenidas se tornassem alvo de skatistas oriundos de diversas partes da metrópole. O skatista profissional Klaus Bohms, ao comentar as reformulações, enfatiza que:

Sem dúvida que as reformas que a gente viu no chão das calçadas da Paulista, Faria Lima e vários outros lugares da cidade melhoram a prática do skate na cidade. Mas além da prática do skate, melhora a vida do transeunte em geral. Mesmo sem skate as pessoas andam por um chão menos perigoso, não tem buraco, não tem pedra. E por mais que tenha pontos negativos por ter tantos skatistas misturados com as pessoas que estão andando a pé, pelo motivo de algum acidente leve, o skate escapar e bater na canela de alguém, às vezes acontece. Mas o ponto positivo é muito maior, porque a cidade tem muita gente praticando atividades ao ar livre, gente andando de bicicleta, andando de skate, isto dá uma energia a mais para a cidade. A gente vê uma cidade mais viva, as pessoas se divertindo, usando o espaço público como ele deveria ser usado como se fosse um quintal de todo mundo, e não apenas como um espaço de passagem (Klaus Bohms, skatista profissional, depoimento concedido ao Programa Olho de Peixe. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016).

Bastou, portanto, a troca dos pisos das calçadas para que as paisagens das centralidades paulistanas ganhassem considerável relevo no universo do skate. As principais revistas especializadas destacaram as suas importâncias. A revista *CemporcentoSkate*, por exemplo, ao se referir à Avenida Faria Lima enfatizou que “após a finalização de obras nas calçadas e implantação de ciclovias no canteiro central, a Av. Faria Lima tornou-se mais um *pico* disputado da capital paulista”⁹. Já a revista *Tribo Skate*, em matéria especial sobre a Avenida Paulista, enalteceu que

[...] um lugar onde a pedra portuguesa reinou por quase 40 anos, e depois de um ano de interdições e transtornos fora do comum, se tornou o sonho de qualquer ser levemente racional que já pisou em um skate alguma vez na vida. São bordas de mármore de todos os tamanhos, escadas, *wallrides*, *gaps*, hidrantes, buracos. Tudo cercado por um chão liso, melhor do que da maioria das pistas da cidade. A simples sensação de atravessar os largos quarteirões remando é indescritível (“O passeio nosso de cada dia”. *Revista Tribo Skate*, n. 161, 2009).

Outra característica que marca as avenidas diz respeito à quantidade de *picos* situados próximos uns aos outros, a qual é superior ao observado em outras partes da cidade. Como elas detêm melhores condições urbanísticas, os skatistas podem circular pelas largas calçadas e utilizar variados obstáculos em sequência e de maneira ininterrupta. Isso faz com que as suas *linhas*, isto é, a sucessão de manobras, se tornem mais fluidas, diversificadas e extensas. O skatista profissional Murilo Romão, por exemplo, foi protagonista de uma parte divulgada no filme intitulado

*CityZen*¹⁰, em que faz um *rolê* utilizando dezenas de obstáculos dispostos ao longo de toda a Avenida Paulista. O seu intuito foi mostrar as potencialidades do local para a prática do skate e, para isso, teve a proeza de realizar manobras de uma extremidade a outra, desde a Praça Oswaldo Cruz até a esquina com a Rua da Consolação.

A partir da gestão do prefeito Fernando Haddad (PT, 2012-2016), Paulista, Faria Lima e Berrini foram contempladas com significativos trechos de ciclovias. A qualidade de seus pisos tornou-se propícia não apenas para bicicletas, mas também para a circulação de skates. Com as suas instalações, muitos praticantes passaram a utilizá-las, como é o caso dos adeptos do *longboard* e *cruiser*, tipos de skates que permitem melhor mobilidade em virtude de suas rodas maiores e mais macias. Os adeptos do *street skate*, modalidade que constitui o foco do artigo, também utilizam as ciclovias, entretanto, é mister reiterar que as suas preferências ainda assim se concentram nas calçadas. O motivo para tanto é óbvio: as ciclovias geralmente apresentam um desenho mais uniforme e contam com poucos *picos*, ao passo que as calçadas estão repletas de obstáculos que instigam a apropriação e a realização de manobras.

Apesar da plasticidade dos corpos em interação com as paisagens, a rápida circulação dos skatistas por entre os *picos* é alvo de muitas reprovações por parte de transeuntes que caminham pelas calçadas: xingamentos, reclamações e olhares raivosos foram algumas das reações observadas. A possibilidade de choques é iminente, dado os diferentes ritmos em voga, portanto, cabe ao praticante ter técnica, equilíbrio e atenção apurada, a fim de evitar eventuais solavancos que culminem em lesões entre os envolvidos. Malgrado os cuidados de alguns e a imprudência de outros, a ocorrência de dissabores envolvendo skatistas é evidente, visto que as calçadas são marcadas por considerável fluxo de pessoas que andam a pé disputando a inserção e a locomoção pelos seus espaços.

Os *picos* situados nas avenidas estão dispostos em dois tipos de espaços: em espaços públicos (calçadas, praças, pontos de ônibus, estações de metrô etc.), onde os skatistas conseguem permanecer por mais tempo; e em espaços privados (fachadas de bancos, de empreendimentos empresariais, de prédios residenciais, de galerias comerciais, dentre outros), sendo estes permeados por dispositivos de vigilância e por regras de acessibilidade.

Quanto aos espaços públicos, na avenida Paulista há algumas áreas que são reconhecidas como pontos de encontro de skatistas, dentre elas, Praça do Ciclista, Praça Oswaldo Cruz e as calçadas situadas em frente a Caixa Econômica Federal (prédio entre as estações Consolação e Trianon-MASP do metrô). A frequência de skatistas

nesses locais é usual em dias úteis e principalmente aos finais de semana. Mas aos domingos, quando há o fechamento da avenida para carros e a sua abertura para pedestres, é quando se dá a ocupação mais expressiva¹¹. É nesse dia específico que os skatistas aproveitam para andar de skate sem tantas preocupações, visto que há menor possibilidade de repressão, conflitos e aborrecimentos. As suas manobras tornam-se, com efeito, mais uma atração artística do local:

O skate toma na Paulista um aspecto meio artista de rua. Têm as bandas, os caras que imitam o Michael Jackson e têm os skatistas. Muitas vezes tem gente que para para tirar foto. A galera para para nos ver andando (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016).

Na avenida Faria Lima, por sua vez, os espaços de referência são Largo da Batata e *Beco do Valadão*¹². Ambos, sobretudo este último, concentram a presença de skatistas em diferentes horários e dias da semana. Já a Avenida Berrini, ao contrário das demais, ainda não possui uma área específica que seja reconhecida por comportar cotidianamente as suas experiências corporais e relacionais. Em todas as avenidas, os skatistas conseguem, portanto, se inserir nos espaços públicos e realizar as suas manobras nas brechas encontradas em meio ao intenso trânsito de pessoas nas calçadas. As repressões à prática eventualmente acontecem quando policiais ou guardas metropolitanos resolvem cessá-la amparados na justificativa de que os praticantes correm o risco de atropelar e machucar transeuntes, sobretudo idosos, ou quando moradores, síndicos de prédios ou trabalhadores locais os acionam para conter barulhos excessivos ou certas algazaras promovidas que se destoam das moralidades esperadas para as paisagens de poder paulistanas.

Os *picos* situados nas fachadas de espaços privados também são utilizados pelos skatistas. Eles são os mais desejados em virtude de suas qualidades materiais, entretanto, as apropriações que deles são feitas se dão apenas em situações esporádicas e por determinado perfil de praticante (geralmente amadores e profissionais detentores de excelência técnica). As fachadas, como já fora indicado, são permeadas por uma série de dispositivos que visam controlar o acesso ao interior de prédios e demais tipos de estabelecimentos. Câmeras, alarmes, grades, equipe de seguranças são posicionadas a fim de vigiar e conter as apropriações indesejáveis que atrapalham os propósitos esperados por cada empreendimento. Todas essas e outras barreiras dificultam a realização da prática do skate, todavia, mesmo assim há skatistas

dispostos a desafiá-las a fim de conseguirem acertar as suas respectivas manobras¹³. A possibilidade de repressão, principalmente por parte dos seguranças que zelam pelas propriedades, é inegável. Basta o barulho das rodinhas e o estalar das madeiras dos skates nos limites das fachadas para que eles rapidamente entrem em ação.

Na Faria Lima e Berrini eu sinto repressão. Os seguranças vêm babando. Por ser bastante comercial, prédios privados, a repressão não é nem policial, mas de segurança. A liberdade que você tem na Paulista para andar é diferente da que você tem na Faria Lima. A Faria Lima é menos ponto turístico, é menos amigável ao público. Mas é um público com mais grana, a galera tem mais receio do skatista (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016).

Consoante ao presenciado, alguns seguranças fazem abordagens que prezam pelo diálogo e pelo entendimento com os skatistas, ao passo que também há aqueles que não medem esforços para enquadrá-los com certa truculência, por vezes com violência física. Para se desvencilharem das eventuais negações ou embates, os praticantes adotam uma série de táticas que visam superar as regras de controle dos espaços onde se situam os *picos*, quais sejam, tentar ocupá-los em horários em que a movimentação de pedestres não seja tão intensa, não envolver muitos participantes em uma *sessão* para não chamar a atenção dos seguranças e combinar de antemão as reações que tomarão, caso sejam repreendidos.

De acordo com a perspectiva dos skatistas contatados, as avenidas Faria Lima e Berrini (sobretudo esta última) são os locais da cidade onde há maior possibilidade de repressão. As *sessões* realizadas em seus *picos* são permeadas por desafios, logo, a depender de quais sejam eles, é necessário acionar outras táticas ainda mais astuciosas. O skatista profissional Luiz “Apelão”, por exemplo, esteve na Avenida Berrini, sem portar seu skate, apenas para mapear os *picos* disponíveis e para estudar a melhor maneira de utilizá-los. Após isso, ele retornou ao local para deixar as suas marcas em diversos equipamentos, muitos deles situados em fachadas de propriedades privadas. A sua artimanha, tal como frisa abaixo, foi eficaz:

Eu fui uns dias antes lá, analisar os *picos*, perguntar até que horas funcionava. Fui sem skate, tirei fotos dos *picos*. Perguntei se abria de domingo, se tinha segurança, essas coisas. Tinha um *pico* lá que andei, que é uma *transição*, este *pico* é muito proibido. Mas eu dei sorte de ter conseguido andar nele. Mas a maioria da galera que vai nele, tenta uma, duas, três vezes no máximo e já embaça. Quando eu gravei foi num domingo. É o único dia que dá (Luiz “Apelão”, skatista profissional, entrevista em 2016).

Outra situação que chamou a atenção do decorrer do trabalho de campo foi a espera ansiosa dos skatistas pelos jogos da seleção brasileira de futebol durante a Copa do Mundo de 2014¹⁴. Nesses instantes específicos, aproveitando-se do esvaziamento das avenidas e das atenções voltadas às partidas futebolísticas, vários deles puderam andar em *picos* situados em propriedades privadas que são demasiadamente vigiadas. Foram, segundo os interlocutores, chances únicas para se apropriarem de alguns dos obstáculos mais cobiçados de São Paulo.

Assim sendo, as apropriações de *picos* situados em espaços privados comumente acontecem de maneira rápida. Nesses casos, o que está em jogo não é apenas a qualidade das manobras, mas também a superação das proibições impostas. São essas conquistas que fazem um *rolê* ser bem-sucedido:

O ponto positivo é que a avenida é lisa do começo ao fim. Então você consegue andar sem parar nela. E também tem vários *picos* para parar e mandar manobras. O ponto negativo é que é um lugar de prédios comerciais, é passagem de gente o tempo inteiro. E por serem prédios comerciais, eles seguem a norma de não deixar ninguém andar de skate na frente daquela calçada, eles se responsabilizam pela fachada do lugar. Mas ambos os pontos negativos a gente consegue burlar e se divertir com isto. De usar a criatividade para achar um lugar que não é tão perfeito, mas que a gente consegue se divertir. Então no final das contas é apenas ponto positivo. Porque também não dá para ter apenas pontos negativos: de ser tudo liberado para andar e que não tenha gente, porque aí a gente está querendo um skatepark, né? *A diversão é ter os pontos negativos e a gente saber lidar com eles* (Klaus Bohms, skatista profissional, depoimento concedido ao Programa Olho de Peixe. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016. Grifos meus).

A fim de registrarem as situações em que estão inseridos, os skatistas envolvidos numa *sessão* prezam pela captação de imagens, em fotos ou vídeos, que são utilizadas com diversos fins, sejam eles pessoais ou profissionais¹⁵. Essa é uma forma de comprovar a conquista de *picos* situados em paisagens de poder da cidade, as sucedidas táticas diante dos dispositivos de controle nelas contidos, além da realização da manobra por meio da qual é evidenciado o nível técnico do praticante. Vale ressaltar que câmeras e filmadoras contribuem para mediar relações ou minar certos conflitos estabelecidos com os agentes responsáveis pela vigilância dos espaços, como seguranças, policiais e guardas metropolitanos. Em alguns casos, como já demons-

trado em outras pesquisas (Machado, 2014; 2017), os skatistas – eventualmente em companhia de fotógrafos e *videomakers* –, quando em *sessão* em equipamentos que não foram planejados para a prática do skate, podem argumentar que não estão ali para se divertir, fazer algazarra e tampouco destruí-los, mas, ao contrário, por conta de um trabalho artístico (expresso por meio da captação de imagens) que poderá ser publicado na mídia especializada.

Essa tática às vezes é bem-sucedida, todavia, as proibições – e, em alguns casos, as truculências – são mais corriqueiras posto que o skate, conforme já evidenciado, quando praticado fora das pistas, não raro é associado ao vandalismo, a uma prática marginal que polui e danifica os espaços e equipamentos urbanos.

Andar de skate na Faria Lima para mim é *rolê* para filmar. É para explorar *picos* que você já tem na mente. Vai para um *pico* e filma. Se for expulso, vai para outro *pico*. Mas não é para ficar. E a Berrini é pior ainda. É o espaço, com base na minha experiência de *picos* na cidade, é onde tive maior repressão de segurança, maior número de “nãos”. Da galera proibir a prática. É diferente, é muito prédio comercial (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016).

Vale pontuar que os diversos conflitos já ocorridos nas paisagens de poder aqui elencadas reverberaram, inclusive, na tentativa de proibição da prática do skate nas calçadas de todo o território do município de São Paulo. Em 2009, o então vereador Adolfo Quintas (PSDB) formulou o Projeto de Lei n. 116/2009 com a intenção de regulamentar tal medida coercitiva e restringir o uso de skates apenas a áreas reservadas para seu fim (como as pistas, por exemplo). A propositura não foi aprovada, no entanto, a sua mera criação reflete como as façanhas dos skatistas nas centralidades paulistanas são incômodas a ponto de se tornarem alvo de certas pretensões políticas¹⁶.

Outras reações à prática do skate nas avenidas vêm se dando a partir de intervenções efetuadas por agentes ou instituições responsáveis pelos gerenciamentos das fachadas das propriedades privadas que resguardam *picos* muito utilizados pelos skatistas. Conforme constatado empiricamente, várias delas – como as situadas nas avenidas Paulista e Faria Lima, por exemplo – tiveram alterações significativas em suas condições arquitetônicas a fim de coibir especificamente a presença de skatistas e, de modo mais amplo, de outros cidadãos indesejáveis. Algumas propriedades instalaram espetos de aço em quinas, substituíram pisos de texturas lisas por texturas rugosas, aumentaram o número de grades e barreiras de ferro, remodelaram o

formato de bancos e outros equipamentos, enfim, instauraram uma série de dispositivos de seguranças hostis às pessoas. Tratam-se, portanto, de medidas estratégicas que visam anular as possibilidades dos skatistas considerarem certos equipamentos enquanto picos para as suas manobras. Um interlocutor frisa que

esse tipo de intervenção das propriedades eu acho mais efetivo, e mais brutal, pois você atua na estrutura arquitetônica da cidade em função de um grupo só. *O skate é tão perturbador que você precisa mexer na sua estrutura para a galera parar de usar* (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016. Grifos meus).

Já para Murilo Romão, skatista profissional contatado, “eles [os responsáveis pelas fachadas] vão entendendo o skate aos poucos. Eles vão vendo onde a galera está andando mais”. Em decorrência desse entendimento das pretensões dos skatistas, as paisagens de poder vêm reagindo de modo a fragmentar os espaços de suas fachadas a partir da acentuação de uma série de transformações arquitetônicas. Com efeito, os usos citadinos são preteridos em prol das lógicas aventadas pelos “parceiros da exclusão” que almejam controlar as apropriações das principais avenidas do quadrante sudoeste. Os skatistas tentam se esquivar dessas demarcações, por mais restritivas que sejam, e por meio de seus impulsos fugazes e de suas manobras deslizando e giratórias, eles instauram contra-usos dos espaços (Leite, 2007), ou seja, reações diversas que ganham a conotação de uma tática simbólica de contestação e afrontamento. Posto isso, concordo com Howell (2001: 21), o qual salienta que “a prática do skate é a face do *design* defensivo; não é um ataque à arquitetura de exclusão, mas, de fato, um sintoma, um componente irreduzível de tal arquitetura. Este é um relacionamento simbiótico e irreversível” (Tradução minha).

Ao criarem pontos de tensão, eles revelam não apenas as relações de poder a que se submetem, mas também como tais avenidas enobrecidas de São Paulo são permeáveis às suas façanhas. Os *picos* expõem as contradições que perpassam as brechas do público e do privado e comunicam o local ao global por meio das captações de imagens, das representações de seus espaços e equipamentos que são propagados intensamente pelos skatistas. Todavia, os skatistas não se deixam sucumbir pelas frivolidades do urbano, tampouco ao gerenciamento da cidade enquanto mercadoria. Eles clamam pelo direito de se apropriarem de todas as suas partes, inclusive de terem acesso às suas centralidades, em vez de se verem dispersos ou confinados em seus respectivos bairros e *quebradas*¹⁷. É o que se verá a seguir.

Mão na massa: a construção do Beco do Valadão

Além da utilização dos vários *picos* que surgiram após a reformulação das calçadas da Avenida Faria Lima, os skatistas ainda se apropriaram de uma rua que lhe é paralela e transformaram todo o seu espaço com uma série de intervenções. O local em questão é a Rua Matias Valadão, a qual era demasiada curta, sem saída, e que por isto contava apenas com um ponto de táxi em seu interior. Em decorrência desses aspectos, com a revitalização da avenida, o seu asfalto foi coberto por concreto armado, logo, ela passou a estar no mesmo nível das calçadas, condição que a colocou enquanto uma extensão delas.

Livre de carros, com sombras e chão liso. Não custou para que diversos cidadãos descobrissem a “nova” Rua Matias Valadão para deixarem nela as suas respectivas marcas. As paredes dos muros que a cercam receberam grafites e pichações. Moto-boys que atuam na Avenida Faria Lima eventualmente utilizavam parte de seu espaço como estacionamento para motos. Já os skatistas fizeram do seu piso uma espécie de folha em branco que permite a inscrição de múltiplas técnicas corporais. Por se situar entre dois grandes prédios empresariais, a rua ganhou ainda a alcunha de *Beco do Valadão*, forma como é chamada pelos interlocutores da pesquisa.

Para torná-lo mais atrativo, alguns praticantes resolveram colocar em seu interior alguns materiais encontrados ao longo da Avenida Faria Lima. Lixeiras, placas de trânsito, pedaços de madeira, blocos de concreto, banco de carro, cofre, enfim, tudo aquilo que era descartado, tido para muitos como lixo ou entulho, ganhava novas finalidades a partir da prática do skate. No entanto, algo que incomodava os skatistas era o fato de que a permanência desses obstáculos no beco nunca era definitiva. Da noite para o dia todos os seus investimentos e improvisações eram desmanchados por funcionários da prefeitura, policiais, guardas ou trabalhadores dos prédios do entorno. Era preciso, pois, resistir a fim de resguardar o espaço como um pico de skate.

Uma alternativa encontrada pelos frequentadores do *Beco do Valadão* foi a construção de obstáculos de concreto. Esta condição material os fixaria no chão e certamente dificultaria as suas retiradas por parte daqueles que tentavam coibir a prática do skate no local. O primeiro passo para tanto foi a instalação de um pequeno palco de cimento com cantoneira de ferro afixada em sua borda. O obstáculo permaneceu fixo no espaço, e os skatistas puderam utilizá-lo sem demais problemas. Ao perceberem a possibilidade, os frequentadores decidiram incrementar a construção de outros *picos*. Com o passar do tempo, foram feitas, então, novas construções: uma

leve inclinação que interliga o chão e a parede (chamada pelos skatistas de wall-ride), um palco largo para manobras de equilíbrios (chamado de manual) e ainda um palco curto, porém maior em altura se comparado aos demais, com a superfície de mármore propícia para a realização de manobras de deslize.

A construção dos obstáculos no *Beco do Valadão* foi feita de maneira autônoma e sem a autorização do poder público. Por não contar com o apoio de terceiros, os próprios skatistas que frequentam a Avenida Faria Lima elaboraram táticas com vistas a angariar dinheiro para a compra dos materiais usados nas obras. A principal delas foi o rateio dos valores estimados entre os principais frequentadores do local. Para efetivar a construção e a reforma dos obstáculos, eles também criaram um grupo de mensagens no aplicativo *WhatsApp*. A partir de tal mecanismo, os skatistas combinavam *rolês*, agendavam as suas manutenções e compartilhavam demais informações pertinentes a tudo aquilo que acontecia no beco. Segundo informa Caíque Rodrigues, praticante amador oriundo da cidade de Taboão da Serra, cuja presença era assídua no local,

muitos moleques não estão trabalhando, ou a mãe não solta [o dinheiro], ou realmente não tem. Às vezes vêm de longe e só têm o dinheiro da passagem. Quanto à mão na massa, temos um grupo no WhatsApp, daí cola todo mundo com os materiais e mão na massa. E todo mundo faz. E a limpeza, fazemos direto. Direto a gente compra vassoura, rodo, pá e dura cinco dias. E some. Alguém rouba. Já tivemos problemas de roubarem o corrimão. Deixamos um acorrentado no poste, e sumiu. Um outro sumiu, mas depois apareceu. E vamos indo assim (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

Os skatistas agenciam a apropriação do *Beco do Valadão* por meio de uma série de atitudes, entretanto, elas não são suficientes para conter outros interesses visados para o local. O estabelecimento de *food trucks* é um deles. A venda de comidas de rua tornou-se uma febre em São Paulo. Inúmeros carros adaptados passaram a circular pela cidade para oferecer guloseimas e bebidas dos mais variados tipos, sendo muitas delas divulgadas sob o rótulo de *gourmet*. O crescimento de tal empreendimento influenciou a aprovação de um projeto de lei municipal que regulamenta não apenas as suas atividades, mas também a ocupação das ruas e demais espaços públicos pelos carros¹⁸. Nesse sentido, por agora se configurar como uma extensão das calçadas da Avenida Faria Lima, onde impera um intenso fluxo de pessoas, já era previsível que a Rua Matias Valadão passasse a ser disputada por empresários ligados

ao ramo, os quais vêm conseguindo, por vias legais, a autorização para estacionar *food trucks* e comercializar seus respectivos produtos no local.



Imagem 1: Skatistas ajustam obstáculos no Beco do Valadão
(Disponível em: <https://www.instagram.com/becodovaladao>)

Muitos skatistas ficaram incomodados com a ocupação de *food trucks* que passou a ocorrer diariamente no mesmo espaço em que eles se reuniam. Em suas perspectivas, os carros estacionados e o fluxo de pessoas no local atrapalhariam a prática nos *picos*. Os responsáveis pelos empreendimentos, em contrapartida, se amparavam na autorização formal obtida para utilizar o espaço, logo, prezavam apenas em oferecer boas condições aos seus clientes. Essas diferentes lógicas de apropriação revelaram, destarte, certos conflitos. O interlocutor Caíque Rodrigues relatou a seguinte situação:

Um tempo atrás tivemos problemas com um dos donos dos *food trucks*. Ele vinha com uma van que tinha um engate, e ele estacionava nos fundos [do beco]. Aí [um *pico*] amanheceu com a pontinha do mármore quebrada. Daí fomos lá, conversamos com o cara, ele expôs a insatisfação com os skatistas. Ele disse que também tinha direito sobre o espaço, e que os caras não respeitavam, quando tinha cliente continuavam andando [de skate] (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

A insatisfação era recíproca entre alguns skatistas e donos de *food trucks*. Os primeiros se posicionaram como protagonistas das transformações do *Beco do Valadão*, responsáveis por “dar vida” a uma área pouco utilizada da calçada, e que por isso também tinham o direito de se apropriarem quando e como bem entendessem do local. Contudo, a fim de evitar que os conflitos se potencializassem e prejudicassem a prática do skate, os skatistas se colocaram favoráveis ao estabelecimento de um consenso para a utilização do espaço:

Mas a gente explicou para ele [dono de um *food truck*] que a gente queria apaziguar a história, que fosse um lugar compartilhado, que pudesse ter tanto o *food truck* lá vendendo, quanto os skatistas lá andando. A gente falou que faria umas placas de conscientização. Aí o cara ajudou a pagar a reforma do *pico* (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

A partir de tais mediações os usos do *Beco do Valadão* passaram a ser menos conflituosos. Os skatistas grafitaram nas paredes algumas orientações que pregavam a convivência harmoniosa com os demais usuários do local. Além disso, estabeleceram que o horário ideal para a prática fosse após as 18 horas, ou seja, quando as atividades dos *food trucks* já estivessem finalizadas. Com efeito, em vez de disputar o espaço, chegou-se ao consenso de que ele seria compartilhado.

A revista *Vice* fez uma matéria intitulada “Um point de skatistas na Faria Lima foi tomado pelos *food trucks*” com a pretensão de abordar diferentes posicionamentos relacionados às situações ocorridas no beco¹⁹. Segundo a reportagem escrita pela jornalista Anna Mascarenhas, a indisposição entre skatistas e donos de *food trucks* parece ter sido fruto de uma estratégia criada por agentes ligados a prédios comerciais vizinhos à Rua Matias Valadão, os quais fizeram uma mobilização para que o local recebesse a instalação de um *food park*, iniciativa que contribuiria para gentrificar a área e, conseqüentemente, repelir a prática do skate. O supervisor administrativo do Edifício Conselheiro Paranaguá, imóvel vizinho ao espaço em questão, em depoimento à jornalista evidenciou que a proposta do *food park* “foi maravilhosa, principalmente por ‘retirar o barulho e a bagunça’ dos skatistas do local”. Ele acrescentou que “a Faria Lima é um cartão postal da cidade, não pode abrigar esse tipo de coisa” e que os frequentadores fazem diversas atividades na Rua Matias Valadão, como uso de drogas, sexo e até defecar. Por fim, quando questionado pela jornalista se ele já havia tentado um diálogo com os skatistas, o supervisor administrativo confessou que eles “são radicais... são jovens muito revoltados, não há diálogo”, e

que foram tentadas alternativas para barrar a prática do skate, como a solicitação para instalação de uma base da Polícia Militar ou da Guarda Civil Metropolitana.

Ao longo do trabalho de campo, conversei com skatistas e alguns deles levantaram a suspeita de que certas pessoas ligadas aos prédios também tentaram sabotar os *picos* construídos no *Beco Valadão*. Esta constatação se deve a um fato que os deixou indignados. O mármore que compõe um dos principais obstáculos do local foi quebrado ao meio, no entanto, tal infortúnio não se deu pelo impacto das manobras realizadas, mas em razão de uma ação intencional provocada por alguém que dispunha de ferramentas específicas, como furadeira, pregos e martelo:

Desta vez agora, o mármore amanheceu quebrado ao meio. Só que você junta as peças, você nota que tem um furinho. Como se alguém viesse com uma furadeira ou um prego... Então vimos que fomos sabotados. Eu acho que foram os caras dos prédios. Com o *food truck* a gente teve este problema, mas a gente foi lá, conversou com o cara, e ele disse ter problema apenas com os skatistas que não respeitavam. Aí não tivemos mais problemas com os caras do *food truck*. Problema é com os prédios ao lado. Eles reclamam que em horário comercial não dá para trabalhar. Eu sinceramente acho que o barulho atrapalha, mas, você está na Faria Lima! O barulho que tem aqui de carro é ensurdecedor (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

A tentativa de arrebentar propositalmente o mármore foi em vão. Mesmo com o obstáculo danificado, os skatistas continuaram andando de skate no *Beco do Valadão*, esse refúgio citadino em meio a uma paisagem de poder detentora de uns dos metros quadrados mais caros de São Paulo. Lá eles se reuniam, se mantinham visíveis numa área enobrecida e expunham as desigualdades e discriminações a que estavam sujeitos. E ainda trocavam experiências, estabeleciam formas de sociabilidade, faziam até churrascos e se dirigiam para outros *picos* das redondezas – como os localizados no Largo da Batata ou na extensão da Avenida Faria Lima – que integram um circuito skatista reconhecido no universo do skate como sendo característico da Zona Oeste paulistana.

Considerações finais: quando os skatistas fazem a cidade

O skate destrói, mas, de igual modo, também constrói a cidade. E ao moldarem e serem moldados por ela, os skatistas assinalam as marcas de suas experiências corporais e estéticas em equipamentos urbanos dos mais variados tipos, formas e

tamanhos. Pouco importam as suas condições materiais, os locais onde estão dispostos e tampouco os dispositivos que regulam os seus usos. Os contratemplos se convertem em obstáculos que devem ser superados astutamente, nem que para isso eventualmente tenham que fugir da polícia, enfrentar seguranças, negociar com donos de *food trucks*, desrespeitar síndicos de prédios e até colocar a mão na massa a fim de construir novos *picos* ou corrigir as imperfeições daqueles que padecem pela falta de manutenção.

Os skatistas embaralham a almejada convivência ordenada e põe em suspensão certos embelezamentos estratégicos de uma cidade gerenciada como mercadoria e voltada para práticas de cidadania que são englobadas sobretudo por lógicas de consumo. Enfim, muitas vezes eles recusam a cidade tal como ela é. Concordo com o pressuposto de Manuel Delgado (2008) que afirma que o espaço público é o âmbito do jogo, da alteridade generalizada, onde os praticantes da sociabilidade urbana parecem experimentar certo prazer em fazer cada vez mais complexas as regras do contrato social ocasional e constantemente renovado a que se comprometem, como se as negociações demorassem ao máximo a sua resolução, mantendo-se o maior tempo possível em estado de jogo. Essa generalização do jogo é, para tal autor, o que constitui a urbanidade, a qual, desse ponto de vista, produz e é produzida pelo *street skate* e por tantas outras práticas, discursos e representações.

A prática do skate estabelece, segundo Borden (2001), uma crítica performática à forma como a cidade está consolidada. É pelos *picos*, portanto, que a cidade é desestabilizada e reinventada. Ela se torna um livro aberto e inconcluso para os skatistas, a partir do qual podem não apenas produzir interpretações, mas também deixar suas próprias marcas sobre aquilo que já está escrito.

Recebido: 24/01/2019

Aprovado: 26/04/2019

Giancarlo Marques Carraro Machado é doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes-MG) e do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/USP). É autor do livro *De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo* (Intermeios/FAPESP, 2014). ORCID: 0000-0001-7404-9737. Contato: giancarlo.machado@unimontes.br

Notas

1. Este artigo é derivado da tese de doutorado *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*, defendida em 2017 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) sob a orientação do Prof. Dr. José Guilherme Magnani. A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2012/23331-0).
2. Para uma discussão detida sobre a categoria *pico*, ver Machado (2014; 2017).
3. *Rolé* é uma categoria nativa. Trata-se de uma circulação pelos espaços urbanos a fim de propiciar a prática do skate.
4. Para outras análises sobre as repressões atribuídas à prática do skate quando realizada em áreas centrais, ver Humphreys (1997), Borden (2001) e Nolan (2003).
5. Segundo Frúgoli Jr. (2000: 25), as novas centralidades paulistanas, as quais se consolidaram em distintos momentos a partir do final da década de 1980, são cenários onde se articulam intervenções urbanas de caráter mais pontual, muito marcadas pela aliança entre interesses do capital e do poder público, tendo resultado, pois, “em processos marcados por práticas excludentes, já que, entre outras coisas, tais intervenções estão sobretudo norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas”.
6. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>>. Acesso em: 09 dez. 2015.
7. Ao levar em conta uma análise situacional, intento partir das recomendações de Michel Agier (2011: 73) tendo em vista uma melhor compreensão da cidadania skatista: a) deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos; b) deslocar a problemática do objeto para o sujeito da questão, logo, em vez de considerar “o que é a cidade?”, atentar para “o que faz a cidade?”.
8. Termo nativo. Sessão é a prática do skate durante certo período de tempo.
9. “Faria Lima”. Disponível em: <http://cemporcentoskate.uol.com.br/fiksperto/faria-lima>. Acesso em: 09/08/2016.
10. O vídeo pode ser visualizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=aP3AudvX3PE>.
11. O projeto Paulista Aberta, o qual fora sancionado pelo prefeito Fernando Haddad (PT) em 2016, legitimou ao menos durante um período específico de um dia da semana a ocorrência de práticas cidadinas e de lazer ao longo da Avenida Paulista.

12. As apropriações que são feitas do *Beco do Valadão* serão apresentadas no próximo tópico.
13. Os skatistas que ousam encarar *picos* situados em fachadas de propriedades privadas são, via de regra, detentores de níveis técnicos avançados, como amadores e sobretudo profissionais da modalidade *street skate*.
14. Tal constatação, na ocasião da etnografia realizada durante o período da Copa do Mundo de 2010, também fora assinalada em outra pesquisa de minha autoria (Machado, 2017).
15. A dinâmica em torno da captação de imagens por parte dos skatistas foi abordada em Machado (2014).
16. As implicações em torno desta tentativa de proibição do skate nas calçadas de São Paulo são abordadas em Machado (2014; 2017).
17. Termo nativo. Indicativo de localidade, geralmente utilizado para fazer referência a contextos periféricos da cidade de São Paulo.
18. Em 26 de dezembro de 2013, o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou a Lei nº 15.947/2013, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas e dá outras providências. Mais informações em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/2218#ad-image-0>.
19. MASCARENHAS, Anna. “Um point de skatistas na Faria Lima foi tomado pelos food trucks”. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/um-point-de-skatistas-na-faria-lima-foi-tomado-pelos-food-trucks?utm_source=thumpfacebr. Acesso em: 30 dez. 2015.

Referências bibliográficas

- AGIER, M. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome.
- BORDEN, I. 2001. *Skateboarding, space and the city: architecture and the body*. Oxford: Berg.
- CALDEIRA, T. P. R. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- CEMPORCENTOSKATE. “Faria Lima”. *Portal CemporcientoSkate*. Disponível em: <http://cemporcentoskate.uol.com.br/fiksperto/faria-lima>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- CERTEAU, M. de. 2009. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 16. ed.
- CITYZEN. 2013. Direção: Guilherme Guimarães. Roteiro: Esteban Florio e Guilherme Guimarães. Brasil, 26 min.
- DAMATTA, R. 1979. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DELGADO, M. 2008. *El animal público*. Barcelona: Anagrama, 5. ed.
- FIX, M. 2001. *Parceiros da exclusão: duas histórias de construção de uma “Nova Cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo.
- FRÚGOLI JR., H. 2000. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez / Edusp.
- HOWELL, O. 2001. “The poetics of security: skateboarding, urban design, and the new public space”. *Urban Action*, p. 64-86.
- HUMPHREYS, D. 1997. “Shredheads go mainstream? Snowboarding and alternative youth”. *Inter-*

national Review for the Sociology of Sport, v. 32, n. 2, p. 147-160.

LEITE, R. P. 2007. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas; Aracaju: Ed. Unicamp/Ed. UFS.

MACHADO, G. M. C. 2014. *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo: Intermeios/FAPESP.

MACHADO, G. M. C. 2017. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*. Tese [Doutorado em Antropologia Social], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGNANI, J. G. C. 2002. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29.

MAGNANI, J. G. C. 2012. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisas em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome.

MASCARENHAS, A. “Um point de skatistas na Faria Lima foi tomado pelos food trucks”. *Revista Vice*. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/um-point-de-skatistas-na-faria-lima-foi-tomado-pelos-food-trucks?utmsource=thumpfacebr. Acesso em: 30 dez. 2015.

MUG, M. 2009. “Avenida Paulista: o passeio nosso de cada dia”. *Revista Tribo Skate*, n. 161.

NOLAN, N. 2003. “The ins and outs of Skateboarding and transgression in public space in Newcastle”. *Australian Geographers*, v. 34, n. 3, p. 311-327.

OLHO DE PEIXE. “Avenida Faria Lima”. *Programa Olho de Peixe*, 29/08/2014. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Revitalização da Avenida Faria Lima tem acessibilidade e padronização de calçada”. *Portal Prefeitura de São Paulo*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>. Acesso em: 09 dez. 2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Prefeito assina decreto que define regras para comida nas ruas da cidade”. Secretaria Executiva de Comunicação da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/2218#ad-image-0>. Acesso em: 09 dez. 2015.

ROLNIK, R; FRÚGOLI JR., H. 2001. “Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 6, p. 55-83.

ZUKIN, S. 2000. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus. p. 80-103.

Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas

Resumo: O artigo analisa os impactos da prática do skate de rua nos limites das novas centralidades paulistanas. A partir de uma abordagem etnográfica será revelado como jovens cidadãos questionam premissas que permeiam lugares próprios marcados por esperadas univocidades e estabilidades por meio de suas artimanhas, percepções, maneiras e experiências e contribuem, assim, para a redefinição do espaço enquanto um lugar praticado com a apreçoção de novas leituras e valores simbólicos.

Palavras-chave: skate, cidadini-
dade, cidade, espaços urbanos, antropologia urbana.

Skate and Create: the practice of skateboarding in the new centralities of São Paulo

Abstract: I examine how street skateboarders tactically resist certain urban planning and question some strategic embellishments of a metropolis managed by and for consumption interests. Thus, I contribute to urban anthropology studies by revealing how skateboarders – through their own perceptions, manners and experiences – creatively challenge the premises which permeate proper places marked by expected univocalities and stabilities.

Keywords: skateboarding, urbanity, city, urban spaces, urban anthropology.

